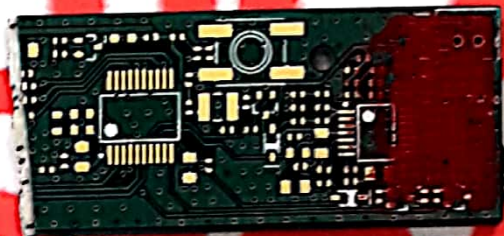


Maurizio Lazzarato



O neoliberalismo em
chave estratégica

N-1
edições

FASCISMO OU REVOLUÇÃO?

o neoliberalismo em chave estratégica

Maurizio Lazzarato

ISBN 978-85-66943-81-8

Embora adote a maioria dos usos editoriais do âmbito brasileiro, a n-1 edições não segue necessariamente as convenções das instituições normativas, pois considera a edição um trabalho de criação que deve interagir com a pluralidade de linguagens e a especificidade de cada obra publicada.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Peter Pál Pelbart

e Ricardo Muniz Fernandes

ASSISTENTE EDITORIAL Inês Mendonça

TRADUÇÃO Takashi Wakamatsu e Fernando Scheibe

PREPARAÇÃO Flavio Taam

REVISÃO DE PROVA Pedro Taam

PROJETO GRÁFICO Érico Peretta

A reprodução parcial deste livro sem fins lucrativos, para uso privado ou coletivo, em qualquer meio impresso ou eletrônico, está autorizada, desde que citada a fonte. Se for necessária a reprodução na íntegra, solicita-se entrar em contato com os editores.

1ª edição | Impresso em São Paulo | novembro, 2019

Imagem 2ª/3ª capa: Umberto Boccioni, *States of Mind: Those Who Go*, 1912. Bequest of Lydia Winston Malbin, 1989

n-1edicoes.org

Maurizio Lazzarato

FASCISMO OU REVOLUÇÃO?

o neoliberalismo em chave estratégica

M-1
edições

A MÁQUINA DO CAPITAL E OS NOVOS FASCISMOS

- 20 De Pinochet a Bolsonaro – ida e volta
- 26 A financeirização dos pobres: da governamentalidade lulista ao confronto neofascista
- 37 Os novos fascismos
- 42 Os fascistas e a economia
- 45 O racismo contemporâneo como mutação do racismo colonial
- 50 A secessão dos possesores
- 55 Guerra e revolução
- 61 Circulação e finança
- 65 Os militares e a guerra depois da Guerra Fria
- 72 A “pacificação” no conceito de “poder”
- 84 O poder contemporâneo
- 87 Biopolítica e capital: de que vida estamos falando?
- 94 A extinção do pensamento estratégico

MÁQUINA TÉCNICA E MÁQUINA DE GUERRA

- 107 Máquina social e máquina de guerra
- 111 A máquina de guerra suprematista
- 119 Fanon e o rádio
- 124 Cibernética e guerra
- 131 Teoria das máquinas
- 136 Marx e o triplo poder da máquina,
da ciência e da natureza
- 138 Genealogia da máquina
- 141 A máquina de guerra
- 144 A máquina e a capacidade de se revoltar
- 148 Automação e decisão
- 153 Máquina de guerra e máquina técnica
na organização do trabalho
- 158 O vampiro da subjetividade
- 165 A empresa como origem e fonte do niilismo
- 170 Despersonalização ou guerra de classes?

DEVIR REVOLUCIONÁRIO E REVOLUÇÃO

- 180 A revolução
- 182 No século XX, pela primeira vez,
a revolução é mundial
- 183 Guerra civil mundial ou revolução mundial?
- 184 Revolução do conjunto das relações de
dominação e não unicamente da relação
entre capital e trabalho
- 185 As duas estratégias da revolução
- 185 Sujeições
- 187 Trabalho
- 188 A autonomia da organização das mulheres
- 189 O partido entre os colonizados
- 190 Crítica da dialética
- 193 O movimento operário
- 195 A supressão da revolução nos
estudos pós-coloniais
- 198 Reatar com a revolução

INTRODUÇÃO



Tempos apocalípticos

pensar no limite

“Fora do pensamento do limite não há nenhuma estratégia, logo, nenhuma tática, logo, nenhuma ação, logo, nenhum pensamento ou iniciativa verdadeira, logo, nenhuma escrita, música nenhuma, nenhuma pintura, nenhuma escultura, cinema nenhum etc., possíveis.”

LOUIS ALTHUSSER

Vivemos tempos “apocalípticos”, no sentido literal da palavra, tempos que manifestam, tempos que fazem ver. O que desvelam em primeiro lugar é que a derrocada financeira de 2008 inaugurou um período de rupturas políticas. A alternativa “fascismo ou revolução” é assimétrica, desequilibrada, visto que já estamos no interior de uma sequência, que parece irresistível, de “rupturas políticas” praticadas por forças neofascistas, sexistas, racistas. A ruptura revolucionária, no momento, é mera hipótese, ditada pela necessidade de reintroduzir o que o neoliberalismo conseguiu apagar da memória, da ação e da teoria das forças que lutam contra o capitalismo (é essa sua mais importante vitória!). → 1984

O que os tempos apocalípticos também fazem ver é que o (novo) fascismo é a outra face do neoliberalismo. Wendy Brown afirma com segurança uma contraverdade: “Do ponto de vista dos primeiros neoliberais, a galáxia que engloba Trump, o Brexit, Orban, os Nazistas no parlamento alemão, os fascistas no parlamento italiano e transforma em pesadelo o sonho neoliberal. Hayek, os ordoliberais, ou até mesmo a escola de Chicago repudiariam a forma atual de neoliberalismo e sobretudo seu aspecto mais recente.”¹

¹ Disponível em <<https://aoc.media/entretien/2019/01/05/wendy-brown-neoliberalisme-sape-democratie-2/>>.

O novo fascismo é a outra face do neoliberalismo

Isso não é apenas falso de um ponto de vista fatural, mas problemático pela definição do capital (e do capitalismo) e do exercício de seu poder. Pois apagando “a violência que fundou” o neoliberalismo, encarnada pelas ditaduras sanguinárias da América do Sul, que volta sob novas modalidades no Brasil contemporâneo de Bolsonaro e dos militares, comete-se um duplo erro, político e teórico. Por um lado, concentrando-se unicamente na “violência que conserva” a economia, as instituições, o direito, a governamentalidade, experimentados pela primeira vez no Chile de Pinochet, confere-se ao capital a imagem de um agente de modernização, uma potência de inovação. Por outro, apaga-se a revolução mundial e sua derrota que são a origem e a causa da “mundialização” (a resposta global do capital).

A concepção de poder que daí decorre é pacificada: ação sobre uma ação, governo sobre os comportamentos (Foucault) e não sobre a pessoa (de que a guerra e a guerra civil são as expressões mais acabadas). O poder estaria incorporado em dispositivos impessoais que exercem uma violência *soft* de maneira automática. Muito pelo contrário, a lógica da guerra civil no fundamento do neoliberalismo não foi reabsorvida, apagada, substituída pelo funcionamento da economia, do direito, da democracia.

Os tempos apocalípticos nos fazem ver que os novos fascismos estão reativando, apesar de nenhum comunismo ameaçar o capitalismo e a propriedade, a relação entre violência e instituição, guerra e “governamentalidade”. Vivemos a época da indistinção, da hibridação do Estado de direito com o Estado de exceção. A hegemonia do neofascismo não se mede apenas por essas organizações, mas também pela capacidade que ela tem de encardir o Estado e o sistema político e midiático.

Os tempos apocalípticos revelam que debaixo da fachada democrática, atrás das “inovações” econômicas, sociais e institucionais, encontramos sempre o mesmo ódio de classe e a violência do confronto estratégico. Bastou um movimento de ruptura como os

Estado de Direito como o Estado de Exceção

coletes amarelos na França, que nada tem de revolucionário nem mesmo de pré-revolucionário, para que o “espírito versalhês”, contrarrevolucionário, volte a despertar, para que a vontade de atirar nessas “imundícies” que ameaçam, simbolicamente que seja, o poder e a propriedade mostre a cara. Quando se interrompe o tempo do capital, até mesmo um jornalista pode compreender um pouco do real que está emergindo. “O império atual do ódio resuscita fronteiras de classe e de casta, por vezes há muito borradas [...]. Além disso, esse ácido do ódio que corrói a democracia e subitamente submerge uma sociedade política descomposta, desestruturada, instável, frágil, imprevisível. O antigo ódio ressurgindo na França cambaleante do século XXI. Sob a modernidade, o ódio.”²

Sob a modernidade,
o ódio

Os tempos apocalípticos manifestam igualmente a força e as fraquezas dos movimentos políticos que desde 2011 tentam contestar o poderio, até então sem partilha, do capital. Esse livro terminou em meio à sublevação dos coletes amarelos. Ler esses movimentos (não só os coletes amarelos, mas também a “primavera árabe”, *Occupy Wall Street*, o M15 na Espanha, as jornadas de junho de 2013 no Brasil etc.) a partir do ponto de vista da “revolução mundial” pode parecer pretensioso ou alucinado. E, no entanto, “pensar no limite” significa partir novamente não apenas da derrota histórica sofrida nos anos 1960 pela revolução mundial, mas também dos “possíveis não realizados” que foram criados e levados adiante pelas revoluções, de maneira diferente no Norte e no Sul, e que, ainda timidamente, são mobilizados nos movimentos contemporâneos. .

A forma do processo revolucionário já tinha mudado nos anos 1960, mas esbarrou num obstáculo intransponível, a incapacidade de inventar um modelo diferente daquele que tinha aberto, em 1917, a longa sequência das revoluções do século XX.

² Alain Duhamel, Le triomphe de la haine en politique. *Libération*, 09 jan. 2018. Disponível em <https://www.liberation.fr/debats/2019/01/09/le-triomphe-de-la-haine-en-politique_1701918>.

o partir dos anos 1960

No modelo leninista, a revolução ainda tinha a forma da *realização*. A classe operária era o sujeito que já continha as condições da abolição do capitalismo e da instalação do comunismo. A passagem da classe *em si* à classe *para si* seria realizada pela tomada de consciência e pela tomada do poder organizada e dirigida pelo partido que trazia do exterior aquilo que faltava às práticas “sindicais” dos operários.

O processo revolucionário tomou, a partir dos anos 1960, a forma do acontecimento: o sujeito político em vez de já estar ali em potencial, é “imprevisto” (os coletes amarelos são um exemplo paradigmático dessa imprevisibilidade), não encarna a necessidade da história, mas apenas a contingência do confronto político. Sua constituição, sua “tomada de consciência”, seu programa, sua organização se fazem a partir de uma recusa (de ser governado), de uma ruptura, de um *aqui e agora* radical que não se satisfaz com nenhuma promessa de democracia e de justiça por vir.

Seguramente, apesar de Rancière, a sublevação tem suas “razões” e suas “causas”. Os coletes amarelos, assim como o movimento contra o aumento das tarifas dos transportes que desencadeou junho de 2013 no Brasil, são mais inteligentes que o filósofo, pois “compreenderam” que a relação entre “produção” e “circulação” se inverteu. A circulação do dinheiro, a circulação das mercadorias e dos homens e a circulação da informação tornaram-se mais importantes que a “produção”. Os sublevados não ocupam mais as fábricas, mas os cruzamentos e atacam a circulação da informação (a circulação da moeda é mais abstrata e para atingi-la será necessário outro nível de organização e de ação).

A condição de emergência do processo político é evidentemente a ruptura com as “razões” e as “causas” que o geraram. Só a interrupção da ordem existente, só a saída da governamentalidade pode propiciar a abertura de um novo processo político, pois os “governados”, mesmo quando resistem, são o duplo do poder, seus correlativos, sua contraface. A ruptura do tempo da dominação,

abertura dos possíveis políticos

criando novos possíveis, inimagináveis antes de sua aparição, constitui as condições da transformação de si e do mundo. Mas não cabe aí nenhuma mística do motim ou idealismo do levante.

Os processos de constituição do sujeito político, as formas de organização, a produção de saberes para a luta, tornados possíveis pela interrupção do tempo do poder, confrontam-se imediatamente com as “razões” do lucro, da propriedade, do poder, do patrimônio que a sublevação não erradicou. Muito pelo contrário, estas se tornam mais agressivas, invocam logo o restabelecimento da ordem fazendo valer sua polícia, enquanto dão prosseguimento, como se nada tivesse acontecido, a suas “reformas”. Aqui as alternativas são radicais: ou o novo processo político consegue mudar as “razões” do capital, ou essas mesmas razões o transformarão. A abertura dos possíveis políticos, se vê confrontada com a realidade de um duplo e terrível problema, o da constituição do sujeito político e o do poder do capital, pois a primeira só pode se dar no interior do segundo.

Prosseguimento às reformas das “razões” do lucro, do poder

As respostas dadas a essas questões pelas “primaveras árabes”, *Occupy Wall street*, as jornadas de junho de 2013 no Brasil etc. são muito fracas, os movimentos continuam a buscar e experimentar, sem encontrar verdadeiras estratégias. Esses impasses não podem de modo algum ser superados pelo “populismo de esquerda” praticado pelo Podemos na Espanha. Sua estratégia leva a cabo a liquidação da revolução começada no pós-68 por muitos marxistas, cujo marxismo tinha fracassado. A democracia como lugar dos conflitos e da subjetivação substitui o capitalismo e a revolução (Lefort, Laclau, Rancière), justo no momento em que a máquina do capital literalmente engole a “representação democrática”. A afirmação de Claude Lefort, “na democracia o lugar do poder é vazio”, se vê desmentida já no início dos anos 70, pois esse lugar é ocupado pelo “soberano” *sui generis* que é o capital. Qualquer partido que nele se instale só pode funcionar como seu “mandatário” (muitos zombaram da “simplificação” marxiana, mas ela foi completamente

na democracia o lugar do poder é ocupado pelo capital

realizada, de forma até mesmo caricatural, pelo atual presidente da República Francesa, Macron). O populismo de esquerda dá nova vida a algo que não existe mais. A representação e o parlamento não detêm poder algum, já que ele foi concentrado inteiramente no executivo, que no neoliberalismo executa as ordens do capital e da propriedade e não as do "povo" ou do interesse geral.

A vontade de politizar os movimentos do pós-2008 se revela reacionária, já que impõe precisamente o que a revolução dos anos 1960 recusara e o que recusa cada movimento surgido desde então: o líder (carismático), a "transcendência" do partido, a delegação da representação, a democracia liberal, o povo. O posicionamento do populismo de esquerda (e sua sistematização teórica por Laclau e Mouffe) impede de dar nome aos bois. Suas categorias (a "casta", "os de cima" e "os de baixo") estão a um passo da teoria do complô e a dois passos de sua forma mais acabada, a "judiaria internacional" que controla o mundo pela finança. Essas confusões, cuidadosamente mantidas pelos dirigentes e teóricos de um impossível populismo de esquerda, continuam a percorrer os movimentos. No caso dos coletes amarelos, elas são ao mesmo tempo mantidas pela mídia e pelo sistema político a expressão da vagueza que ainda caracteriza as modalidades da ruptura. É preciso dizer que no atual deserto político, lavrado por cinquenta anos de contrarrevolução, não é nada fácil se orientar.

As limitações do movimento dos coletes amarelos, como as dos outros movimentos que se deram de 2011 pra cá, são evidentes, mas nenhuma força "exterior", nenhum partido pode se encarregar, como fizeram os bolcheviques, de mostrar "o que fazer" e "como" fazer. Essas indicações só podem vir de dentro, de maneira imanente. O dentro aqui se constitui, entre outras coisas, pelos saberes, a experiência, os pontos de vista de outros movimentos políticos, pois as lutas dos coletes amarelos, diferente da luta da "classe operária", não têm vocação e não podem

→ exploração mundial da força de trabalho e dos recursos do planeta

⇒ NENHUMA ILUSÃO SOBRE O ESPAÇO NACIONAL É POSSÍVEL

representar todo o proletariado, nem exprimir a crítica de todas as dominações que constituem a máquina do capitalismo.

O movimento dos “colonizados por dentro”, constituído pela divisão norte/sul, que reproduz um “terceiro mundo” no interior dos países do “centro”, implica necessariamente, ao mesmo tempo que a crítica da segregação interna, a da dominação internacional do capital e da exploração mundial da força de trabalho e dos recursos do planeta. O que singularmente falta aos coletes amarelos. Sem esse componente “racial” e internacional do capitalismo, o movimento dá por vezes a imagem de um nacionalismo estupidamente francês. Nenhuma ilusão sobre o espaço nacional é possível. No século XIX o Estado-Nação deveu sua existência à dimensão mundial do capitalismo colonialista e o Estado Providência à revolução mundial e ao confronto estratégico, em escala planetária, da Guerra Fria.

A fratura racial que vitima os “colonizados” dividiu não apenas a organização do trabalho mundial, mas até mesmo a revolução dos anos 1960. Do ponto de vista da revolução-mundo, suas condições de possibilidade residem, de um lado, na invenção de um novo internacionalismo, que os movimentos de neocolonizados (antes de tudo os migrantes) incorporam quase fisicamente e que os movimentos das mulheres são os únicos, atualmente, a mobilizar, graças às suas redes mundo afora. Por outro lado, a crítica das hierarquias capitalistas não deve se limitar às hierarquias do trabalho. A divisão sexual estrutura não somente a reprodução do capital como também a distribuição das funções e dos papéis sociais.

Hoje, um movimento sobre a “questão social” não pode ser espontaneamente socialista como nos séculos XIX e XX, pois a revolução mundial e social (implicando o conjunto das relações de poder) já passou por aí. Sem a crítica das divisões raciais e sexuais, o movimento se expõe a todas as recuperações possíveis (da direita e da extrema-direita) às quais soube, de algum modo, resistir. Se as subjetividades que conduzem as lutas contra essas

* DIVISÃO SEXUAL
ESTRUTURA DISTR.
DE FUNÇÕES E
DOS PAPEIS SOCIAIS

TEMPOS APOCALÍPTICOS

REVOLUÇÃO-MUNDO
COM MOV. DE MULHERES
COM SUAS REDES
MUNDO AFORA

15

capital como máquina
cuja exploração e dominação
não param no "trabalho"

✻ diferentes dominações não podem ser reduzidas à unidade do "significante vazio" do povo como quer o populismo de esquerda, o duplo problema da ação política comum e do poder do capital permanece. A incapacidade de pensar o capital como máquina ao mesmo tempo global e social, cuja exploração e dominação não param no "trabalho", é uma das causas fundamentais da derrota dos anos 1960. Desse ponto de vista a estratégia não mudou desde então: hoje como ontem estamos longe de ter essa estratégia.


reformistas e revolucionários
Os movimentos que se seguiram a 2011 são "revolucionários" quanto às formas de mobilização (inventividade na escolha do espaço e do tempo de confronto, democracia radical e grande flexibilidade nas modalidades de organização, recusa da representação e do líder, subtração à centralização e à totalização por um partido etc.), e "reformistas" quanto às reivindicações e à definição do inimigo (Mubarak foi derrubado, mas não se tocou em seu sistema de poder, do mesmo modo que se concentra a crítica em Macron, quando o coitado não passa de mero "pau-mandado" do poder do capital). A ruptura não ocasiona mudanças significativas na organização do poder e da propriedade, mas na subjetividade dos sublevados. E se a curto prazo os movimentos são derrotados, as mudanças subjetivas seguramente vão continuar a produzir seus efeitos políticos. Contanto que não se caia, como Samuel Hayat,³ na ilusão de que uma "revolução social" pode se produzir sem "revolução política", ou seja, sem superação do capitalismo. O pós-68 demonstrou que a partir do momento em que a revolução social se separa da revolução política ela pode ser integrada, sem dificuldade alguma, na máquina capitalista como novo recurso para a acumulação do capital. O "dever revolucionário"

3 A propósito dos coletes amarelos: "Estamos diante de um movimento revolucionário, mas sem revolução no sentido estreitamente político: trata-se antes de uma revolução social, ao menos em devir." Samuel Hayat, Les mouvements d'émancipation doivent s'adapter aux circonstances. *Ballast*, 20 fev. 2019. Disponível em <<https://www.revue-ballast.fr/samuel-hayat-les-mouvements-demancipation/>>.

que essas conversões subjetivas inauguram não pode ser separado da "revolução", sob pena de se tornar um componente não só do capital, mas também de seu poder de destruição e autodestruição que se manifesta, hoje, com o neofascismo.

* "de vir-revolucionário não pode vir separado da "revolução" contra o capital, sob pena de se tornar um componente do poder de (auto)destruição que se manifesta, hoje, como
NEOFASCISMO





A MAQUINA DO
CAPITAL E OS
NOVOS FASCISMOS

De Pinochet a Bolsonaro – ida e volta

“O poder de uma classe dominante não resulta simplesmente de sua força econômica e política, ou da distribuição da propriedade, ou da transformação do sistema produtivo: ela sempre implica um triunfo histórico no combate contra as classes subalternas.”

MICHAEL LÖWY

A eleição de Bolsonaro para presidente do Brasil marca uma radicalização da onda neofascista, racista e sexista que assola o planeta. Ela tem como único mérito esclarecer, esperemos que de maneira definitiva, o sentido político dessa onda. Definí-la como populista ou neoliberal autoritária são maneiras de tapar o sol com a peneira. A vitória de Bolsonaro choca tanto por remeter diretamente ao nascimento político do neoliberalismo, o Chile de Pinochet. O governo do Brasil, com seus generais em postos-chave e seu “superministro” da economia ultraliberal e *Chicago Boy*, é uma mutação da experimentação “neoliberal” erigida sobre os cadáveres dos milhares de militantes comunistas e socialistas do Chile e de toda a América Latina. Milton Friedman, líder dos *Chicago Boys*, encontrou Pinochet em 1975, enquanto Friedrich Hayek, o apologista da “liberdade”, recebeu em 1977 (e em 1981, quando voltou com toda a Sociedade Mont Pélérin para um seminário de estudos – evidentemente, os neoliberais se sentem em casa entre os fascistas!), declarou que “a ditadura pode ser necessária” e que a “liberdade pessoal é maior com Pinochet do que com Allende”. Em “períodos de transição”, nos quais, do que se pode deduzir de suas afirmações, tem-se o direito de massacrar aqueles que não se submetem à liberdade do mercado, é “inevitável que

alguém tenha poderes absolutos para evitar e limitar todo e qualquer poder absoluto no futuro”.

Sobre essas bases, por uma década (de 1975 a 1986, mas um mês depois do golpe de Estado os discípulos chilenos de Friedman se agitavam empolgadíssimos), os economistas neoliberais se beneficiaram das condições “ideais” para testar suas receitas, pois o esmagamento sangrento da “revolução” impediu qualquer questionamento, qualquer oposição ou qualquer crítica.

Outros países da América Latina seguiram essas políticas “inovadoras”. *Chicago Boys* ocuparam postos-chave no Uruguai, no Brasil e na Argentina. Quando da tomada do poder por Jorge Rafael Videla na Argentina, responsável com a junta militar por outra matança talvez ainda mais horrível, os neoliberais entraram no governo dos militares tentando reproduzir as políticas chilenas de redução maciça dos salários e corte nas despesas sociais, abrindo as portas para a privatização da escola, da saúde, da aposentadoria etc.

Essas políticas foram imediatamente reconhecidas e adotadas pelo Banco Mundial sob o nome que mantêm até hoje de “ajustes estruturais”. Foram aplicadas primeiro na África, depois no Sul da Ásia e só tardiamente chegaram ao Norte.

A tradição iniciada por Michel Foucault de analisar o neoliberalismo ignorando completamente sua genealogia turva, escabrosa e violenta, em que se cruzam torturadores militares e criminosos da teoria econômica, foi catastrófica sob diversos pontos de vista. O problema não é “moral” (a indignação com o esmagamento armado dos processos revolucionários na América Latina), mas antes de tudo teórico e político.

A governamentalidade, o empreendedor de si mesmo, a concorrência, a liberdade, a “racionalidade” do mercado etc., todos esses belos conceitos que Foucault encontrou nos livros e que nunca confrontou com processos políticos reais (escolha metodológica assumida!) têm um pressuposto que, longe de ser explicitado, é sempre cuidadosamente apagado.

→ limites das questões
teóricas de Foucault:
catastróficas, ignorando
fatos
concretos

alguém tenha poderes absolutos para evitar e limitar todo e qualquer poder absoluto no futuro”.

Sobre essas bases, por uma década (de 1975 a 1986, mas um mês depois do golpe de Estado os discípulos chilenos de Friedman se agitavam empolgadíssimos), os economistas neoliberais se beneficiaram das condições “ideais” para testar suas receitas, pois o esmagamento sangrento da “revolução” impediu qualquer questionamento, qualquer oposição ou qualquer crítica.

Outros países da América Latina seguiram essas políticas “inovadoras”. *Chicago Boys* ocuparam postos-chave no Uruguai, no Brasil e na Argentina. Quando da tomada do poder por Jorge Rafael Videla na Argentina, responsável com a junta militar por outra matança talvez ainda mais horrível, os neoliberais entraram no governo dos militares tentando reproduzir as políticas chilenas de redução maciça dos salários e corte nas despesas sociais, abrindo as portas para a privatização da escola, da saúde, da aposentadoria etc.

Essas políticas foram imediatamente reconhecidas e adotadas pelo Banco Mundial sob o nome que mantêm até hoje de “ajustes estruturais”. Foram aplicadas primeiro na África, depois no Sul da Ásia e só tardiamente chegaram ao Norte.

A tradição iniciada por Michel Foucault de analisar o neoliberalismo ignorando completamente sua genealogia turva, escabrosa e violenta, em que se cruzam torturadores militares e criminosos da teoria econômica, foi catastrófica sob diversos pontos de vista. O problema não é “moral” (a indignação com o esmagamento armado dos processos revolucionários na América Latina), mas antes de tudo teórico e político.

A governamentalidade, o empreendedor de si mesmo, a concorrência, a liberdade, a “racionalidade” do mercado etc., todos esses belos conceitos que Foucault encontrou nos livros e que nunca confrontou com processos políticos reais (escolha metodológica assumida!) têm um pressuposto que, longe de ser explicitado, é sempre cuidadosamente apagado.

→ limites das opções
teóricas de Foucault;
catastróficas, ignorando
fatos
concretos

A subjetividade do “governado” só pode se construir sob a condição de que uma derrota, mais ou menos sangrenta, o transforme de adversário político em “vencido”.

A América Latina é um caso exemplar. Suas lutas fazem parte do ciclo das revoluções do pós-guerra contra o colonialismo e o imperialismo que desestabilizou profundamente o capitalismo e sua economia-mundo. Elas produziram níveis de organização e de luta incomparáveis, em intensidade e extensão, com o Ocidente. A essas subjetividades revolucionárias engajadas numa superação do capitalismo e de suas dominações, teria sido impossível impor ou mesmo sequer propor que se concebessem como “capital humano”, que se implicassem na competição de todos contra todos, cobiçassem o “êxito” e o “sucesso” individuais e cuidassem exclusivamente de seu próprio umbigo. Jamais se teria conseguido convencer essa subjetividade de que aceitando o mercado, o Estado, a empresa e o individualismo ela tomaria “as rédeas de sua própria vida”, podendo controlá-la e conduzi-la individualmente para a “realização pessoal”.

Os estadunidenses, depois que Allende ganhou as eleições e “tomou” o poder por via democrática, decidiram destruir militarmente esse processo e eliminar fisicamente os revolucionários que o sustentavam. Só mesmo com essa “tábula rasa” subjetiva erguida sobre milhares de mortos os experimentos neoliberais puderam ser implantados. Apenas assim os “vencidos” ficaram “disponíveis” para (em realidade tiveram que acatar) um impossível dever “empreendedores” de si mesmos. Nisso o neoliberalismo difere de seu antecessor: ele não acredita no funcionamento “natural” do mercado; ao contrário, é preciso continuamente intervir, com a escolha dos quadros jurídicos, com incitações fiscais, econômicas etc. Mas há um “intervencionismo” prévio que se chama guerra civil, a única capaz de criar as condições para “disciplinar” os “governados” que têm a ousadia de almejar a revolução e o comunismo.

* Subjetividade devastada
pela repressão militar na Am.
Latina que tornou possível o neolib.

Foi por isso que os Chicago Boys se precipitaram como abutres sobre a América Latina. Havia uma subjetividade devastada pela repressão militar, cujo projeto político fora esvaçado e sobre a qual se podia operar "livremente".

Essa história, que rapidamente desapareceu da memória das teorias críticas, não é uma especificidade do neoliberalismo, pois até mesmo o ordoliberalismo só conseguiu desdobrar suas receitas sobre subjetividades alemãs aniquiladas pela experiência nazista.

Nos países "desenvolvidos", no pós-guerra, a luta revolucionária nunca foi tão longe como na América Latina e no Sul do mundo de maneira geral (do Vietnã à Argélia, de Cuba ao Congo, Iêmen, Angola, Moçambique...). As organizações do movimento operário estavam completamente integradas na governamentalidade keynesiana, enquanto os novos sujeitos políticos surgidos durante a Guerra Fria mostraram-se incapazes de pensar e organizar um processo de ruptura com o capitalismo, fazendo com que a derrota se desse de modo diferente. Mais do que ao sul do equador, a "revolução impossível de 68" foi não apenas anticapitalista como também antissocialista. A ação política codificada pela revolução soviética e chinesa, assim como as estratégias da socialdemocracia e dos partidos comunistas, foi intensamente contestadas. Encurralada entre o modelo revolucionário caduco do século XIX e uma revolução para o século XXI que não soube inventar, a "revolução impossível" de 68, no Norte, foi marcada por uma derrota histórica sem sequer ter travado verdadeiros confrontos estratégicos.

Os capitalistas e o Estado, apesar da amplitude dos conflitos (milhões de grevistas nas fábricas, rebeliões nas escolas, revolta nas famílias, nos hospícios, insubordinações nas forças armadas...), não se depararam com verdadeiras revoluções. Para Thatcher e Reagan, bastou derrotar os mineiros ingleses e os controladores de voo estadunidenses para que o "inimigo" desabasse.

A ruptura não virá da multiplicidade dos movimentos de contestação (as tentativas revolucionárias se desenvolvem à margem ou isoladas como na Itália, onde a repressão é imediata e brutal), mas da empresa, do Estado, dos meios conservadores que, conforme vão se dando conta de que não enfrentam inimigos políticos, mas meros contestadores, aumentam a vantagem que já têm elaborando, em dez anos, uma verdadeira teoria e prática da "contrarrevolução". Os métodos não são os mesmos utilizados no Chile de Pinochet, Friedman e Hayek, mas um apanhado constituído com base na experiência de gestão dos poderes exercidos a partir de vitórias obtidas de diferentes maneiras sobre "vencidos" derrotados de diferentes maneiras.

Os capitalistas e seus Estados sempre concebem suas estratégias (guerras internacionais, civis, governamentalidade...) levando em conta a situação do mercado mundial e os perigos políticos que o afetam. Elaboram-nas tendo em vista os conflitos em curso e as dosam de acordo com as resistências, oposições, e enfrentamentos que encontram. Não se deve cometer o erro de separar um sul "violento" e um norte "pacificado", já que se trata do mesmo capital, do mesmo poder, da mesma guerra. Os neoliberais guiados por um ódio de classe que falta a seus adversários não se enganaram ao se mobilizarem na América Latina. Não somente porque o capitalismo é imediatamente um "mercado mundial", mas também porque a revolução que se manifestou como mundial pela primeira vez na história tinha ao sul do equador seus focos mais ativos. E era preciso esmagá-la como pré-requisito a qualquer "governamentalidade", mesmo que para isso tivessem que legitimar e se aliar a fascistas, torturadores e criminosos. Coisa que os liberais (neo ou não) estão sempre dispostos a fazer e refazer se em algum momento a "propriedade privada" é ameaçada, ainda que virtualmente.

No século XX o capital não só foi confrontado à conflitualidade do trabalho, mas ao maior e mais intenso ciclo de revoluções da história. A revolução mundial trazia novidades que os

nao se deve separar um sul "violento" e um norte "pacificado", eis que se trata de um mesmo capital, da mesma guerra

nunca do hedib. com os fascismos

revolucionários não souberam reconhecer, valorizar e organizar: a revolução não depende do desenvolvimento das forças produtivas (trabalho, ciência, técnica), mas dos níveis e da intensidade da organização política; tampouco é exclusividade da classe operária, já que desde a Revolução Francesa as únicas revoluções vitoriosas foram levadas a cabo por “camponeses”.

Para tentar compreender o que nos acontece é preciso remontar ao início do século XX. A citação de Michael Löwy que usei como epígrafe é uma síntese ao mesmo tempo fiel e eficaz do pensamento de Walter Benjamin, um dos raros marxistas que compreendeu plenamente a ruptura representada pelas guerras totais e pelo fascismo. Sua definição do capitalismo amplia e radicaliza a de Marx, já que o capitalismo é ao mesmo tempo produção e guerra, poder de criação e poder de destruição. Só o “triunfo sobre as classes subalternas” torna possíveis as transformações do sistema produtivo, do poder, do direito, da propriedade e do Estado.

Encontramos a mesma dinâmica no fundamento do neoliberalismo, cujo “triunfo histórico”, no qual o fascismo mais uma vez desempenhou um papel central, ocorreu em detrimento da “revolução mundial”. Vitória sobre classes subalternas muito diferentes das que Benjamin tinha em mente, pois, assim como a maioria dos marxistas europeus, não soube avaliar a importância da luta anticolonial. E embora Paris, entre as duas guerras, não fosse mais a capital da época como no século XIX, a cidade luz teve um papel determinante nas revoluções que se seguiram enquanto “capital do terceiro mundo”. No cruzamento das migrações asiáticas, africanas e sul-americanas, formou-se a grande maioria dos dirigentes que conduziram as lutas de libertação nacional contra o colonialismo,¹ motor da revolução mundial.

¹ Michael Goebel, *Paris, capitale du tiers monde – comment est née la révolution anticoloniale (1919 – 1939)*. Paris: La Découverte, 2017.

As guerras totais da primeira metade do século XX transformaram a guerra em guerra industrial e o fascismo em organização de massa da contrarrevolução. Agora temos um século atrás de nós que nos permite afirmar que a guerra e o fascismo são, ao mesmo tempo, forças *políticas* e *econômicas* necessárias à conversão da acumulação do capital, o que não era evidente no tempo de Marx. Sem guerra civil e fascismo, a “destruição criativa”, a reconversão de dispositivos econômicos, jurídicos, estatais e governamentais permanece letra morta. Desde 2007 entramos numa nova sequência desse tipo.

A diferença em relação a Foucault – mas também a Boltanski & Chiapello ou a Dardot & Laval – na análise do neoliberalismo é radical, pois eles dão sumiço não apenas nas origens fascistas do neoliberalismo, mas também na “revolução mundial” dos anos 1960, que está longe de se limitar ao 68 francês (Boltanski) e à qual, para revanche do capital, a revolução neoliberal fornecerá o quadro ideológico. Ela diz respeito à natureza do capitalismo que essas teorias “pacificam” apagando a vitória político-militar como condição de seu desenvolvimento. O “triunfo” sobre as classes subalternas faz parte da natureza e da definição do capital, assim como a moeda, o valor, a produção etc.

A financeirização dos pobres: da governamentalidade lulista ao confronto neofascista

O confronto entre os inimigos políticos do século XX terminou com a vitória do Capital, que transformou os vencidos em “governados”. Somente depois de derrotadas e destruídas as alternativas revolucionárias, somente após a *tábula rasa subjetiva*, novos dispositivos puderam estabelecer novas normas para conduzir os homens e sujeitá-los. O governo dos comportamentos na época

da dominação da finança não inaugura um período de paz. As relações governantes/governados que parecem substituir a guerra, na realidade dão continuidade a ela com outros meios.

Uma jornalista brasileira, Eliane Brum, alguns dias antes do segundo turno das eleições presidenciais escreveu: “Quando começamos a discutir um projeto original de país, quando os indígenas e os negros e as mulheres começam a ocupar novos espaços de poder, o processo é interrompido. Quando começamos a ter paz, a guerra recomeça. Porque, de fato, a guerra contra os mais frágeis nunca parou. Arrefeceu, algumas vezes, mas nunca parou. Desta vez, a perversão é que, até agora, o projeto autoritário vem se estabelecendo com a roupagem da democracia.”²

Ela sublinha o que todo mundo parece recalcar, a guerra nunca parou. Sua intensidade é modulada segundo as conjunturas do confronto político.

Do interior dessas relações “pacificadas”, as contradições do regime de acumulação financeirizada e as lutas que conduzem os governados determinam as condições para novas polarizações que, a partir da sequência política iniciada pela derrocada do sistema financeiro em 2008, vão conduzir à ruptura da governamentalidade tal como esta se estabeleceu após Reagan e Thatcher.

No Brasil podemos seguir esse processo passo a passo: do fim da ditadura à implantação de dispositivos de uma governança financeirizada durante os mandatos de Lula e Dilma Rousseff e, a partir da crise do governo desta, a novas e inéditas modalidades de confronto estratégico que a eleição de Bolsonaro cristaliza. O que o Brasil deixa transparecer tão claramente é a *incompatibilidade radical do reformismo com o neoliberalismo*, já que o último foi pensado, construído e almejado justamente contra a experiência “keynesiana”.

² Eliane Brum, Como resistir em tempos brutos. *El País*, 09 out. 2018. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/08/opinion/1539019640_653931.html>.

Lena Lavinas

Analisaremos essas diferentes sequências políticas do ponto de vista específico das “políticas sociais”, escolhidas pela estratégia do Capital financeiro para impor sua dominação, que são exatamente as mesmas que agem no Norte. Lena Lavinas as analisa de maneira admirável em seu livro *The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox*,³ que iremos utilizar amplamente para os dados e (em parte) pela argumentação.

horrens
divididos

O projeto do PT, operar uma “redistribuição” da riqueza através das “despesas sociais”, acabou por financeirizá-las e, em parte, privatizá-las. A transformação dos pobres e de uma fração dos assalariados em “homens endividados”, que se consolida e se estende a partir do primeiro mandato de Lula, terá consequências desastrosas após a crise de 2008. Um confronto entre inimigos está novamente na ordem do dia, mas, após 40 anos de neoliberalismo, num contexto inédito: a ruptura da governamentalidade é consequência da utilização das instituições democráticas pela extrema direita, e os movimentos políticos, incapazes de se reorganizar e de definir uma nova estratégia e novas modalidades de organização revolucionária, mostram-se muito fracos.

centro
do comunismo

Uma das chaves do “desenvolvimentismo social” do PT, junto ao aumento do salário mínimo, dos salários em geral e da Bolsa Família, foi o incentivo ao consumo. Ela rebentou graças ao acesso dos pobres e das camadas inferiores dos assalariados ao crédito (a outra perna desse desenvolvimentismo era constituída pela exportação de matérias primas).⁴ O crédito parece se tornar

3 Lena Lavinas, *The Takeover of Social Policy by Financialization: The Brazilian Paradox*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2016. Ver também: How Social Developmentalism Reframed Social Policy in Brazil. *New Political Economy*, v. 22, n. 6, pp. 628-644, 2017.

4 Segundo o Banco Central do Brasil, em dezembro de 2014, as famílias de baixa renda, ou as “novas classes médias”, estiveram em primeiro plano nas estratégias dos bancos para ampliar o acesso ao crédito. No mesmo ano, de 56 milhões de crediários que contraíram empréstimos em instituições financeiras, 34,4 milhões ganha-

→ crédito quase tão importante quanto salário p/ estimular crescimento da demanda } RESPONSÁVEL POR 1/3 DO CRESC. DO PIB

progressivamente quase tão importante quanto os salários para estimular o crescimento da demanda durante o último ciclo econômico do Brasil. Se os salários dobraram, o crédito para o consumo quadruplicou, tendo sido o responsável por quase 45% do aumento da renda das famílias e por um terço do crescimento do PIB.

O acesso ao crédito, que tinha como objetivo reduzir a pobreza, funcionou também como o “cavalo de Troia” com o qual a financeirização se introduziu na vida cotidiana de milhões de brasileiros, sobretudo os mais pobres (“a inclusão pela finança”). A relação credor-devedor como técnica para conduzir e controlar os comportamentos é transversal aos grupos sociais, já que funciona tanto com o pobre quanto com o desempregado, o assalariado e o aposentado. Não é apenas um meio para se chegar a um objetivo qualquer, mas uma técnica tremendamente eficaz que desloca o terreno da luta de classe para um espaço onde as organizações dos assalariados não sabem se posicionar.

A captura de novos grupos sociais (trabalhadores, pobres e trabalhadores pobres) no circuito da dívida foi facilitada pela instauração do “crédito consignado”. Os bancos descontavam diretamente dos salários, das aposentadorias e das transferências de rendimentos os juros da dívida, protegendo assim a finança contra os “riscos”. A baixa de custos para os bancos permitia baixar também os valores dos empréstimos e ampliar o circuito da financeirização.

O PT conseguiu impor um dos objetivos estratégicos do neoliberalismo: na acumulação puxada pela finança, a “demanda efetiva keynesiana” e a distribuição da riqueza pelo Estado devem

vam menos de três salários mínimos. Além do mais, representavam 28% do total de créditos concedidos, a segunda porcentagem mais alta depois da fatia de renda mais alta (aqueles que ganham dez salários mínimos ou mais), o que representava 38% do total dos créditos. Dados de Lena Lavinas, *How Social Developmentalism Reframed Social Policy in Brazil*, op. cit.

“A INCLUSÃO PELA FINANÇA”



ser progressivamente substituídas pela privatização das despesas estatais e dos serviços sociais (saúde, educação, seguro-desemprego, aposentadoria etc.). O financiamento dessas despesas é assegurado por uma criação monetária deixada na mão dos bancos privados e das instituições financeiras que multiplicam as técnicas para facilitar o acesso ao crédito. O governo de esquerda favoreceu assim um outro e ainda mais importante objetivo da agenda neoliberal, a privatização da criação da moeda da qual decorrem todas as outras privatizações.

Essa estratégia de mercantilização dos serviços sociais estabelece a um só tempo uma máquina de captura das riquezas que ainda escapavam à valorização do capital financeiro, um poderoso dispositivo de produção de uma subjetividade para o mercado e um projeto de redefinição das funções do Estado.

Com a substituição crescente da “demanda efetiva” keynesiana e das políticas de redistribuição pelas privatizações dos serviços e da moeda, no Brasil, como em outros lugares, a finança tomou o controle da “reprodução social” e de seus financiamentos. Nem o movimento operário nem o movimento feminista foram capazes de opor verdadeiras alternativas a essa apropriação/privatização da “reprodução” que, no entanto, as correntes feministas do salário para o trabalho doméstico já tinham diagnosticado como estratégica desde os anos 70.

Lavinas descreve com grande precisão de que maneira o governo do PT estava em sintonia com as diretivas das instituições financeiras da governança mundial que, ao menos desde 2000, preconizam a “inclusão pela financeirização” e o estímulo ao consumo pelo aumento do crédito como os meios mais eficazes da luta contra a pobreza. Após a derrocada financeira de 2008, o Banco Mundial, o FMI e o G20, para reduzir as desigualdades e estabelecer uma “igualdade de oportunidades”, convidam a acelerar o desenvolvimento dos “sistemas financeiros inclusivos”. A demência autodestrutiva, o fundo suicida do capital,

cuidadosamente mascarado por uma esquerda que lhe atribui um potencial de progresso e de modernização que ele nunca teve, manifesta-se de novo: tratar a crise com as técnicas financeiras que a produziram.

A estratégia neoliberal não é “econômica” sem ser ao mesmo tempo subjetiva (“as ciências econômicas são o método, o objetivo é mudar o coração e a mente”, dizia Margaret Thatcher).

As novas políticas de proteção social rompem de forma radical com os princípios do *Welfare state* do pós-guerra, pois visam “proteger os meios de subsistência de base dos indivíduos e, ao mesmo tempo, encorajá-los a correr riscos”. Incita os pobres a uma mudança de comportamento para que sejam capazes de assumir individualmente os riscos que o endividamento comporta.

Os “riscos sociais” que tinham sido assumidos de forma coletiva, primeiro pela mutualização operária e depois pelo *Welfare state*, recaem agora sobre o indivíduo (embora estatizasse as modalidades da solidariedade entre trabalhadores como meios de controlá-los, o *Welfare* mantinha ao menos o princípio da socialização dos riscos). Cobrir os riscos sociais assumindo o risco individual do endividamento é concebido pelas instituições financeiras como uma técnica de sujeição, pois os reembolsos regulares impõem aos devedores uma disciplina, uma forma de vida, uma maneira de pensar e de agir. Tal controle de si é essencial aos olhos do Banco Mundial para transformar o pobre em empreendedor, capaz de gerir os fluxos de rendimentos irregulares graças ao crédito.

Essas novas formas de governamentalidade, muito diferentes dos dispositivos de poder fordistas, devem criar as condições (incitações econômicas, deduções fiscais etc.) para orientar as “escolhas” dos indivíduos pelo privado através de uma engenharia social micropolítica que é fundamentalmente financeira: mais que fornecer serviços, é preciso distribuir dinheiro, ou, melhor ainda, crédito, que o indivíduo gastará no mercado dos prestadores de

técnica de sujeição
→ ASSUMIR INDIVIDUALMENTE OS RISCOS DO ENDIVIDAMENTO

→ Welfare Socializa os riscos, ao menos


ENGENHARIA SOCIAL
MICROPOLÍTICA QUE É
FUNDAMENTALMENTE
FINANCEIRA

serviços aberto à concorrência, transformando assim o usuário social em cliente endividado.

O PT realizou, querendo ou não, outro elemento do programa neoliberal que rapidamente se voltou contra ele, a reconfiguração do Estado e de suas funções.

Longe dos neoliberais a ideia de um “Estado fraco”, de um Estado mínimo ou ainda pior, de uma “Estadofobia”. Muito pelo contrário, a privatização dos serviços deve liberar o Estado da pressão que as lutas sociais exercem sobre suas despesas. Em vez de ser o lugar do exercício da soberania, necessária ao bom desenvolvimento da propriedade privada, o sistema político foi investido durante toda a Guerra Fria por reivindicações que solapavam a autoridade do Estado e ampliavam suas funções administrativas (é o sentido do documento da Comissão Trilateral de 1973).

Privatizar a “oferta” de serviços significa tirar da “demanda social” sua dimensão política e sua forma coletiva. Uma vez liberado das “expectativas”, dos direitos e da igualdade que as lutas trazem consigo, o Estado poderá assumir as funções que o neoliberalismo prevê para ele: “Ser um Estado forte, para uma economia livre”, um “Estado forte” para com os fracos (os despossuídos) e fraco para com os fortes (os proprietários).

 O Estado não deve se tornar mínimo, mas organizar e gerir “serviços mínimos”, o que significa assegurar uma cobertura mínima dos riscos, pois o restante deve ser comprado no mercado dos seguros. Aqueles que aguentam o ritmo da concorrência, os que caem fora do mercado de trabalho, têm a sua disposição um “mínimo” a partir do qual recomeçar para voltar à concorrência de todos contra todos (*workfare*). Por outro lado, é o próprio Estado que deve trabalhar para levar a bom termo essa transformação, subfinanciando os serviços, deixando-os se degradar e implantando políticas fiscais que encorajem o recurso ao crédito. É isso o que, na prática, o Estado brasileiro progressivamente realizou.

⇒ A INCLUSÃO PELA FINANÇA NÃO SUBVERTEU AS ESTRUTURAS SOCIAIS E PRODUTIVAS EXTREMAMENTE INÍQUAS, MAS SIM REPRODUZIU-AS. As consequências foram desastrosas: endividamento, individualização e despolitização, sem que o “crescimento” e a redistribuição durante os mandatos de Lula alterassem, mesmo que marginalmente, a estrutura de classe do Brasil. A inclusão pela finança não subverteu as estruturas sociais e produtivas extremamente iníquas, pelo contrário, reproduziu-as, pois a distribuição pelo crédito só fez dar ensejo a um “consumismo superficial”.

Lavinias lembra que “em apenas uma década, a propriedade de bens duráveis como celulares, televisões e geladeiras se tornou quase universal”, fosse qual fosse o nível de renda disponível; enquanto Perry Anderson⁵ sublinha os limites dessa estratégia consumista já que “o abastecimento de água, estradas pavimentadas, ônibus eficientes, uma evacuação aceitável do esgoto, escolas e hospitais decentes foram negligenciados. Os bens coletivos não têm prioridade alguma, nem ideológica nem prática”.

As grandes mobilizações de 2013, que se desencadearam fora do PT e contra ele, são a manifestação da frustração, da raiva, da decepção com os resultados das políticas sociais. As reivindicações visavam precisamente a degradação dos transportes, dos serviços de saúde e da educação. E assinaram a sentença de morte do “reformismo *soft*” do PT.

Os brasileiros mais pobres e uma parte dos assalariados integram assim a categoria do “ser humano endividado”. A estratégia de crescimento adotada pelo PT conduziu a um endividamento rápido que os tornou vulneráveis e dependentes das instituições bancárias e financeiras. Em 2014, 28,8% da renda das famílias servia para reembolsar ao setor financeiro as dívidas do consumo.

O PT puxou o próprio tapete pois as políticas de “distribuição” criaram um individualismo despolitizante que, na realidade, era o objetivo político dos neoliberais. Perry Anderson observa:

⁵ Perry Anderson, Crisis in Brazil. *London Review of Books*, v. 38, n. 8, 21 abr. 2016, pp. 15-22.

LIMITES DA ESTRATÉGIA CONSUMISTA: BENS COLETIVOS NEGLIGENCIADOS!

Programa explícito de melhor extra dinâmica subjetiva

SOCIALISMO DO
CARTÃO DE CRÉDITO

beneficiários
PASSIVOS

“Os pobres permaneciam beneficiários passivos do poder do PT, que nunca os educou nem organizou, e muito menos os mobilizou como força coletiva. A distribuição estava ali, elevando sensivelmente o nível de vida dos mais desmunidos, mas era individualizada.”

Lavinas, entre mordaz e irônica, vai ainda mais longe que Anderson, fornecendo uma definição da experiência do PT que poderia ser assim sintetizada: o socialismo do cartão de crédito. “Uma vez no poder, o Partido dos Trabalhadores estimou que era possível refundar a nação criando novas identidades sociais, não fundadas em laços de pertencimento coletivo ou de solidariedade comunitária, mas sim no acesso ao crédito, a uma conta bancária pessoal ou a um cartão de crédito.”

PROJETO DE REDISTRIBUIÇÃO FUNDADO NA FINANÇA

Como está em sua natureza, a finança criou inicialmente uma bolha de crédito ao consumo que em seguida gerou uma bolha imobiliária ainda mais dramática.⁶

A ilusão de um crescimento (acumulação do capital é a definição correta) em que só há vencedores, capaz de reconciliar as classes mobilizando-as para o projeto de um Brasil grande, se esvai com as consequências da derrocada financeira de 2008 e com as inconsistências internas ao projeto de redistribuição fundado na finança (e com a baixa dos preços da matéria-prima do capitalismo “extrativo” brasileiro que Bolsonaro vai reativar aumentando o desflorestamento da Amazônia já começado pelo PT).

CAPITALISMO EXTRATIVO
BRASILEIRO (AMAZÔNIA)

⁶ A bolha é “caracterizada por vastas fortunas da parte dos promotores e empresas de construção [...] De 2005 a 2014, o crédito para a especulação imobiliária e a construção foi multiplicado por vinte; em São Paulo e no Rio de Janeiro, os preços do metro quadrado quadruplicaram. Só em 2010 os preços dos aluguéis médios em São Paulo aumentaram em 146%. Durante esses mesmos anos havia seis milhões de apartamentos vazios enquanto sete milhões de famílias careciam de uma moradia decente. Em vez de aumentar a oferta de moradias populares, o governo financiou as empreiteiras privadas”. Ibid.

→ ALIANÇAS

Uma vez que há perigo, mesmo criado pelo próprio capital, reconstroem-se as alianças entre a finança, internacional e nacional,⁷ o fascismo, os grandes proprietários de terra do agronegócio, os militares e os religiosos (durante a ditadura, de 1964 a 1985, os católicos reacionários; hoje, os evangélicos), na mais clássica estratégia que os neoliberais não tiveram a menor dificuldade em legitimar.

Ao lado desses movimentos do grande capital, a revolta e a vingança das elites brancas e da classe média alta encontraram o espaço político para se manifestar. O ódio de classe suscitado por um presidente operário, pelas cotas garantindo a inscrição dos negros na universidade ou pela imposição do contrato de trabalho para as empregadas domésticas (quase sempre afrodescendentes) exprimiu-se por ocasião do revés das políticas econômicas. Mas não se deve excluir a hipótese de que os sentimentos de tristeza do homem endividado, ao mesmo tempo culpado e frustrado, assustado e isolado, angustiado e despolitizado, tenham tornado disponíveis para a aventura fascista pobres e assalariados. A micropolítica dos créditos criou as condições para uma micropolítica fascista.

Os confrontos estratégicos voltam à ordem do dia depois que a insânia das receitas neoliberais fracassou por todo lado e não somente no Brasil. A ruptura da governamentalidade pegou os movimentos políticos de calças curtas pois estes negligenciaram, desde 1985, ano do fim da ditadura, pensar as novas condições da guerra, da guerra civil e da revolução. O pensamento estratégico

* A finança brasileira é a mais poderosa força capitalista do país: "A capitalização de seus dois maiores bancos privados, Itaú e Bradesco, é agora duas vezes superior à da Petrobras e da Vale, suas duas maiores sociedades extrativas, e muito mais sólida. Ao redor desse complexo encontra-se o sexto maior grupo de fundos comuns de moradia e de fundos de pensão no mundo, sem falar do maior banco de investimentos da América Latina, e de um enxame de fundos de capital-investimento e de fundos de cobertura." Ibid.

→ ALIANÇAS

Uma vez que há perigo, mesmo criado pelo próprio capital, reconstroem-se as alianças entre a finança, internacional e nacional,⁷ o fascismo, os grandes proprietários de terra do agro-negócio, os militares e os religiosos (durante a ditadura, de 1964 a 1985, os católicos reacionários; hoje, os evangélicos), na mais clássica estratégia que os neoliberais não tiveram a menor dificuldade em legitimar.

Ao lado desses movimentos do grande capital, a revolta e a vingança das elites brancas e da classe média alta encontraram o espaço político para se manifestar. O ódio de classe suscitado por um presidente operário, pelas cotas garantindo a inscrição dos negros na universidade ou pela imposição do contrato de trabalho para as empregadas domésticas (quase sempre afro-descendentes) exprimiu-se por ocasião do revés das políticas econômicas. Mas não se deve excluir a hipótese de que os sentimentos de tristeza do homem endividado, ao mesmo tempo culpado e frustrado, assustado e isolado, angustiado e despolitizado, tenham tornado disponíveis para a aventura fascista pobres e assalariados. A micropolítica dos créditos criou as condições para uma micropolítica fascista.

ÓDIO DE CLASSE

Os confrontos estratégicos voltam à ordem do dia depois que a insânia das receitas neoliberais fracassou por todo lado e não somente no Brasil. A ruptura da governamentalidade pegou os movimentos políticos de calças curtas pois estes negligenciaram, desde 1985, ano do fim da ditadura, pensar as novas condições da guerra, da guerra civil e da revolução. O pensamento estratégico

* A finança brasileira é a mais poderosa força capitalista do país: "A capitalização de seus dois maiores bancos privados, Itaú e Bradesco, é agora duas vezes superior à da Petrobras e da Vale, suas duas maiores sociedades extrativas, e muito mais sólida. Ao redor desse complexo encontra-se o sexto maior grupo de fundos comuns de moradia e de fundos de pensão no mundo, sem falar do maior banco de investimentos da América Latina, e de um enxame de fundos de capital-investimento e de fundos de cobertura." Ibid.

MO FOI FAUO-
RECIMO PELO PT

que constituía um trunfo dos movimentos revolucionários nos séculos XIX e XX é o que faltou completamente à onda planetária de mobilizações de 2011, da qual faz parte a brasileira de 2013.

O neoliberalismo não chegou de repente no fim dos mandatos de Lula, ele foi cultivado, favorecido, cevado – ironia do destino!
– pelo Partido dos Trabalhadores. O capital tem uma excelente relação com as instituições do movimento operário, pois a financeirização teria sido inconcebível sem os “fundos de pensão” dos assalariados estadunidenses (professores, funcionários, operários etc.), grandes investidores institucionais da bolsa.

A experiência da América Latina nos tempos do neoliberalismo foi construída a partir de um grande mal-entendido sobre o “reformismo”. O “reformismo” não é uma alternativa à revolução, pois depende de sua realidade ou de sua ameaça (uma possível revolução). Sem que o capitalismo esteja correndo um perigo real, nada de “reformismo”. Os movimentos políticos do século XIX, socialistas, anarquistas, comunistas, almejavam todos a superação e a destruição do capitalismo. Apesar das sangrentas derrotas “políticas” sofridas ao longo do século, as conquistas sociais progrediam. A Revolução Russa leva a termo esse ciclo de luta e, apesar de sua derrota política, trabalha, com o ciclo das revoluções anticoloniais, no sentido da conquista de novos direitos até mesmo no Ocidente (o *Welfare*, o direito do trabalho etc.). Os movimentos políticos contemporâneos estão muito longe de ameaçar a existência do capital, de modo que, de quarenta anos para cá, as derrotas econômico-sociais se somam às derrotas políticas.

A América Latina acorda de um sonho: poder praticar o reformismo sem a possibilidade da revolução, sem constituir uma ameaça, potencial que fosse, à sobrevivência do capitalismo.

Pensar em reduzir a pobreza e melhorar a situação dos trabalhadores e proletários através dos mecanismos da “finança” é mais uma perversão que uma ingenuidade ou um “paradoxo”. Pois o “crédito” é reduzido a um mero instrumento, adaptável a qualquer

É MAIS UMA PERVERSÃO
QUE UMA INGENUIDADE
OU “PARADOXO” FASCISMO OU REVOLUÇÃO?
36

→ CRÉDITO É ADAPTÁVEL, MAS
→ CONTINUA SENDO A ARMA MAIS
ABSTRATA E MAIS PODEROSA DO CAPITALISMO

projeto político, quando na verdade continua a ser a arma mais abstrata e mais poderosa do capitalismo.

Como sempre, a financeirização, que é a introdução do “sem limite” (do infinito) na produção, só pode descambar numa crise ao mesmo tempo econômica e política. E, como sempre, as crises financeiras dão ensejo a uma fase política marcada pela lógica da guerra ou, mais precisamente, pela reintensificação da guerra de classe, de raça e de sexo que é, desde sempre, o fundamento do capitalismo.

Os novos fascismos

“If conservatives (USA) become convinced that they cannot win democratically, they will not abandon conservatism. They will reject democracy”.

“Se os conservadores americanos se convencerem de que não podem vencer democraticamente, não vão abandonar o conservadorismo. Vão rejeitar a democracia.”

DAVID FRUM

Os novos fascismos conquistaram duplamente a hegemonia política, declarando uma “ruptura” com o “sistema” neoliberal (mais no gôgo que nos feitos) e, sobretudo, apontando no imigrante, no refugiado, no muçulmano, o inimigo. As polarizações políticas que as desigualdades não param de alimentar, principalmente depois de 2008, são, através do racismo, recompostas num “povo” fantasmático, mas não menos “real”, que toma forma e identidade opondo-se a um inimigo comum.

→ POLARIZAÇÕES
POLÍTICAS

A guerra, assim como o racismo, o fascismo e o sexismo, muda, se transforma. Após quarenta anos de políticas neoliberais o que vem não é apenas uma repetição do entreguerras. O neofascismo é uma mutação do fascismo histórico e uma mutação da organização e da violência contrarrevolucionária. A mídia, os comentaristas políticos e até mesmo o pensamento crítico chamam isso hipocritamente de “populismo”. As razões para “não ver” são profundas, arraigadas nas modalidades da produção e do consumo capitalista. Mas isso fica para depois.

A aliança formada nas eleições italianas de 2018 entre o “Movimento Cinco Estrelas” (populista) e a “Liga” (fascista) demonstra toda a inconsistência política do populismo. Ela permitiu que os novos fascistas da Liga não apenas chegassem ao governo, mas se tornassem, em alguns meses, o maior partido italiano. Basta que Salvini pronuncie as palavras mágicas “as portas estão fechadas” (aos imigrantes) para que qualquer veleidade política de populismo do Movimento Cinco Estrelas se torne irrisória. O populismo (mesmo o “de esquerda”) abre e prepara a chegada ao poder dos novos fascismos.

O fascismo contemporâneo é uma mutação do fascismo histórico no sentido de que é mais nacional-liberal que nacional-socialista. Os movimentos políticos do pós-68 (cuja definição mais apropriada é “proletários sem revolução”) são tão fracos que nem sequer é necessário retomar suas reivindicações deturpando-as como fizeram os fascistas e os nazistas. “Socialista” na boca de fascistas e nazistas, na época, tinha exatamente esse sentido e essa função, integrar as reivindicações das quais a ditadura tirava toda carga revolucionária. Nada disso no novo fascismo que, ao contrário, é ultraliberal. Ele é a favor do mercado, da empresa, da iniciativa individual, mesmo se quer um Estado forte para “reprimir” as minorias, os “estrangeiros”, os delinquentes etc.; e, como os ordoliberais, para literalmente construir o mercado, a empresa e, sobretudo, a propriedade. Ele aceita a democracia que, sem o

POPULISMO: abre e prepara a chegada ao poder dos novos fascismos

→ fascismos contemporâneos são uma mutação dos históricos

→ Democracia: caroço oco disponível,
se impulso igualitário das revoluções

impulso igualitário das revoluções, é um caroço oco disponível a quaisquer aventuras. O regime parlamentar e as eleições lhe convêm perfeitamente, pois nessas condições lhes são favoráveis. Seu racismo é "cultural". Nada mais tem de "conquistador" como no tempo das colonizações. Está mais para defensivo, temeroso, angustiado, consciente de que o futuro não está do seu lado; o antissemitismo deu lugar à fobia ao islã e ao imigrante.

Não é imperialista como seus antecessores, prefere se fechar nos limites do Estado-Nação. A Inglaterra é um bom exemplo: depois de pôr a ferro e fogo o planeta inteiro durante séculos, quer se entocar, numa boa, em suas fronteiras, de onde pode barrar as invasões daqueles que foram seus "escravos" e agora ameaçam sua "civilização".

O fascismo histórico era uma modalidade de atualização da força destrutiva das guerras totais; o que está crescendo bem debaixo do nosso nariz, ao contrário, é uma das modalidades da guerra contra a população. O novo fascismo não precisa nem mesmo ser "violento", paramilitar, como o fascismo histórico, quando se tratava de destruir militarmente as organizações operárias e camponesas, pois os movimentos políticos contemporâneos, diferentemente do "comunismo" entre as duas guerras mundiais, estão muito longe de ameaçar a existência do capital e de sua sociedade. Nem nos Estados Unidos, nem na Europa, nem na América Latina, nem na Ásia houve movimentos políticos revolucionários.

O fascismo histórico, uma vez aniquiladas as forças revolucionárias, foi o agente de um processo de "modernização" (Gramsci) que, "integrando" o socialismo, reprimia pela violência qualquer manifestação de conflitualidade. O fascismo italiano reestruturou a indústria tradicional e criou a indústria do cinema, reformou a escola e o código civil (ainda vigente nos dias de hoje) e instaurou um *Welfare state* que entre os nazistas era ainda mais "radical" que o dos Estados Unidos. Com os novos fascismos a agenda continua

↳ AGENDA CONTINUA SENDO NEOLIBERAL NOS NEOFASC, MAS MAQUIADA DE NACIONALISMO

A MÁQUINA DO CAPITAL E OS NOVOS FASCISMOS

39

↳ MODALIDADES DE GUERRA CONTRA A POPULAÇÃO

INDUSTRIAL
DE SUJEITO HETERO

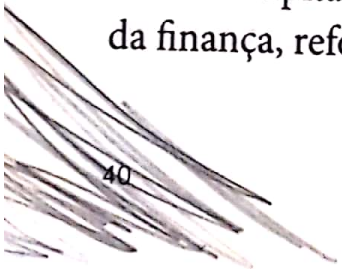
RECONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA É PODEROSO VETOR

sendo a do neoliberalismo, só que maquiado de nacionalismo.

A recomposição do povo em torno de sua unidade fantasmática é intensamente perturbada pela ação das subjetividades gays, lésbicas e transgênero que escapam ao modelo majoritário que a nostalgia dos neofascistas gostaria de reconstruir em volta da heterossexualidade. Cada ascensão das forças neofascistas foi acompanhada por campanhas de "ódio" feroz contra a "teoria de gênero". A reconstrução da família e da ordem heterossexual constitui um poderoso vetor de subjetivação fascista.

O que o velho e o novo fascismo têm em comum é um fundo de autodestruição e um desejo suicida que herdaram do Capital, pois este é ao mesmo tempo "produção", "destruição" e "autodestruição". Após o suicídio da Europa na primeira metade do século XX, quando o capitalismo atingira o mais alto desenvolvimento de suas forças produtivas, estaríamos assistindo ao suicídio dos Estados Unidos, no momento em que estes ultrapassaram um outro limiar de crescimento? Há uma continuidade, um ar de família que atravessa o capital e o fascismo que o século XX expôs em pleno dia e que o século XXI propõe novamente, sob novas formas. O racismo, o fascismo, o nacionalismo e o sexismo são necessários para a reprodução das divisões de classe, raça e sexo, pois, a partir da derrocada financeira abriu-se uma fase de radicalização política que os "automatismos" da economia e a governamentalidade já não conseguem mais controlar.

A evolução dessa onda fascista é difícil de prever, pois é caracterizada por diferenças internas consideráveis (Erdogan e Bolsonaro de um lado, os neofascismos europeus do outro e Trump entre os dois). O que podemos afirmar com certeza é que os fascismos históricos não resolveram as contradições e os impasses do capital. Ao contrário, eles as exasperaram e conduziram o mundo à Segunda Guerra Mundial. Trump está desestabilizando ulteriormente o capitalismo neoliberal, pois quer acelerar a desregulação da finança, reforçar os monopólios das empresas estadunidenses



(sobretudo digitais), reduzir os impostos no interesse de uma “plutocracia” dominante, protegendo as vítimas dessas mesmas desregulações e monopólios (a classe operária branca). Sem falar de sua política exterior.

O renascimento dos fascismos na Europa não data de hoje. Deu-se em paralelo às primícias do neoliberalismo (enquanto na América Latina o fascismo foi a condição de sua possibilidade), pois a denúncia do compromisso fordista com os “Trinta anos gloriosos” requer novas modalidades de divisão, de controle e de repressão. Incitada, solicitada, organizada pelo Estado, a gestão do racismo, do sexismo e do nacionalismo passa em seguida às mãos dos novos fascismos.

Na perspectiva de Foucault, contrariamente a muitas teorias críticas contemporâneas que preferem falar ainda de “populismo”, não é difícil, de um certo ponto de vista, compreender a emergência das novas formas do fascismo, do racismo e do sexismo que proliferam em escala mundial, já que elas sempre estiveram ali, fazem parte da organização do Estado e do capital. Foucault as chama de “excrecências do poder” e afirma que elas existem virtualmente e em “permanência nas sociedades ocidentais”. Essas virtualidades são “de alguma forma estruturais, intrínsecas a nossos sistemas e podem se revelar a qualquer momento, diante da mais ínfima brecha, o que as torna perpetuamente possíveis”.⁸ Os “exemplos incontornáveis” que ele oferece são “o sistema mussoliniano, hitleriano, stalinista”, mas também o Chile e o Camboja. O fascismo não faz mais que herdar e prolongar “uma série de mecanismos que já existiam no sistema social e político do Ocidente”. Se Foucault percebe a relação entre Estado e fascismo, não vê a que ambos mantêm com o Capital, que faz dos dois componentes de sua máquina de guerra.

⁸ Michel Foucault, *Dits et écrits*, II. Paris: Gallimard, p. 536. [Ed. bras.: *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento: Ditos e escritos*, II, org. de Manoel Barros da Motta, trad. de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.]

EXCRESCÊNCIAS DO PODER

ESTADO É
MÁQUINA DO
FASCISMO E
QUINA DA
GUERRA DO
CAPITAL

Não se trata apenas de dizer, como Primo Levi, que se os fascismos e o nazismo se deram, podem se produzir novamente, mas de afirmar que os fascismos, o racismo, o sexismo e as hierarquias por eles produzidos estão inscritos de forma estrutural nos mecanismos de funcionamento da acumulação capitalista e dos Estados.

Os fascistas e a economia

Os liberais “progressistas”, “democratas” e “mundialistas” ficam embasbacados diante da aliança de setores dos negócios, sobretudo da finança, com os novos fascismos.

Mas só podemos nos espantar com o “retorno” do fascismo no neoliberalismo se fizermos do primeiro uma exceção e não levarmos em conta sua certidão de nascimento político. Só podemos nos espantar com o “retorno” da guerra que a financeirização traz sempre consigo se persistirmos numa concepção do capital reduzido a simples “modo de produção”.

Não há incompatibilidade alguma entre ditadura e neoliberalismo. Os neoliberais são muito claros a esse respeito. Ludwig von Mises declara que os fascismos e as ditaduras salvaram a civilização europeia (por civilização europeia ele entende a “propriedade privada”), mérito que, segundo o libertariano, ficará para sempre gravado na história. O inefável Hayek prefere uma “ditadura liberal” a uma “democracia sem liberalismo”. O princípio que guia sua “escolha” não é a liberdade, mas a propriedade privada que, para ele, como para todos os liberais, são sinônimos. Pinochet a garantia, já com Allende não se podia estar tão certo.

Contrariamente a uma opinião muito difundida e difícil de erradicar, os fascismos não se constituem como obstáculos à economia, ao comércio e à finança.

Nos debates do parlamento francês antes de 1914 ressoavam as mesmas argumentações de hoje: a guerra é impossível já que as

interdependências entre as economias nacionais são muito fortes, a mundialização penetrou muito profundamente na produção e no comércio para que a guerra seja possível. O resto já sabemos!

No entreguerras o fascismo italiano sempre manteve boas relações com Wall Street apesar da “autarquia” econômica que reivindicava e apesar de os Estados Unidos, sob a pressão de uma xenofobia crescente, terem imposto cotas de imigração que afetaram particularmente o regime de Mussolini.

“Nacionalismo”, autarquia, xenofobia concernem apenas à gestão interna das diferentes populações dos diferentes países e só intervêm marginalmente nas questões econômicas em escala planetária. A lição do entreguerras pode ser útil ainda hoje, ainda que as conjunturas sejam diferentes.

“As políticas de desenvolvimento econômico nacional estão longe de ser incompatíveis com a promoção do comércio internacional e das redes financeiras. É preciso levar a sério o “nacional” em “internacional”. As elites do mundo dos negócios da Itália nunca visaram o desenvolvimento de seu país separadamente da economia mundial. O efeito imediato da Primeira Guerra Mundial não foi tanto dar livre curso à desmundialização quanto reconfigurar as trocas econômicas internacionais.”⁹

Hoover e Roosevelt, e mesmo Churchill, exprimem-se muito favoravelmente acerca de Mussolini, pois ao mesmo tempo ele põe ordem na casa, “moderniza” a indústria e o país e afasta o perigo bolchevique, o único verdadeiro problema para todas as elites capitalistas. “O acordo sobre as dívidas de guerra negociado em 1925 foi o mais generoso que os Estados Unidos fizeram com seus aliados. [...] os investimentos estadunidenses na Itália ultrapassam rapidamente os 400 milhões de dólares.”¹⁰

9 Adam Tooze, *Quand les Américains aimaient Mussolini*. *Revue Esprit*, mai. 2017, pp. 62-70.

10 *Ibid.*, p. 68.

Quando o presidente Hoover quer relançar uma governança mundial, a Itália fascista é um dos parceiros privilegiados. A harmonia nos anos 1920 entre liberais, finança e fascismo não se rompe por conta da intensificação da ditadura fascista, mas da crise de 1929. Adam Tooze salienta que a história da relação da “democracia” e da finança com o fascismo é reescrita (e falsificada) na Guerra Fria. Essa reescrita “silencia o fato de que, desde 1935, instituições tão importantes quanto a JP Morgan colaboram estreitamente com homens que são hoje tratados como criminosos fascistas”.¹¹

Mais uma vez é preciso voltar a Hayek e às razões que utiliza para legitimar os fascismos. A ditadura (ele está falando de Pinochet) desmantela as “liberdades políticas” e deixa que proliferem as “liberdades pessoais” (a liberdade da economia, a liberdade de comprar e vender, a de empreender e, sobretudo, a liberdade de a finança investir, especular e saquear através dos rendimentos).

O único perigo, historicamente comprovado, é o da autonomização das políticas fascistas, que podem se constituir em máquinas de guerra independentes autodestrutivas, mas se trata de um risco que os capitalistas e os liberais não hesitaram em correr assim que a propriedade privada se viu em risco, e que não hesitarão em voltar a correr nem hoje nem no porvir. O capital não é apenas economia, mas também poder, projeto político, estratégia dos confrontos políticos, inimigo jurado das revoluções políticas feitas por “escravos” (trabalhadores, pobres, mulheres, colonizados). Contrariamente a uma ideia pronta e muito difundida, o capital não é “cosmopolita”, pois sua desterritorialização, sua indiferença aos territórios e a suas fronteiras é muito relativa. Seu objetivo é desenvolver as forças produtivas, mas unicamente sob a condição de que elas produzam lucro. Essa condição (Marx expôs isso com muita clareza) está em evidente contradição com o desenvolvimento “em si” da ciência, do trabalho, das tecnologias

¹¹ Ibid., p. 69.

*O CAPITAL É PROJETO POLÍTICO

→ Si Estado, si guerra, si racismo,
si fascismo, nada de lucro

etc. O lucro impõe que a reterritorialização que assegura sua existência se realize através do Estado-Nação, do racismo, do sexismo e, se necessário for, da guerra e dos fascismos, únicos capazes de assegurar politicamente a continuação da expropriação e da espoliação quando a situação se radicaliza. É ingenuidade acreditar que a subordinação das forças produtivas ao lucro seja o resultado unicamente imanente ao funcionamento da economia, do direito, da técnica. Sem Estado, sem guerra, sem racismo, sem fascismo, nada de lucro. O “triunfo” sobre as classes subalternas não se dá de uma vez por todas, precisa ser continuamente repetido, reproduzido.

Na realidade, só a revolução pode ser verdadeiramente “cosmopolita”.

O racismo contemporâneo como mutação do racismo colonial

“Escuta só, se vocês encontrarem ‘jovens’ ou nem tão jovens de periferias desfavorecidas, digam a eles de minha parte que se tem uma coisa que esse movimento me ensinou foi a reconsiderar completamente minha maneira de ver essa ‘escória’ e sua suposta violência. Faz um mês que apanho uma vez por semana e já não aguento mais, então não consigo nem imaginar a raiva que eles devem ter por sofrerem o que sofrem ou dizem sofrer. Em suma, acho que é a primeira vez que me sinto próximo deles, e digo pra mim mesmo quase todos os dias que fui um grande babaca com meus olhos de branco médio privilegiado.”

UM COLETE AMARELO

→ "regulação" das populações pela escravidão

→ RACISMO CONTEMPORÂNEO É MUTAÇÃO DO COLONIAL

O fascismo histórico não foi a primeira atualização das técnicas de poder repressivas, destrutivas, genocidas. Antes disso, elas constituíram a modalidade de controle dos colonizados. A "regulação" das populações pela escravidão foi praticada através de técnicas de poder exercidas entre a vida e a morte, desenvolvidas muito antes do desdobramento do biopoder europeu e muito antes de sua realização cabal na Alemanha nazista. A "pesada" máquina do colonialismo, desde sempre, "mantém entre a vida e a morte - sempre mais perto da morte que da vida - aqueles que são obrigados a movê-la".¹²

O controle das populações que integra o "racismo" como arma de hierarquização e de segregação tampouco foi criado pelos fascismos, pois já era intensamente praticado nas colônias em que a "raça" foi inventada.

O racismo contemporâneo é ao mesmo tempo uma mutação do racismo colonial e da guerra contra as populações colonizadas. O negro, o muçulmano, o migrante não estão do outro lado da barreira racial, separados pelo mar ou pelo oceano. Eles povoam as cidades do Norte como cidadãos onde exercem, no mercado de trabalho, as funções ingratas que os ocidentais não querem exercer.

O capitalismo foi regido desde a invasão das Américas por uma governança mundial cuja principal tarefa foi a produção e a reprodução da divisão entre as populações da metrópole e as populações das colônias. A economia-mundo se estruturou a partir da divisão "racial" que atravessou o planeta com uma função ao mesmo tempo política e econômica. Divisão dramática no seio da qual se constituiu o conjunto do poder e do saber europeu, mas também o movimento operário que se "aproveitou" dessa estratégia imperialista, como lembra Engels referindo-se aos operários ingleses.

→ ECONOMIA-MUNDO PELA DIVISÃO "RACIAL"

12 Jean-Paul Sartre, *Situations, V: Colonialisme et néo-colonialisme*. Paris: Gallimard, 1964, p. 54. [Ed. bras.: *Situações, V: Colonialismo e Neocolonialismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.]

↳ Governança mundial: (re)produção da divisão entre populações das metrópoles e colônias

→ globalização: ato estratégico que põe a força de trab. p/ concorrer em escala mundial

A força e o papel estratégico dessa divisão saltaram literalmente aos olhos quando, a partir da Primeira Guerra, e ainda mais rapidamente após a Segunda, ela cai sob a pressão das revoluções anticoloniais e anti-imperialistas. Por conta de seu desmoronamento, o capital foi obrigado a mudar de estratégia e transformar a separação entre populações do Norte e do Sul em concorrência entre todas as populações do planeta. A globalização é esse ato estratégico que põe a força de trabalho para concorrer em escala mundial.

* Os fluxos migratórios se invertem. Durante todo o período da colonização as migrações iam da Europa para o resto do mundo a fim de explorar e, exportando as populações, conjurar as guerras civis europeias. Agora eles vão do Sul para o Norte, de maneira que as divisões raciais das quais os migrantes são vítimas se instalam como meio de controle das populações do Norte e se somam às segregações que sofrem os cidadãos europeus de origem "colonial". O racismo é uma técnica de governamentalidade do mercado de trabalho, mas desempenha um papel igualmente fundamental na governança política, pois constitui poderosos mecanismos de subjetivação indentitária nacionalista.

→ racismo é uma técnica de governament. do mercado de trabalho

Ao contrário do que afirma qualquer concepção modernizadora do capital, essa separação deve ser absolutamente reproduzida, de modo que, se não pode mais distribuir "trabalho livre" e "trabalho forçado" segundo a divisão entre colônia e metrópole, ele tentará produzi-la no interior desta última. É por essa razão que o trabalho precário assume a forma de "trabalho servil" e ganha, ano após ano, novos setores e novas camadas do antigo salariado.

Desse ponto de vista, poderíamos afirmar que a globalização consistiu mais numa transferência para o Ocidente da heterogeneidade das sujeições e das dominações próprias à produção nas colônias, comandada e controlada pelo poder superior da finança, que numa generalização do salariado como acreditava

→
TRABALHO
PRECARIO

COLONIALISMO PRODUZ
SUBJETIVIDADES
RACISMO PRODUZ UMA
SUBJEIÇÃO PRÓPRIA

o marxismo. A estruturação de nossas sociedades corresponde inteiramente à realidade colonial: “proteiforme, desequilibrada, em que coexistem ao mesmo tempo a escravidão, a servidão, o escambo, o artesanato e as operações da bolsa de valores.”¹³

O geógrafo Guy Burgel, de maneira muito significativa, vê na França contemporânea divisões que remetem ao modo de exploração colonial: “A periferia está mais próxima das análises terceiro mundistas de um Samir Amin, que a opunha ao ‘centro’ do sistema capitalista, do que de uma cartografia e uma sociologia simplista dos territórios.”¹⁴ A segregação “racial” é uma modalidade de governamentalidade que alguns Estados (como o de Israel) inscrevem na constituição formal, enquanto para outros (os EUA), ela está no fundamento de sua constituição material desde seu nascimento.

A primeira função do que Foucault chama “excrescências do poder” racistas é produzir sujeições. Ontem, a do “colonizado” e do “colonizador” e, hoje, a do migrante e do racista ocidental. O colonialismo é um exercício da violência que se caracteriza por uma forma específica de produção de subjetividade. Do mesmo modo, o racismo contemporâneo assegura uma produção de sujeição que lhe é própria.

Se é verdade que as sujeições “não são fenômenos derivados, consequências de outros processos econômicos e sociais” (Foucault), a produção do “racista” guarda um laço muito estreito com o capitalismo e, sobretudo, com seu motor mais assassino, a propriedade privada. O racismo permite realizar o que o liberalismo promete desde sempre e nunca poderá cumprir, fazer de cada indivíduo um proprietário. Foi a intuição genial de

13 Franz Fanon, *Œuvres*. Paris: La Découverte, 2011, p. 509.

14 Guy Burgel, *Les fins de mois difficiles avant la fin du monde*. *Libération*, 27 nov. 2018. Disponível em <https://www.liberation.fr/debats/2018/11/27/les-fins-de-mois-difficiles-avant-la-fin-du-monde_1694588>.

→ profundo laço que o racismo mantém com o capitalismo

Jean-Paul Sartre, que explica dessa maneira o antissemitismo. Mas basta mudar o objeto do ódio racial para atualizar suas observações e perceber o laço profundo que o racismo mantém com o capitalismo.

Os "antissemitas pertencem à pequena burguesia das cidades", mas o que nos interessa é como Sartre caracteriza esses pequeno-burgueses: eles "não possuem nada. Mas, justamente, é se levantando contra o judeu que de repente tomam consciência de serem proprietários: colocando o Israelita no papel de ladrão, inventam para si a invejável posição de pessoas que poderiam ser roubadas; já que o judeu quer lhes roubar a França, a França só pode ser deles. Assim escolheram o antissemitismo como um meio de realizar sua qualidade de proprietários".¹⁵

Esses mecanismos continuam funcionando até hoje, ainda que o objeto do ódio e da rejeição tenham mudado: os migrantes "roubam nossos empregos", "nossas mulheres", "invadem nossos territórios".

O medo de ser roubado e o medo de modo geral, esse poderoso afeto constitutivo da política europeia desde os primórdios, define o racista: "É um homem que tem medo. Certamente não dos judeus: de si mesmo, de sua consciência, de sua liberdade, de seus instintos, de suas responsabilidades, da solidão, da mudança, da sociedade e do mundo; de tudo menos dos judeus."¹⁶

Os milhões de despossuídos e de pequenos proprietários que veem a possibilidade real de perder o pouco que têm por conta das "loucuras" da bolsa, encontram sua "propriedade" material e espiritual na afirmação fantasmática da Nação, da identidade do povo, na soberania.

↳ os despossuídos encontram sua propriedade na nação, na id., no povo

15 Jean-Paul Sartre, *Réflexions sur la question juive*. Paris: Gallimard, 1996, p. 29. [Ed. bras.: *A questão judaica*, trad. de Mario Vilela. São Paulo: Ática, 1995.]


16 Ibid., p. 62.

↳ medo, poderoso afeto constitutivo da política

A secessão dos possesores

“Os mais ricos decidiram nos fazer uma guerra [...] Freqüente ricos de Paris e sua indiferença é total. Se você diz pra eles que na Espanha, aos 60 anos, o cara pode ser obrigado a trabalhar por 2,60 euros a hora, eles estão pouco se fodendo. Você se dá conta que já estão prontinhos pra esse mundo aí. Em suas cabeças tá tudo certo: para os pobres vai ser foda, mas eles estão cagando e andando. [...] Viveremos entre ricos em mini bolhas bunkers. Danem-se os mortos de fome. Por muito tempo achei que os ricos não se tocavam, mas agora acho que é pior: está tudo combinado, é isso mesmo que eles querem, que as pessoas se afundem na mais completa miséria. Não veem o trabalhador como um ser humano, mas como um problema a gerir.”

VIRGINIE DESPENTES

 Os novos fascismos se limitam a reforçar as hierarquias de raça, sexo e de classe, pois a estratégia política continua sendo neoliberal. A missão desse novo fascismo não é combater uma oposição que não existe, mas levar a cabo o projeto político que está na base das políticas neoliberais.

Contrariamente às teorias do “êxodo” pelas Multidões (Negri) ou da “secessão” pelo povo (Rancière), é o capital que organiza sua fuga, sua “separação” da sociedade. O “viver junto” nunca fez parte das preocupações do capital, mas agora ele parece afirmar, sem rodeios, o objetivo que persegue de maneira absolutamente consciente: tornar-se politicamente autônomo e independente dos trabalhadores, dos pobres, dos despossuídos. Politicamente, pois do ponto de vista “econômico” precisa deles, mas da mesma maneira que o fazendeiro precisa de escravos. O neoliberalismo rompeu

com o pacto fordista estabelecido em torno do emprego, enquanto os sindicatos e o movimento operário permaneceram presos a normas, regras, direitos do trabalho e de previdência social que foram progressivamente destruídos para dar lugar a relações de trabalho e de dominação servis não negociáveis e não negociadas.

Os condomínios fechados, numerosos tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, não passam de um sintoma folclórico, mas em todo caso inquietante, dessa visão da “sociedade”.

Nos Estados Unidos, o país do paradigma neoliberal completamente aplicado, as “minorias” (negros e hispânicos, mulheres...) empobrecidas, destinadas a subempregos, confinadas em guetos habitacionais e de formação, privadas de assistência médica e de aposentadoria e alvo de uma guerra racial feroz, povoam as prisões às centenas de milhares (2,5 milhões). Essa realidade começa agora a ser o futuro de uma parte da classe trabalhadora e da classe média branca, donde o sucesso político de Trump, que lhes promete o retorno a uma impossível supremacia racial e sexual.

Na secessão dos possesores, a privatização transformou as políticas de segurança contra os riscos sociais em dispositivos que produzem desigualdades crescentes, pois a universalidade dos direitos só se faz sob a ameaça de uma revolução possível/real ou de uma guerra. A privatização do que Foucault chama de dispositivos do “biopoder” muda radicalmente suas funções. Desde os anos 1970 ela é usada para desfazer sistematicamente a “potência” política que as populações acumularam em dois séculos de lutas revolucionárias e anular sua tradução em “direitos” à saúde, educação e aposentadoria, ao seguro-desemprego etc. O acesso à educação, saúde, aposentadoria etc. dependerá da propriedade e do patrimônio, não de um direito.

Para a grande maioria da população do planeta, a biopolítica deve assegurar um mínimo “vital” necessário a sua simples reprodução, exatamente como no século XIX. Na França, onde o *Welfare* deveria resistir melhor que em outros lugares, as políticas

econômicas produziram a inovação, muito mais significativa que a produzida pelo capitalismo cognitivo, neuronal, computacional da “terceira classe”, a classe dos pobres que têm direito a transporte, hospitais, supermercados e até mesmo a funerais de terceira categoria. A biopolítica divide (em três classes e individualiza ainda mais sutilmente), e dividindo ela empobrece uma grande maioria e enriquece uma pequena minoria. Não produz o capital humano, o empreendedor de si, mas o “trabalhador pobre”, relegando essa maioria à condição de “pobreza trabalhadora”.

O controle e a regulação das populações já não se fazem pela integração e pela biopolítica, mas pelo apartheid social (outro nome da secessão política do Capital). As sociedades voltaram a ser patrimoniais. Aí reinam os proprietários, como nos romances de Balzac da metade do século XIX. Os salários de “variável independente” da economia voltaram a ser, como antes do ciclo das revoluções, uma simples variável de ajuste das flutuações do lucro e tendem irresistivelmente para o mínimo. As desigualdades de renda não são nada comparadas às desigualdades de patrimônio. A renda que as alimenta não é mais sobretudo colonial, mas financeira (da qual a renda neocolonial é apenas uma parte).

No início do século XXI, outros acontecimentos vêm afetar profundamente as subjetividades já devastadas pela primeira sequência das políticas neoliberais.

A derrocada do sistema financeiro (2008) operou uma dupla ruptura “subjetiva” do modelo neoliberal, abrindo para uma nova e mais intensa fase de instabilidade diretamente política favorável a uma conversão neofascista da sociedade (ou a uma radicalização “revolucionária”). Primeiro a “crise” da dívida confirmou o fracasso da figura do individualismo possessivo e concorrencial do “capital humano” e fez emergir a figura subjetiva do “homem endividado”, responsável e culpado pelo excesso dos gastos públicos. Em segundo lugar, após o aprofundamento das políticas neoliberais de concentração da riqueza e do patrimônio, a frustração,

o medo e a angústia do homem endividado produziram uma conversão da subjetividade, tornando-a disponível às aventuras neofascistas, racistas, sexistas e aos fundamentalismos identitários e soberanistas.

O liberalismo contemporâneo está muito longe da imagem irênica que Michael Foucault oferecia da sociedade do empreendedor de si em *Nascimento da Biopolítica*: a sociedade industrial “exaustivamente disciplinar”, daria lugar à “otimização das diferenças”, à “tolerância concedida aos indivíduos e às práticas minoritárias”.

Esse quadro idílico não veio à luz do dia em lugar nenhum. Da mesma maneira que estamos longe, mas muito longe mesmo, da otimização das diferenças e da tolerância concedida às minorias, estamos igualmente na impossibilidade de nos referirmos ao “discurso do capitalista” de Jacques Lacan, versão psicanalítica da análise foucaultiana do poder neoliberal: a injunção do poder não seria mais “deves obedecer”, mas “deves gozar”.

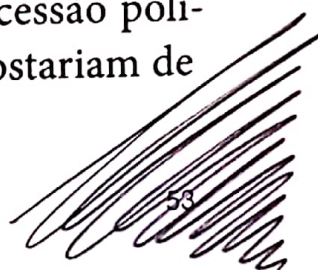
O gozo é hoje o que Trump proporciona aos brancos estadunidenses, quando defende sua “whiteness” contra as “raças” (negro, hispano, árabes) que a “ameaçam”; ou ainda o gozo dos homens quando os movimentos neoconservadores prometem o reestabelecimento do poder que perderam impondo a ordem da família e da heterossexualidade; na Europa, é o Islã o alvo de todas as investidas paranoicas e de todos os ressentimentos produzidos pelo liberalismo nos últimos quarenta anos.

A lógica da guerra contra as populações e de suas articulações (racismo, fascismo e sexismo) caracteriza a época. A intensidade crescente das mobilizações neofascistas, a livre circulação do discurso e dos atos racistas e sexistas parecem poder se integrar no quadro da governamentalidade neoliberal sem maiores problemas, pois participam da mesma máquina de guerra capitalista.

No quadro criado pelo avanço do projeto de secessão política dos “ricos” e pela impotência das forças que gostariam de

*racismo e sexismo se integram ao neolib. pois participam da mesma máquina de guerra

NEOCONSERVADORES }
imposição da ordem da família e da heterossexualidade



participar e discutir
Marina Basso Lacorda

barrá-lo, a democracia já não serve pra nada. A democracia representativa não entrou em "crise" com o neoliberalismo, já que o poder legislativo que deveria realizá-la e legitimá-la começou a ser neutralizado pelo poder executivo a partir da Primeira Guerra Mundial. A guerra industrial não se dá sem uma reconfiguração do poder executivo que não termina com o fim das hostilidades, mas que, ao contrário, vai progressivamente reduzir o parlamento a um simples apêndice de ratificação e legitimação dos decretos do verdadeiro poder legislativo, que está nas mãos do governo.¹⁷ Mas se pararmos a análise por aqui ficaremos apenas no rastro de Carl Schmitt ou de Agamben. O século XX manifestou uma nova realidade do "político" completamente instaurada pelo neoliberalismo: o poder executivo, como qualquer sistema jurídico-político, é um dos centros de decisão da máquina de guerra do capital, que executa, ratifica e legitima os "decretos" destinados a aumentar a "vida" (o poder de agir) do capital financeiro.

A democracia sempre foi compreendida pelos liberais como democracia dos possesores. Eles sempre conceberam os direitos como indexados à propriedade. Foram as revoluções que impuseram a igualdade e conquistaram os direitos políticos e sociais "para todos". Uma vez desfeita a revolução e constatada a

IDEIA-CHAVE DO LIVRO

17 "Ao fim das hostilidades, a urgência é a reconstrução e se torna econômico-financeira. A gestão da moeda, em particular, requer, como o governo da guerra total, poderes centralizados cujas decisões devem ser rápidas e eficazes. Como lá no começo da história do capitalismo, encontramos os mesmos fluxos des-territorializados, o exército e a guerra de um lado, a moeda de crédito do outro, como forças constitutivas de uma nova fase de seu desenvolvimento. O pós-guerra não traz consigo uma inversão do processo de concentração dos poderes do executivo em detrimento do legislativo e do judiciário, mas, ao contrário, sob a pressão econômica (sobretudo financeira), sua aceleração." Eric Alliez; Maurizio Lazzarato, *Guerres et Capital*. Paris: Amsterdam, 2016, p. 340. O neoliberalismo só faz mesmo levar a cabo esse processo. Utilizar hoje o conceito de democracia representativa é uma hipocrisia cósmica.

despêta a reb: e constatada a incapac. das forças anticapitalistas, a democracia desapareceu

incapacidade das forças anticapitalistas de reorganizá-la, a democracia logicamente desapareceu. O capitalismo pode funcionar dentro de diferentes sistemas políticos: democracia constitucional, Estado centralizador e autoritário como na China, na Rússia ou nos regimes fascistas. A ideia segundo a qual o capital está sempre acompanhado pela democracia é desmentida a cada dia.

Guerra e revolução

“No fundo acredito que as pessoas consideram – e não se enganam – que o crime é essencialmente um ato de guerra. Quero dizer que para eles o fundo da vida social é a guerra. Que o patrão lhes faz guerra, o governo lhes faz a guerra, os bandidos lhes fazem a guerra. Num certo patamar me parece que a percepção das relações sociais é algo fundamental e, sendo assim, mata-se aquele que nos matou. Isso não se limita ao olho por olho, dente por dente, trata-se da ideia, muito mais fundamental, de que estamos em guerra.”

MICHEL FOUCAULT

A partir do fim dos anos 1970, os movimentos pós-68 deixam de interrogar e de problematizar a guerra, a guerra civil e a revolução. Os conceitos de guerra e de revolução foram abandonados pelos “vencidos”, como se a guerra estivesse integrada, incorporada e pacificada sem resto na produção, na democracia, no consumo, e a revolução pudesse se conjugar ao tecnológico (automóvel, informática, robótica etc.). A “paz” foi confundida com a vitória histórica do capitalismo, o “fim” das guerras com a derrota da revolução. Mas é impossível compreender a mudança do funcionamento

do capitalismo, sua reconfiguração neoliberal, a emergência de novas formas de fascismos sem tematizar as vitórias e as derrotas do século XX, já que são os "triunfos" na guerra de classes que abrem a possibilidade das transformações.

teoria das mov. revolucionárias
↳ derrota política e

Se, como creio, a derrota política na passagem dos anos 1960 para os 70 implica também uma derrota teórica, a primeira vítima foi o marxismo, que forneceu o essencial dos instrumentos políticos e teóricos ao século das revoluções. A emergência de sujeitos políticos dificilmente identificáveis com a classe trabalhadora (os movimentos de descolonização e feministas, entre outros) abalara o conceito de sujeito revolucionário do marxismo europeu, mas é antes de tudo nas guerras totais que se deve buscar as razões de seu desmoronamento rapidamente consumado nos anos 70.

A Primeira Guerra foi a um só tempo a ocasião da tomada do poder pelos bolcheviques e a origem de uma reviravolta radical do funcionamento do capitalismo, continuada pela Segunda e pela Guerra Fria, que o marxismo, diferentemente dos capitalistas, foi incapaz de entender.

↳ MERCADORIA

As duas guerras totais afetam profundamente a categoria marxiana de "produção", fundamento da ruptura revolucionária por engendrar o sujeito que pode realizá-la. A produção sai das guerras totais radicalmente diferente de como Marx a definira no século XIX, e com ela os sujeitos da "revolução". Ela se torna uma parte da circulação, de diversas maneiras. A partir da Guerra Fria, ela passa a não ser mais que um mero momento da circulação das mercadorias (logística) e, com o advento do neoliberalismo, um momento da circulação do dinheiro (finança) e da circulação da informação (mídia e indústrias digitais).

De modo mais geral, como sugeriram as teorias feministas, a produção agora é somente uma parte da "reprodução social". Está subordinada à possibilidade e à capacidade de reproduzir e de controlar o conjunto das dominações e os confrontos estratégicos que as caracterizam.

⇒ "PRODUÇÃO" SE TORNA
PARTE DA CIRCULAÇÃO, UM
MOMENTO BELA,
APENAS
FASCISMO OU REVOLUÇÃO?

→ IMPLICAÇÃO ENTRE TRABALHO E GUERRA, CIVIL E MILITAR } FUNDAMENTO DO CAPITALISMO CONTEMP. E SEU MERCADO MUNDIAL

A logística dá a ver – talvez de maneira ainda mais clara que a finança e a informação – a continuidade da organização do trabalho com a organização da guerra, a estrita implicação entre o civil e o militar, que está no fundamento do capitalismo contemporâneo e de seu mercado mundial. A esse respeito, o livro *The Deadly Life of Logistics*, de Deborah Cowen, é exemplar.¹⁸ As citações a seguir que concernem à logística foram extraídas dele.¹⁹

A produção marxiana está encurralada entre redes de “circulação” imediatamente mundiais que criam novas dimensões do espaço-tempo da acumulação e inéditas modalidades da guerra que atravessam os Estados-Nação e suas fronteiras. O conjunto de redes de circulação das mercadorias, do dinheiro e da informação e o conjunto das redes da reprodução social são os eixos estratégicos da (global social factory) ou seja, da reorganização das economias nacionais numa máquina capitalista transnacional (para a construção da qual os Estados contribuem de maneira incontornável). Já no final dos anos 1950 e início dos 60, os capitalistas estão pensando a “produção” a partir da imbricação entre produção, distribuição e consumo na escala do mercado mundial.

Estados contribuem p/a construção da máquina capitalista transnacional

“A ‘revolução na logística’ transformou inteiramente as maneiras como as corporações imaginam, calculam, planejam e constroem espaços de produção e distribuição e gradualmente fez a economia global.” Os capitalistas concebem o “valor” e calculam a valorização a partir do “custo total” de seus diferentes fluxos de circulação e produção integrados.

Graças à logística, a fábrica é fragmentada, dispersada, estirada entre os diferentes territórios do planeta, de modo que uma

¹⁸ Deborah Cowen, *The Deadly Life of Logistics: Mapping Violence in Global Trade*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

¹⁹ Esse livro me foi indicado por Carlota Benvegna, que o encontrou em seu trabalho sobre a “logística”.

→ cálculo, planej. e constr. de espaços de produção e distrib. na econ. global, de modo fragmentado, disperso, em #s territórios

→ importante
do globaliz. p
tanto

única mercadoria incorpora uma multiplicidade de elementos produzidos nos quatro cantos do planeta. Diferentemente de Marx, que fazia da fábrica o “motor” e o “primeiro elo da corrente do valor”, “as mercadorias são hoje fabricadas através do espaço logístico mais que num só espaço”. Os marxistas terão dificuldade para apreender a lógica e a função da logística, pois sua dupla origem vira de pernas para o ar seu quadro teórico ainda muito industrial e eurocentrado: de um lado, o comércio de escravos e a circulação das mercadorias produzidas na colônia e, do outro, a guerra e, especialmente, a guerra industrial, que tem a logística como condição.

→ indissolúvel unidade do capital e da guerra, da produção e do poder

A globalização extensiva, que explora o conjunto do planeta, e a globalização intensiva, que explora o conjunto da sociedade, são a transposição “civil” da “economia de guerra” da primeira metade do século XX. A matriz do capitalismo contemporâneo tem sua origem na mundialização da guerra e na mobilização de todas as forças sociais para a produção industrial da destruição, que, com a bomba atômica, torna-se “total”. As duas guerras totais marcam a indissolúvel unidade estratégica do Capital e da guerra, da produção e do poder (e em primeiro lugar o poder do Estado), que não poderão mais ser separados, pois a “paz” foi justamente quem morreu nessa brincadeira.

A vantagem considerável que o capital ganhou hoje sobre a força de trabalho encontra sua fonte no final dos anos 1950 e no início dos 60, quando os capitalistas, integrando a dupla socialização da produção instaurada pelas guerras totais, colocaram-se a questão “Onde termina a produção?” que os marxistas, fiéis ao texto de Marx, demoraram para se colocar, ou, pior ainda, recusam ainda a se colocar. A resposta a essa pergunta foi encontrada na experiência do exército estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial, em que precisamente a produção (para a guerra) não tinha limites, já que se confundia com a atividade da “nação” e seu espaço com o planeta em seu conjunto.

Importante do globaliz. p/ tanto

única mercadoria incorpora uma multiplicidade de elementos produzidos nos quatro cantos do planeta. Diferentemente de Marx, que fazia da fábrica o "motor" e o "primeiro elo da corrente do valor", as mercadorias são hoje fabricadas através do espaço logístico mais que num só espaço. Os marxistas terão dificuldade para apreender a lógica e a função da logística, pois sua dupla origem vira de pernas para o ar seu quadro teórico ainda muito industrial e eurocentrado: de um lado, o comércio de escravos e a circulação das mercadorias produzidas na colônia e, do outro, a guerra e, especialmente, a guerra industrial, que tem a logística como condição.

→ indissolúvel unidade do capital e da guerra, da produção e do poder

A globalização extensiva, que explora o conjunto do planeta, e a globalização intensiva, que explora o conjunto da sociedade, são a transposição "civil" da "economia de guerra" da primeira metade do século XX. A matriz do capitalismo contemporâneo tem sua origem na mundialização da guerra e na mobilização de todas as forças sociais para a produção industrial da destruição, que, com a bomba atômica, torna-se "total". As duas guerras totais marcam a indissolúvel unidade estratégica do Capital e da guerra, da produção e do poder (e em primeiro lugar o poder do Estado), que não poderão mais ser separados, pois a "paz" foi justamente quem morreu nessa brincadeira.

A vantagem considerável que o capital ganhou hoje sobre a força de trabalho encontra sua fonte no final dos anos 1950 e no início dos 60, quando os capitalistas, integrando a dupla socialização da produção instaurada pelas guerras totais, colocaram-se a questão "Onde termina a produção?" que os marxistas, fiéis ao texto de Marx, demoraram para se colocar, ou, pior ainda, recusam ainda a se colocar. A resposta a essa pergunta foi encontrada na experiência do exército estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial, em que precisamente a produção (para a guerra) não tinha limites, já que se confundia com a atividade da "nação" e seu espaço com o planeta em seu conjunto.

“A velha arte militar da logística desempenhou um papel crucial na construção da fábrica social global [...] O interesse dos negócios na logística começou durante a Segunda Guerra, quando imensas quantidades de homens e materiais tinham que ser estrategicamente distribuídas pelo mundo afora.”²⁰

A guerra não é apenas o modelo genealógico da cadeia do valor, mas também um componente indispensável do funcionamento contemporâneo da circulação do capital, pois a dimensão transnacional da logística requer um modelo de “segurança” que não está mais centrado no Estado-Nação. Mais que uma simples militarização da logística, trata-se de uma coprodução pelas empresas e pelas forças armadas (o neoliberalismo introduz a privatização mesmo nesse domínio) de uma nova concepção da relação entre valorização e “segurança”. O exército estadunidense pôs à disposição dos civis a enorme experiência produtiva, tecnológica, científica, mas também militar, adquirida durante as guerras totais e a Guerra Fria. Assim como para a financeirização, é sempre o Estado quem tem a iniciativa, e o problema reside na maneira de transferir esses “saberes” aos setores privados.

O Estado e suas fronteiras, ao definirem o “dentro” e o “fora” da Nação, constituíam os fundamentos das divisões entre ação policial e ação militar, guerra e paz, entre guerra e terrorismo. O funcionamento transnacional da finança e da logística embaralha essas divisões e, sobretudo, a divisão entre civil e militar. A “segurança” da globalização, ao inverter a relação entre

²⁰ “É na guerra do Vietnã que o uso militar de contêineres assumiu sua forma global padrão, mas experimentos com um contêiner que podia ser transportado de diferentes modos foram feitos durante a Segunda Guerra como um meio de reduzir o tempo e o trabalho envolvidos no transporte de suprimentos militares para o *front*. Essas tecnologias específicas, junto com tecnologias de cálculo de gestão de formas complexas de circulação e distribuição fascinaram os civis. De fato, Grant Miller Davis sugere que a preocupação empresarial com o valor financeiro e estratégico da logística cresceu rapidamente no final dos anos 1950 e início dos 60.”

circulação e produção, só pode ser garantida por uma ação combinada entre civis e militares, entre a empresa e os exércitos (regulares e mercenários).

“Para um sistema baseado não apenas na conectividade mas na velocidade da conectividade, a própria segurança de fronteira pode se tornar uma fonte de insegurança para a cadeia de fornecimento. A segurança da cadeia de fornecimento assume a proteção dos fluxos de mercadorias, e as redes de infraestrutura de transporte e comunicação que lhes dão suporte como sua preocupação central.”²¹

A logística (gerenciamento de transportes das mercadorias e gerenciamento dos transportes de informação) tornou possível a produção flexível e *just-in-time*²² e foi sempre a “circulação” que permitiu a exploração global de uma força de trabalho dispersada pelo planeta inteiro. A exploração da força de trabalho em escala mundial é o que define o capitalismo, mas com a logística, pela primeira vez, ela é o resultado de uma máquina “produtiva”, tecnológica, informacional, administrativa e militar-policial integrada. O capital, graças à logística, sapateia entre subsunção real e subsunção formal da força de trabalho, isto é, entre exploração do trabalho altamente qualificado através de pesados investimentos em capital fixo (máquina, tecnologia, ciência) e exploração do trabalho servil e infantil, da escravidão com modalidades que parecem não pertencer à modernidade capitalista. Na realidade, o capitalismo mantém juntas, hoje como outrora, a produção “*capital intensive*” mais inovadora e as modalidades de exploração “*labour intensive*” mais tradicionais e violentas.

21 Deborah Cowen, *The Deadly Life of Logistics: Mapping Violence in Global Trade*, op. cit.

22 “Os militares dos EUA desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento de técnicas *just-in-time*, primeiro através do treinamento de trabalhadores no Japão ocupado para atender às necessidades de aquisição dos EUA e, em seguida, difundindo essas técnicas através da contratação de suprimentos para a Guerra da Coreia (Reifer 2004, 24; Spencer 1967, 33).” Ibid.

LOGÍSTICA (GERENCIAMENTO) + EXPLORAÇÃO VIOLENTA DO TRAB. EM ESCALA MUND.

A questão "onde termina a produção?" foi problematizada pelas feministas: prod. e reprod. da força de trab. asseguradas pelas MULHERES

A "classe trabalhadora", nessa multiplicidade fortemente integrada das modalidades de exploração da força de trabalho, perde sua hegemonia. Ainda mais que a questão "onde termina a produção?" não foi problematizada apenas pelos capitalistas, mas também pelas feministas que leram o primado da circulação como um primado da "reprodução" assegurada primeiramente pelas mulheres, sobretudo pela produção e reprodução da força de trabalho. "Onde termina a produção?" foi também a questão política colocada pelos movimentos de libertação nacional do poder colonial. Esses sujeitos contribuíram e muito para pôr em xeque o eurocentrismo e o antropocentrismo do marxismo ainda dominante nos anos 1960.

Circulação e finança

"A dívida ainda é neocolonialismo, só que os colonizados se transformaram em 'assistentes técnicos'. Na verdade, deveríamos dizer que se transformaram em assassinos técnicos. A dívida controlada pelo imperialismo é uma reconquista muito bem organizada para que a África, seu crescimento e seu desenvolvimento obedeçam a normas que nos são completamente estranhas."

THOMAS SANKARA, discurso sobre a dívida, 29/07/1987²³

²³ Sankara foi assassinado apenas cinco meses após esse discurso. Outro poderoso dispositivo do neocolonialismo monetário da África, o franco CFA (*Communauté Française Africaine*), por meio do qual a França, ainda hoje, coloniza a economia de 14 países africanos (e mais as ilhas Comores) foi igualmente denunciado por Sankara: "O franco CFA, ligado ao sistema monetário francês é uma arma da dominação francesa. A burguesia capitalista mercantil francesa construiu sua fortuna nas costas de nossos povos por meio dessa ligação, desse monopólio monetário."



O que emerge da circulação contemporânea é, sob muitos aspectos, bem diferente do que leva a crer a análise dos “dispositivos securitários” feita por Michel Foucault, que, a partir de 1976, aponta o abandono da guerra como cifra das relações de poder. Os dispositivos securitários, da mesma maneira que a logística, têm por objetivo, utilizando as palavras de Foucault, não fechar, mas ampliar continuamente os circuitos da circulação integrando “sem parar novos elementos, a produção, a psicologia, os comportamentos, as maneiras de fazer dos produtores, dos compradores, dos consumidores, dos importadores, dos exportadores, o mercado mundial”.²⁴

A confiança foucaultiana na capacidade dos “dispositivos de segurança” (“liberar as circulações, controlá-las, separar o joio do trigo, fazer com que tudo esteja sempre se mexendo, se deslocando, indo de um ponto a outro, mas de tal modo que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados”),²⁵ muito se parece com a falsa ingenuidade dos teóricos liberais. Os capitalistas são mais circunspectos quanto à capacidade quase automática dos dispositivos securitários de neutralizar os “perigos” e os “riscos”. Pensam, mais prosaicamente, a circulação e a segurança em estrita cooperação com os militares.

Essa ampliação contínua da produção pela circulação confronta-se a tais resistências, recusas, desvios, subtração, lutas violentas organizadas ou sabotagem individual, que a governamentalidade implica necessariamente uma relação com o imprevisível e o imponderável, ou seja, uma “relação com o acontecimento”, com as “séries de acontecimentos possíveis”, com “o temporal” e o “aleatório” do conflito como acredita Foucault. Mas no capitalismo

24 Michel Foucault, *Sécurité, Territoire, Population: Cours au Collège de France, 1977-1978*. Paris: Seuil, 2004, p. 46. [Ed. bras.: *Segurança, Território, População*, trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.]

25 Ibid., p. 67.

→ produção globalizada comandada e dirigida pela finança, pela logística, pela informação e pela guerra

essa relação com o acontecimento passa necessariamente pelas técnicas de guerra e, sobretudo, da guerra contra a população que, por definição, trabalha com o imprevisível e o imponderável.

O mercado mundial, especialmente com o neoliberalismo, só integra diferenciando através de técnicas racistas, segregacionistas, sexistas; só homogeneiza aprofundando as desigualdades; só uniformiza acentuando as "guerras" entre Estados, as guerras de classe, de sexo e de raça.

Se olharmos do ponto de vista da produção globalizada comandada e dirigida pela logística, pela finança, pela informação e pela guerra, teremos, mais uma vez, uma visão do neoliberalismo muito diferente da oferecida por Foucault.

A organização da "produção" a partir da circulação permite ao neoliberalismo "otimizar as diferenças" entre os diferentes status dos trabalhadores e os diferentes "custos da força de trabalho" mundo afora, ou seja, permite otimizar as modalidades heterogêneas de exploração e aproveitar diferenciais entre sistemas de previdência social, regimes fiscais e jurídicos.

O governo dessa produção mundializada tem seu centro estratégico na finança, cuja "mercadoria", o dinheiro, tem uma velocidade de deslocamento sem comparação possível com a rapidez das circulações das mercadorias geridas pela logística.

A finança mantém, como a logística, uma relação muito estreita com a guerra e, principalmente, com a guerra contra as populações, de que constitui a arma mais terrível.

* As instituições financeiras internacionais, após o "triunfo histórico obtido sobre as classes subalternas" nos anos 1970, começam a intervir massivamente com uma nova estratégia que requalifica as relações de poder como relações entre credores e devedores.

A estratégia da dívida foi posta em prática inicialmente com um duplo objetivo: recuperar o que o Ocidente tinha perdido por causa das lutas anticoloniais e disciplinar as subjetividades nascidas das revoluções anti-imperialistas, que dificilmente se

→ Prod. mundializada tem seu centro estrat. na finança
A MÁQUINA DO CAPITAL E OS NOVOS FASCISMOS

exploração globalizada
permite otimizar as diferenças de previdência, regimes fiscais e jur.

~~ESTRATÉGIA DA DÍVIDA~~
63

dobravam aos imperativos do “desenvolvimento” preconizado pelo Banco Mundial.

Silvia Federici descreve esse processo com grande precisão. Nos anos 1980 o Banco Mundial desempenha um papel central na África substituindo as “administrações coloniais que estavam de partida” e organizando um “programa especial” sob o nome de “ajuste estrutural” (“em troca de créditos pretensamente destinados ao crescimento econômico, um país aceita liberalizar as exportações, privatizar as indústrias públicas, abolir qualquer controle do câmbio e dos preços das mercadorias, acabar com toda forma de subvenção aos serviços públicos e desvalorizar ainda mais a moeda”²⁶ – e tirar de todos os direitos trabalhistas e de previdência social). Essas políticas de ajuste estrutural recebem o nome de “experimento chileno”, a que dão continuidade.

Entre os anos 1970 e 80, as grandes instituições internacionais do capital sentam na cadeira de réu “a resistência da África ao desenvolvimento”, pois as revoluções anti-imperialistas sedimentaram, apesar da derrota política, uma recusa que se exprime nos comportamentos subjetivos que entravam os objetivos do capital. “A dificuldade dos proletários africanos em aceitar as leis do capital como leis naturais é particularmente forte entre as novas gerações que cresceram em meio a intensas lutas de libertação.”²⁷

A “programação da crise da dívida afetou, desde os anos 1980, mais de 25 países africanos”. Foi uma maneira de “recolonizar grande parte do ex-mundo colonial, precipitando regiões inteiras na roda da dívida, reduzindo-os à miséria”. “Por causa da crise da dívida, os sucessos obtidos com a luta anticolonial foram anulados.”²⁸

26 Silvia Federici, *Reincantare il mondo*. Verona: Ombre Corte, 2018, p. 62.

27 Ibid., p. 59.

28 Ibid.

⇒ DÍVIDA COMO PROGRAMA DE RECOLONIZAÇÃO DE PAÍSES AFRICANOS, DEIXANDO-OS NA MISÉRIA

64 FASCISMO OU REVOLUÇÃO?

Crise da dívida anulou os sucessos obtidos com a luta anticolonial

→ economia da dívida
como instrumento recolonizador eficaz,
sendo estendidos aos trabalhadores

A economia da dívida mostrou-se tão eficaz como instrumento de recolonização e de imposição de normas capitalistas ao “terceiro mundo” que seus mecanismos foram estendidos aos trabalhadores norte-americanos e mais tarde aos europeus”.²⁹

O capitalista coletivo constrói sua máquina de guerra e sua estratégia a partir da circulação, de modo que não há exterioridade nem função parasitária da finança, que, muito pelo contrário, graças a sua desterritorialização superior, sua velocidade e sua aceleração contínua tem uma visão do ciclo global da “produção” que escapa tanto à empresa quanto ao Estado e às organizações do movimento trabalhador. Uma vez liberada dos obstáculos políticos que lhe foram impostos ao longo do século XX por conta do poder destrutivo por ela desencadeado, uma vez restituída à sua lógica do “sem limites”, do “sempre mais”, sua desterritorialização superior faz da finança o lugar privilegiado do comando e da estratégia, mas também a fonte das guerras e, com elas, dos confrontos estratégicos.

Os militares e a guerra depois da Guerra Fria

A guerra, ao mesmo tempo como força produtiva e força de reconversão política do capitalismo em que se converteu quando das guerras totais, sofreu profundas transformações ao longo do século XX que os críticos do capitalismo, insistindo na premissa de que ela não faz parte de sua organização, negligenciam completamente.³⁰ Entre as novas definições da guerra que os debates entre militares produziram após a queda da União Soviética, “a guerra contra o povo” me parece a mais adequada para definir não apenas as estratégias militares, mas também as estratégias das

²⁹ Ibid., pp. 90-91.

³⁰ Para um aprofundamento ver meu *Guerres et Capital* com Eric Alliez, op. cit.

→ estratégias militares e políticas do neoliberalismo. } ambos associam o civil e o militar, encontrando seu ponto de convergência na guerra contra

políticas do neoliberalismo. Os dois associam, de maneira diferente, o civil e o militar, e encontram seu ponto de convergência na guerra contra as populações.

Às vezes os militares estão mais atentos que as teorias críticas às transformações do capitalismo, mas negligenciam, como elas, um fenômeno político fundamental: a derrota da revolução. A Guerra Fria foi o cenário em que se deu (com a participação e, mais frequentemente, apesar de e contra as duas grandes potências, EUA e URSS) uma "guerra civil mundial" (descrita de formas diferentes por Arendt, Kosseleck e Schmitt) em que se opunham, na realidade, a "revolução mundial" e a máquina de guerra do capital, que acabou por sair vitoriosa. É na derrota da revolução que é preciso buscar as razões das transformações da guerra que levaram as duas guerras totais à sua realização cabal.

↳ DERROTA DA REVOLUÇÃO

Após as guerras industriais da primeira metade do século XX, a guerra e o Estado começam a se tornar funções e componentes da máquina de guerra do capital. A "tomada", a "conquista", a apropriação, longe de serem apenas territoriais, não são mais prerrogativas do Estado, mas do capital. Os Estados não têm mais o "monopólio nem da violência nem de seu emprego". Trata-se sempre de impor sua própria vontade pela força, mas os meios de coação se diversificaram (o econômico, o cultural, o social, o tecnológico). A força é exercida de forma crescente por sujeitos "civis".

"Existem exércitos privados, companhias de mercenários e há instrumentos econômicos e sociais tão eficazes quanto bombardeios em larga escala."³¹

A reversibilidade entre guerra e poder retorna como um leitmotiv nos trabalhos dos militares e encontra na finança o exemplo por excelência da coação pela força econômica. Ela conjuga a forma mais desterritorializada do capital e a forma mais

31 Fabio Mini, *La guerra spiegata a...* Turim: Einaudi, 2013. Ver *Guerres et capital*, op. cit., onde não utilizamos os escritos desse general italiano.

↳ reversibilidade entre guerra e poder encontra na finança o exemplo por

66 ^{FASCISMO OU REVOLUÇÃO?} excelência da coação pela força econômica

→ integração e sujeição do Estado
a estratégia do capital

desterritorializada da soberania, a guerra. A finança “consegue destruir as economias dos países fracos, fazendo tantas vítimas quanto uma batalha”.³²

Não se trata de modo algum do desaparecimento do Estado, mas de sua integração numa estratégia, a do capital, que o Estado não está mais apto a elaborar e dominar como poder autônomo e independente. Ele exerce seu “poder” em “parceria” com outras forças (econômicas, financeiras) que o ultrapassam e o submetem a suas estratégias. O que é sublinhado em todos os trabalhos estratégicos são os efeitos “destruidores” da força, que podem muito bem ser de origem econômica e, sobretudo, financeira.

Quando os militares pensam na guerra hoje, não pensam na experiência do *front*, dos exércitos regulares, dos confrontos entre Estados como nas guerras totais que colonizaram nosso imaginário. Os *fronts*, como as fronteiras, mudam de lugar, interiorizam-se no território dos Estados “pacificados”, já que o militar e o civil se confundem.

A guerra total virou guerra global, no sentido de constituir a outra face da globalização, o aspecto militar da ação “civil” do mercado mundial. Ela é endêmica, intermitente, sempre prestes a explodir, mas sobre o pano de fundo de uma guerra contra a população. A guerra na Síria, a guerra de controle e de “execução” dos migrantes, a guerra pela privatização do *Welfare* não são as mesmas, mas há uma continuidade, uma transversalidade política representada pela “guerra contra a população”; ou seja, no capitalismo contemporâneo a guerra é sempre, no fundo, uma guerra civil, uma guerra contra a população.

A extensão da guerra global é igual à do mercado mundial e não basta não haver conflitos armados em seu solo para se poder dizer “não estamos em guerra”. Essa afirmação é um reflexo colonial ainda muito presente, pois na época das colônias, quando

³² Ibid., p. 74.

se constatava que a Europa atravessava um período de paz, não se levava em consideração as guerras que os europeus estavam fazendo nas colônias.

“É verdade que a guerra é um conflito armado, mas as armas não são mais apenas aquelas conhecidas como tais [...]. O conflito deve ser efetivo, mas os sinais dessa situação não são só militares [...]. O conflito deve se estender, mas a extensão” pode ser medida unicamente pelos “efeitos que o conflito tem sobre a soberania e sobre o funcionamento das comunidades políticas interessadas [...]”. A tapeação da extensão é o que permite a todos os países da Otan não se sentirem em guerra enquanto suas tropas combatem no planeta inteiro”.³³

Encontramos na definição da guerra contemporânea todas as características das duas guerras mundiais.

“A guerra, de fenômeno excepcional e limitado no tempo, no espaço e em seus meios, tornou-se total, assimétrica e permanente [...]”. A paz está “subordinada às modalidades de fazer a guerra” que “fazem dela uma continuação da guerra com outros meios”.³⁴

Michel Foucault, no período em que ainda tentava apreender a relação social através da “guerra civil” (1971-75), mas sem nunca levar em conta as duas guerras mundiais e as guerras civis europeias do século XX, numa entrevista em que ele faz o papel de entrevistador, chega às mesmas conclusões que os militares. A guerra do capital, diferente da conduzida pelo Estado, não tem como fundamento e objetivo a afirmação e a extensão da soberania, mas a submissão dos humanos e não humanos à produção do valor. É somente sob a hegemonia política do capital que a guerra civil mundial prima sobre a guerra entre Estados. Não se trata de uma guerra schmittiana (Estado, povo, destino), mas a máquina de guerra do capital encontra o inimigo quando a

33 Ibid., p. 39.

34 Ibid., p. 35.

⇒ a guerra do capital tem como fundamento e objetivo a afirmação e a extensão da submissão dos humanos e não humanos à produção do valor

inimigo da guerra do capital: insubmissão
as leis da prod. do lucro e da governam. que se
transformam em revolução
submissão às leis da produção do lucro e da governamentalidade
se transforma em revolução

“O problema seria, verdadeiramente, saber se o papel do exército é mesmo fazer a guerra. Porque, olhando bem, você percebe que, no final das contas, quanto mais o exército na história especializou-se como exército, mais, ao mesmo tempo, as guerras deixaram de ser o próprio dos exércitos e viraram um fenômeno político, econômico etc., que envolvia o corpo total da população.”³⁵

O conceito de população faz surgir um desacordo político com Foucault, cujo posicionamento lemos como sintoma da sensibilidade política de uma época, o pós-68. Durante a maior parte do século XX, o que se constituiu como problema político não foi a população e sua “vida”, mas as classes, as “nações” colonizadas e suas revoluções (mesmo quando da guerra nazista contra o “judaico-bolchevismo”, os judeus eram os inimigos “fantasmados”, enquanto o verdadeiro perigo político vinha da Revolução Russa).³⁶
A vitória do capital transforma a classe ou a nação em armas em “população”, ou seja, em massas trabalhadoras, desempregados, delinquentes, loucos, migrantes etc. que, todos, voltam a ser “perigosos” mesmo não sendo revolucionários. Apenas nas condições de derrota da revolução a guerra civil pode se tornar governamentalidade, isto é, “guerra no seio da população”, guerra em que os lugares dos vencedores e dos vencidos já estão distribuídos.

A transformação da guerra civil mundial em biopolítica (“guerra no seio da população”) faz dela uma guerra sem “inimigo”, já que

35 Thierry Voeltzel, *Vingt ans et après*. Paris: Verticales, 2014, p. 150.

36 Quando Foucault desenvolve a relação entre a biopolítica e o nazismo, inexplícitamente não trata do acontecimento mais importante da primeira metade do século XX: 1917. “O impacto da revolução soviética marcou a Alemanha como a nenhum outro país. A linha de divisão política, que atravessou a história das décadas seguintes, cristalizou as esperanças, os ódios e medos de uma população cortada em dois, em meio a um confronto que foi histórico.” Donatella di Cesare, *Heidegger, les juifs, la Shoah, les cahiers noirs*. Paris: Seuil, 2016, p. 222.

derrota da rev.
como condição possível -
bilitadora da guerra total

BIOPOLÍTICA:
guerra no seio
da população

→ guerra \neq inimigo,
já que esse desapareceu
com a revolução

→ não há inimigos a vencer,
somente vencidos a governar
& terroristas a neutralizar

* PAZ E GUERRA

este desapareceu com a revolução. Com a dissolução da classe na população, o que o poder vê por todo lado, mais como "perigo", "risco", "caos" do que como revolução, é o terrorista. Essa guerra não tem começo nem fim, já que coincide com o controle da população. Do mesmo modo não prevê vitória nem derrota, já que as relações de força são assimetricamente estabelecidas e estabilizadas a favor do capital. Não há inimigo a vencer, mas somente vencidos a governar e terroristas a neutralizar. O vencido pode a qualquer momento se tornar inimigo político se transformar a subordinação à biopolítica e à governamentalidade em confronto estratégico. Nessa instabilidade intervêm as "técnicas de segurança" que almejam antecipar o que não pode ser antecipado (o acontecimento da ruptura), de modo que, justo por essa impossibilidade, multiplicam-se suas intervenções. O desaparecimento do inimigo ou sua redução a terrorista, islamita, imigrado, significa apenas que ainda estamos na sequência da contrarrevolução, que ainda vivemos sob a dominação de sua vitória.

A guerra global, como a guerra contra a população, não conhece trégua. A paz está "subordinada às modalidades de fazer guerra" que a tornam "uma continuação da guerra com outros meios".³⁷

A imbricação da guerra e do poder em Foucault antes da conceitualização da biopolítica e da governamentalidade, como a do militar e do civil nos escritos militares pós 1989, prescinde da paz. Através dessas categorias, Foucault e os militares registram uma mudança completamente desdobrada após a Segunda Guerra Mundial, mas que vai se acentuar ainda mais com o neoliberalismo: a vitória não resulta mais num período de "paz", mas, muito pelo contrário, na reprodução da instabilidade (do mesmo jeito que a "crise" econômica deixa de ser conjuntural e se torna permanente).

A definição da guerra que exclui a paz como seu duplo invertido, traz uma crítica implícita à concepção dialética da guerra

37 Ibid., p. 35.

→ vitória \neq resulta em paz, mas em reprodução de instabilidade (tal como a crise econ. deixa de ser conjuntural)

GUERRA E PAZ JÁ NÃO SE OPÕEM
DIALETICAMENTE, AO MENOS DESDE A
GUERRA FRIA

que é própria do marxismo revolucionário. Ainda em Mao, guerra e paz constituem a exemplificação da relação dialética em que "a identidade dos contrários" contém a possibilidade da reviravolta. Ao menos a partir da Guerra Fria, a guerra e a paz já não se opõem mais dialeticamente, não se convertem mais uma na outra, e os adversários já não se enfrentam como contrários/idênticos. O negativo não é mais dialetizável. O negativo permanece negativo. Uma instabilidade radical se instala e daí a necessidade de pensar as técnicas de governamentalidade que conjugam o civil e o militar, a guerra e o poder, como uma "guerra contra as populações".

A polícia é a instituição que melhor pode gerir essa situação, já que a indistinção entre paz e guerra, violência e direito, está no seu fundamento: "Assim, 'para garantir a segurança', a polícia intervém em inúmeros casos em que a situação jurídica não é clara, sem falar daqueles em que, sem referência alguma a fins legais, acompanha o cidadão, como brutal imposição, ao longo de uma via regulada por ordens, ou simplesmente o vigia."³⁸

A novidade notável consiste na direção e na governança dessa guerra, que as elites capitalistas neoliberais deixam ou são obrigadas a deixar aos neofascistas.

No conceito de guerra é preciso incluir o fascismo (o racismo, o sexismo) como sugere o presidente Mao ("o fascismo é a guerra"). A mutação do fascismo que se produziu com o neoliberalismo é sinónimo de uma ulterior transformação da guerra contra a população, cuja intensidade dependerá da força das resistências que lhe serão opostas. Mas se o fascismo histórico era uma continuação da guerra total, o novo fascismo é antes caracterizado por modalidades da guerra no interior das populações.

38 Walter Benjamin, "Para uma crítica da violência", trad. bras. de Ernani Chaves, in *Escritos sobre mito e linguagem*, org. de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Editora 34, 2011, p. 137.

DIREÇÃO E GOVERNANÇA
DA GUERRA NEOLIB.
PELOS NEOFASCISTAS!

A “pacificação” no conceito de “poder”

“Como o ponto de chegada, o ponto de partida de qualquer contrato remete também à violência. Como fundadora de direito, ela não precisa estar imediatamente presente, mas é representada nele na medida em que o poder que garante o contrato jurídico nasceu ele próprio da violência, se é que não foi instalado precisamente pela violência no próprio contrato. Desaparecendo a consciência dessa presença latente da violência numa instituição, ela então periclita.”

WALTER BENJAMIN

O julgamento que fazemos sobre a guerra (e suas modulações) implica um julgamento sobre o capitalismo e sobre as lutas que nele se pode travar, pois, em última análise, toda guerra é uma guerra civil. Em praticamente todas as teorias críticas do pós-68, o capitalismo e o poder são pensados independentemente da guerra (civil), o que exclui, em princípio, qualquer possibilidade de repensar a revolução, mas também o fascismo, o racismo e o sexismo como articulações da guerra.

↳ um pouco de poder de dois -
↳ Lenin e críticos da obra -

As teorias críticas contemporâneas operam, paradoxalmente, uma pacificação do confronto estratégico do século XX. Diante da nova configuração determinada pela vitória do Capital sobre a revolução, o pensamento crítico oscilará entre uma “análise do capitalismo” que tem dificuldade em integrar a compenetração de civil e militar (praticamente todo o conjunto do pensamento de 68 encontra-se nesse caso) e uma análise, como a de Foucault, que integra por um curto período (1971-76) poder e guerra, mas que é incapaz de ver que a guerra não passa de um componente da máquina do capital. As concepções do poder que herdamos do pensamento 68 são responsáveis em grande parte

↳ guerra não passa de
um componente da má-
quina do capital

FASCISMO OU REVOLUÇÃO?

pela impotência para apreender a estratégia capitalista e a ascensão dos novos fascismos.

Foucault foi quem mais renovou a categoria de poder, mas também quem mais se afastou de seu funcionamento real no neoliberalismo, ocultando, através do conceito de governamentalidade, a dimensão da violência que ele exerce diretamente sobre as pessoas e as coisas. Sua concepção não jurídica do poder, enraizada na microfísica das relações que constituem a trama da vida de todos os dias, teve uma influência notável na elaboração teórica e política dos novos movimentos sociais. Os conceitos de "biopoder", "biopolítica" e, em seguida, "governamentalidade" terão cada vez mais repercussão, pois parecem constituir uma alternativa ao conceito e às práticas da "governança", palavra mantra do neoliberalismo.

É importante voltar a esses conceitos, pois, expulsando a guerra e a revolução, Foucault faz da biopolítica, conforme avançam suas pesquisas, um dispositivo fundamentalmente centrado no aumento da esperança de vida e do poder das populações, técnica de controle que perdeu qualquer carácter negativo (violência, repressão, guerra) para se definir como uma força positiva de produção ao mesmo tempo dos sujeitos, da liberdade e da segurança. A tanatopolítica (o inverso da biopolítica, conceito aliás nunca realmente estabelecido) vai progressivamente desaparecer, substituída pela "governamentalidade" que, fornecendo um quadro geral às técnicas de gestão da vida, apaga o que ainda restava das análises da guerra na necropolítica.

A insistência com que Foucault define as técnicas de poder como "produtivas", alertando-nos contra qualquer concepção do poder "repressivo", destrutivo, guerreiro, não corresponde de modo algum à experiência que temos do neoliberalismo. Sobretudo a partir do fim do último século, a guerra, os fascismos, o racismo, o sexismo, o nacionalismo, as "reformas" neoliberais manifestaram a natureza "negativa", repressiva e destrutiva do poder.

Deleuze aponta que as relações de poder em Foucault são diferentes da mera violência. O poder não age sobre a pessoa, mas sobre sua ação, sobre suas “possibilidades”, ou seja, exerce-se estruturando o campo do possível e do impossível de seus comportamentos. Mantém o “sujeito” sobre quem ele se exerce como “livre”, capaz de reagir e de responder a suas solicitações. A violência, ao contrário, age sobre as coisas e as pessoas fechando todas as possibilidades. O poder não é “fazer violência” ou “reprimir”, é mais do tipo: incitar, suscitar, solicitar. Isso é verdadeiro, mas cobre apenas uma parte das relações de poder, aquela que *Nascimento da Biopolítica* atribui ao neoliberalismo. Essa análise não corresponde às posições dos mandachuvas neoliberais pois estes estão longe de negligenciar a necessidade dos fascismos, das ditaduras, das guerras para garantir a “liberdade” (a propriedade privada).

O poder especificamente capitalista da disciplina do local de trabalho, por exemplo, não incide sobre a “culpa e o prejuízo”, afirma Foucault, mas sobre a “virtualidade do comportamento”.³⁹ Intervém de algum modo antes mesmo da manifestação do comportamento. De maneira semelhante, as técnicas biopolíticas agem onde as coisas vão se produzir “em função de acontecimentos ou séries de acontecimentos possíveis”.⁴⁰ O poder consiste exatamente no fato de “tornar provável”. É justamente o discurso das grandes empresas digitais (Google, Amazon, Facebook etc.) do Vale do Silício. Através dos “dados”, elas vão agir sobre os comportamentos possíveis antecipando-os.

Mas, se nos limitamos a essa definição do poder, teremos uma visão truncada de seu exercício.

39 Michel Foucault, *Le pouvoir psychiatrique*. Paris: Gallimard; Seuil, 2003, p. 53. [Ed. bras.: *O Poder Psiquiátrico*, trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.]

40 Michel Foucault, *Sécurité, Territoire, Population: Cours au Collège de France, 1977-1978*, op. cit., p. 22.

*Violência como expressão de poder, agindo diretamente sobre pessoas e coisas.

O poder não se resume a exercer uma ação sobre outra ação, implica também a possibilidade da imposição de sua vontade pela força, pela violência, por uma ação que, em vez de agir sobre outra ação, age diretamente sobre a pessoa e sobre as coisas (os não humanos). Na linha de montagem, como nas técnicas biopolíticas, os dois tipos diferentes de violência (agir sobre a virtualidade dos comportamentos e agir sobre coisas e pessoas) coexistem como sabem todos aqueles que a sofrem (o corpo dos operários como o corpo dos migrantes ou das mulheres).

O capital não é produção sem ser ao mesmo tempo destruição, não só das pessoas, mas também dos não humanos. O que chamamos "crise ecológica" é a destruição da biodiversidade, sem a qual nenhum ser vivo pode sobreviver.

Se paramos a análise na "ação sobre uma ação", teremos uma concepção "modernizadora" e limitada do poder no capitalismo, já que sua existência e sua reprodução supõem violências de classe, raciais e sexuais. Essas relações, que participam da "natureza" do capitalismo tanto quanto a ação sobre uma ação, não pertencem a um passado destinado a desaparecer com o pleno desdobramento das técnicas de poder capitalistas. Essas técnicas carecem, para funcionar, da violência sobre as coisas e as pessoas.

A leitura feita por Foucault dos neoliberais produziu estragos consideráveis na interpretação que, em sua esteira, a teoria crítica fez da biopolítica e da "governamentalidade". Gary Backer, por exemplo, é tido como o grande inovador, o modernizador das políticas penais, aquele que desloca os próprios termos da questão em plena sintonia com a saída de nossa sociedade da era das "disciplinas".

"A sociedade não tem a mínima necessidade de obedecer a um sistema disciplinar exaustivo",⁴¹ de modo que a política penal

41 Michel Foucault, *La Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France, 1978-1979*. Paris: Seuil-Gallimard, p. 261. [Ed. bras.: *Nascimento da Biopolítica*, trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.]

responderá a novas questões: “o que se deve tolerar como crime?”, “o que seria intolerável não tolerar?”. A nova problematização da delinquência traz consigo uma nova metodologia que os neoliberais encontram já elaborada na ciência econômica e que Foucault resume assim: “a ação penal deve ser uma ação sobre o jogo dos ganhos e das perdas possíveis” que o criminoso calcularia como uma “resposta” às mudanças das políticas penais estabelecidas pela governamentalidade.

Os argumentos de Becker (o criminoso se comportaria segundo uma lógica de maximização de “lucro”) são simplesmente ridículos diante de quarenta anos de políticas *repressivas* que produziram o maior enclausuramento “disciplinar” da história da humanidade. Nos Estados Unidos a “população” carcerária quintuplicou desde os anos 1970. Os 2,2 milhões de presidiários estadunidenses perfazem 25% da população carcerária mundial (enquanto a população dos EUA representa menos de 5% do total da população mundial). Os EUA praticaram um encarceramento em massa que não correspondia aos critérios inovadores do “capital humano”, porém, mais prosaicamente, a uma política de “guerra racial” que está nas bases da constituição material estadunidense e que o neoliberalismo reativou no quadro mais geral de sua guerra para restabelecer o poder da economia. O discurso poderia ser reproduzido tal qual pelo “capital humano”, cuja verdadeira significação é tirar a força de trabalho do assalariado de modo que ele assuma sozinho os riscos e custos de sua atividade. Individualização, empobrecimento e culpabilidade regem as políticas do “capital humano”.

Essas análises sobre a natureza “produtiva” do poder trazem o risco de introduzir mal-entendidos políticos, já que a ação do poder está reduzida a seu lado “produtivo”, performativo, constitutivo dos sujeitos e das instituições. Cai-se na ilusão de pensar o confronto de forma unilateral, como performativo contra performativo (Butler), produção contra produção

(Negri), criação contra criação (Guattari). Para sair da dialética do negativo abandona-se a guerra e a revolução que, em si, nada têm de dialético.

Esse modo “positivo”, “produtivo”, incitativo de pensar o poder deu lugar a uma politização que mais parece seu contrário. O que está afastado por muito tempo não são tanto as modalidades do poder, mas, de maneira sutil, qualquer problematização da revolução. Não se trata de dizer que o pensamento da “governamentalidade” é compatível com a “governança” do liberalismo, mas que ele aceita sua principal crença: a economia, as instituições, as relações governantes/governados substituíram a guerra, a estratégia na impessoalidade de seu funcionamento.

Não devemos compreender o conceito de guerra unicamente como confronto armado entre inimigos, nem somente como estratégia. É preciso também compreendê-lo como uma crítica à concepção marxiana que interpreta, de maneira unilateral, o poder do capital como uma superação da dominação pessoal própria das sociedades feudais. A guerra não desaparece, não pode ser reabsorvida nos dispositivos despersionalizantes da economia e do direito, pois ela é a manifestação mais fulgurante de que o poder é igualmente violência sobre as coisas e as pessoas.

Félix Guattari exprime esse grande defeito do pensamento 68, prolongando ao capitalismo contemporâneo o ponto de vista de Marx sobre o poder do capital como despersionalização: “As relações personológicas do tipo nobre-servo, mestre-aprendiz, apagam-se em proveito de uma regulação das relações humanas gerais, fundadas principalmente em sistemas de quantificação abstrata baseados no salário, na ‘qualificação’, no lucro.”⁴²

Os dispositivos que despersionalizam as relações de poder (a moeda, o salário etc.) não podem funcionar sem relações de poder pessoais. O fetichismo marxiano (a transformação das

42 Félix Guattari, *Lignes de fuite*. La Tour-d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2011, p. 54.

viol, racista, sexista, nacionalista, to tornam operacionais os fluxos abstratos da moeda

relações de poder entre os homens em relações de poder entre as coisas) traz o risco de introduzir mal-entendidos, pois sem fluxo de guerra, sem fluxo de violência racista, sexista, nacionalista, os fluxos abstratos, impessoais, da moeda, do direito etc., não teriam a menor chance de ser operacionais.



COMO AS FINANÇAS SE OPERACIONALIZAM ATRAVÉS DO EIXO INTERSEC. GÊNERO/RACIA?

Negri e Hardt, alinhados com essas posições que se tornaram dominantes depois dos anos 70, denunciam as teorias que anunciam o advento dos “novos imperialismos” e “novos fascismos” como uma “espécie de visão apocalíptica”.⁴³ Elas ocultariam e mistificariam as verdadeiras formas do poder que dominam efetivamente nossas vidas, ou seja, o poder incorporado na propriedade e no capital, o poder imanente ao direito e a suas instituições. Inútil atribuir uma forma “dramática ou demoníaca” ao poder, pois, de maneira muito mais normal, ele se exerce na forma da lei e da propriedade. A visão trágica característica do século XX evaporou-se, pois “o poder político é inteiramente imanente às estruturas econômicas e jurídicas”.

As visões apocalípticas e acabrunhadas dos “esquerdistas” constituiriam até mesmo um obstáculo ao engajamento político contra os verdadeiros poderes do capitalismo, pois supõem não poder “transformá-lo de maneira democrática. É preciso se opor a ele e destruí-lo, eis tudo”.

Após ter desempoeirado, depois dos eventos de 2001, a “guerra civil mundial”, denominando-a “global” (mas sem nunca fazer dela um componente constitutivo do capital que permanece fundamentalmente “produção”), Negri e Hardt, à maneira de Foucault, abandonam o conceito de guerra. Na virada do século, o capitalismo teria hesitado entre a opção da finança e a da guerra, mas teria acabado escolhendo a primeira pois “uma sociedade em estado de guerra” só pode funcionar por pouco tempo. Em médio

43 Michael Hardt; Antonio Negri, *Commonwealth*. Paris: Stock, 2012. [Ed. bras.: *Bem-estar comum*, trad. de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016.]

COMO A FINANÇEIRIZAÇÃO DA POBREZA SE OPERACIONALIZA ATRAVÉS DO GÊN. E DA RAÇA NO BR?

Negri e Hardt não incorporam o conceito de guerra ao capital, opondo-o ao modelo das finanças

prazo, a guerra mina a “produtividade, sobretudo numa economia em que a liberdade, a comunicação e as interações sociais são absolutamente necessárias”.

A guerra é antieconômica, afirmam Negri e Hardt, enquanto a finança internacional, como a local, não hesita em dar seu apoio e emprestar seus homens (os banqueiros do grupo Goldman Sachs) às visões “apocalípticas” de Trump e em legitimar e financiar um fascista como Bolsonaro. Após as guerras totais, a guerra se torna, para falar como Marx, uma das “principais forças produtivas”, pois ela é constitutiva da big science, da tecnologia de ponta e da logística, formando assim um setor econômico incontornável que, desde o início do século, não para de engordar.

Negri e Hardt radicalizam ainda suas posições. O poder não estaria apenas incorporado à economia e ao direito, mas seria exercido através de automatismos (leis, normas, protocolos tecnológicos e científicos) que tornam a subjetividade do comando impessoal, objetiva, “pacificada”, passando a ser impossível reparar o exercício da força nela.

“É até mesmo difícil descobrir nele uma violência, tanto ele é normalizado e sua força aplicada de maneira impessoal.”⁴⁴ O controle capitalista e a exploração não são exercidos por um “poder soberano exterior”, mas por leis “invisíveis” e “interiorizadas”.

Teríamos saído das sociedades de soberania, pois o poder agora é imanente aos dispositivos disciplinares e de controle que passam a funcionar de modo automático e impessoal: tanto a moeda quanto as normas sociais, a tecnologia numérica como as técnicas de governamentalidade moldariam nossos comportamentos e nossas subjetividades produzindo hábitos sem recorrer à guerra, à coerção e à violência.

Parece difícil nos dias de hoje perceber o que Walter Benjamin havia admiravelmente vislumbrado entre as duas guerras mundiais.

44 Ibid., p. 29.

para Negri e Hardt, a guerra é crítica, pois tal modulação vem da mão, profundamente da guerra

violência que conserva (mecanismo que assegura funcionamento do neoliberalismo) está tomando forma dos novos fascismos

INDISTINÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DO ESTADO DE EXCEÇÃO

E no entanto, no momento fundacional do neoliberalismo está em marcha uma “violência que funda” uma nova economia, um novo direito e novas instituições, enquanto seu funcionamento será assegurado por uma “violência que os ‘conserva’” (violência muitas vezes “latente”, uma violência “administrativa” mas não menos eficaz que a primeira). O “triunfo” do capital sobre as classes subalternas não se dá de uma vez por todas. Deve ser cotidianamente reproduzido (nada de “reprodução” sem “violência que conserva”). Diante da incapacidade das forças capitalistas de sair do desmoronamento financeiro que elas mesmas causaram, a “violência que conserva” deve transpor um limiar. Ela está tomando a forma dos novos fascismos. Conservação que periga degenerar em autodestruição, como já ocorreu entre as duas guerras totais.

Mais profundamente ainda, a violência que funda e a violência que conserva não se sucedem, a anomia (a suspensão do direito) e a norma (a produção do direito) não são dois momentos que se seguem na organização da ordem política. Não vivemos num estado de “exceção permanente”, mas, de modo mais perverso, sua imbricação, sua indistinção com o Estado de direito. Na França, após os atentados de 2015, o governo declarou um “Estado de urgência” que nunca mais foi revogado, já que uma parte de suas normas foram incluídas na constituição, de maneira que não podemos mais discerni-las.

A lei “antivândalos” (“quarta lei securitária” após a chegada de Emmanuel Macron aos Campos Elísios), votada contra as mobilizações dos coletes amarelos, continua a manter viva a hibridação entre Estado de direito e Estado de emergência.

“Hoje, o governo e as forças de polícia estão reempregando os mesmos mecanismos para proceder à manutenção da ordem pública, não mais dirigidos aos terroristas, mas àqueles que atrapalham ou que são taxados como causadores de problemas.

exceção, uma vez colocada no direito, se alastra, e acaba virando regra

Vemos muito bem como a exceção, uma vez colocada em nosso direito, se alastra, e acaba virando regra.”⁴⁵

Nos períodos de forte mobilização política, o Estado de direito e seu poder judiciário são despojados de suas prerrogativas, que se concentram então na polícia (“Às vezes, também, o governo dá a impressão de ter se tornado refém de sua própria polícia”, sublinha François Sureau, um advogado próximo a Macron⁴⁶) e na administração, que, através de um sentença arbitrária e irre-corrível do *préfet*, decide quem tem o direito e a liberdade de manifestar.

As teorias críticas, em sua apreensão do funcionamento do poder, são traídas por seu “eurocentrismo”. É difícil pensar a “civilização europeia” sem associar a guerra e o direito, sem con-jugar o ilimitado do confronto estratégico entre Estados (e as guerras civis internas) e o limitado da regulação das mesmas guerras pela soberania, pelo constitucionalismo, pela governa-mentalidade. Essa regulação se funda num dispositivo que quase nunca é explicitado pela filosofia política e pela teoria do direito, já que para percebê-lo é preciso ter em mente o “mercado mun-dial” e a dominação global que a civilização europeia exerceu durante séculos. O colonialismo não foi apenas uma formidá-vel máquina de exploração de uma força de trabalho reduzida à escravidão. As colônias não foram apenas terras de pilhagem e de acumulação de riqueza para a Europa. O *colonialismo e as*

TEORIAS CRÍTICAS DO EUROCENTRISMO DAS

⁴⁵ Patrice Spinosi, advogado no Conseil d’État e na Cour de Cassation. *Mediapart*, 4 fev. 2019.

⁴⁶ Que emenda: “Uma liberdade fundamental desapareceu. Além do que, não haverá razão nenhuma para não estender esse belíssimo sistema, e decerto a coisa será feita. Os diques foram pelos ares. Daqui adiante tudo é possível [...]. Não sei onde está o ‘progressismo’ nessa maioria ou nesse governo, mas seguramente não está no domínio das liberdades públicas. Essas pessoas ousam fazer coisas vindas direto do repressivo século XIX. Que ninguém enxergue a contradição política entre a luta reivindicada contra o ‘populismo’ e esse tipo de legislação é singularmente estarrecedor.” *Le Monde*, 04 fev. 2019.

→ O COLONIALISMO E AS COLÔNIAS FORAM INTEGRANTES E CONSTITUTIVAS DA ORDEM POLÍTICA OCIDENTAL

colônias foram partes integrantes e constitutivas da ordem política Ocidental. A concorrência dos Estados europeus, sempre a ponto de degenerar no ilimitado da guerra, estabilizou-se quando essa divisão entre guerra e direito, ilimitado e limitado, se sobrepôs a uma divisão geográfica entre colônia e metrópole. A força, a guerra, o ilimitado da violência além da “linha de cor”, nas colônias; e o direito, o limitado, a soberania, o constitucionalismo no “mundo civilizado”, no Ocidente. O que Fanon expressa com a dupla “violência colonial” e o aparente oxímoro “violência pacífica”, entre as quais “há uma espécie de correspondência cúmplice, uma homogeneidade”.

A retomada do conceito de poder por Foucault desconsidera o colonialismo como parte constitutiva da ordem política, como pressuposto da soberania, da governamentalidade e do constitucionalismo, de modo que se sua definição de poder ilumina a dimensão “microfísica” deste, está cega para a configuração mundial de sua macrofísica.

As duas guerras mundiais e o processo de descolonização aberto pela revolução soviética arrebentaram essa estruturação da ordem política ocidental. As guerras totais importaram a violência sem limites exercida nas colônias para o confronto entre imperialismos com vistas à “repartição” de muitos escravos (Lenin definia dessa maneira a luta pela hegemonia mundial entre potências ocidentais). A descolonização, por sua vez, tornou igualmente inoperante o fundamento dessa ordem política, já que contestava precisamente a linha de separação entre “civilização” e “barbárie”. A revolução soviética permitiu, durante 70 anos, reconstruir fronteiras, separações, inimigos e lutas de civilização num novo *front* leste/oeste sob cuja proteção a ordem constitucional do “mundo livre” pôde se reproduzir.

Com a queda do comunismo, a separação, as fronteiras, o inimigo, a luta de civilização voltam a ser traçadas e nomeadas pela velha separação entre Norte e Sul, mas numa situação geopolítica

completamente nova. O Norte procura inutilmente restabelecer a linha de cor capaz de garantir sua ordem política. O novo fascismo se encarrega dessa missão impossível.

É preciso insistir mais uma vez nos fundamentos capitalistas dos problemas contemporâneos. O colonialismo, como parte integrante da ordem política ocidental, é uma categoria do "realismo político" de Carl Schmitt. Agamben, que tenta conjugá-lo com a "teologia política de Walter Benjamin" e a "biopolítica" de Michel Foucault, esquece o essencial das transformações do poder, pois a "violência que funda" e a "violência que conserva" não são mais obra do Estado e sim do capital. Os limites da biopolítica e da teologia política são os mesmos: não ter uma teoria do "capital".

A passagem da anomia (suspensão da lei) ao *nomos* (produção de direito) é hoje uma prerrogativa do capital, e isso de duas maneiras: ou por intermédio do Estado, cuja dupla função de "soberania" e de "governamentalidade" estão à sua disposição; ou diretamente pelas multinacionais. Na realidade o capital está continuamente destruindo e produzindo direito, suspendendo e ativando, de modo a vivermos numa zona de indistinção. Se essa indistinção é o que define o estado de exceção, quem decide hoje, seguramente, não é o Estado.

"Nada de poder sem uma série de metas e objetivos", salienta Foucault, que acrescenta: as "escolhas e as decisões" não vêm de um "sujeito individual", nem de um "Estado maior". Se as metas e as decisões não são mais do Estado, como acreditam ainda Foucault e Agamben, mas do capital, seus objetivos e suas escolhas, embora sendo os de uma máquina e não de um sujeito individual, se parecem cada vez mais a resoluções de um Estado maior. O "comitê para gerir os negócios da burguesia" de que falava Marx, graças a uma concentração inaudita da produção, do comércio, dos patrimônios e das riquezas, parece ter se instalado não no interior do Estado, mas do capital financeiro.

↳ capital cada vez mais parecido com resoluções de um Estado maior (um grande local da dominação)?

Prerrogativa do capital de fazer o direito, seja via Estado ou multinacionais

O Estado como “modelo da unidade política”, como “titular do monopólio da decisão política”, está “sendo destronado”, escrevia Schmitt em 1922. Esse processo, iniciado com as guerras totais, chegou a seu termo, de maneira que o monopólio da decisão política está nas mãos da máquina de guerra do capital. Essa obra magna do século XX, a subordinação do Estado e de suas funções de soberania e de governamentalidade ao capital, não é explicada nem pela biopolítica de Foucault, nem por suas novas versões de Agamben (a “teologia econômica” dos Pais da Igreja está muito longe – eufemismo – de poder dar conta da natureza e da ação do capital) ou de Esposito.⁴⁷

O poder contemporâneo

A tentativa de reestabelecer a linha de cor está condenada ao fracasso, mas é nessa linha de divisão que podemos apreender o funcionamento do poder contemporâneo, já que o que ele gostaria de separar, ordem e desordem, guerra e direito, ilimitado e limitado, encontra-se hoje indissolivelmente imbricado.

A natureza do poder contemporâneo se manifesta sem a menor ambiguidade na gestão de fluxos migratórios, em que encontramos uma nova versão do agenciamento entre civil e militar. Nas águas do Mediterrâneo, o “civil” age em estreita colaboração com o “militar”, e os dois colaboram mancomunados com bandos

47 O que devemos interrogar não é “a unidade imediata da política e da vida”, mas aquela que o capital gostaria de realizar com a vida. No capitalismo a vida não é como a “vida nua” separada de suas formas, mas devolvida às forças que a constituem. Ela deve estar absolutamente separada de sua forma política (a revolução), sob pena de destruição física. Essa teoria reproduz um mal-entendido que já encontramos em Foucault. O problema não é o biológico, mas a potência (a-orgânica) das forças. A força de trabalho em Marx é uma dessas forças “vivas” que não podem ser definidas pela biologia e que requerem algo diferente da “teologia política” para lhe impor tarefas e compor suas forças elementares.

→ movimentos migratórios agravados por rev. anticoloniais que sedimentaram subjetividades refratárias à ordem neocolonial armados, exércitos privados, crime organizado, traficantes de drogas, traficantes de gente e de órgãos. A logística já havia em grande parte antecipado essa situação, mas a imbricação com a corrupção e a criminalidade é específica do neoliberalismo.

É muito significativo que as cristalizações políticas no Ocidente se deem nessa linha neocolonial, e que o "inimigo" seja uma transformação do colonizado. A imbricação do civil e do militar tenta reconstruí-la, mesmo sabendo que ela escapole por todo lado, já que os movimentos de populações não é determinado apenas por razões contingentes (miséria, guerras etc., alimentadas pelos ocidentais por razões estratégicas e econômicas - pilhagem das matéria primas, compra das terras, venda de armas), porém, mais profundamente, pelas revoluções anticoloniais que sedimentaram subjetividades refratárias à ordem neocolonial. A vontade de autonomia e independência das lutas contra o imperialismo se encarnaram em comportamentos, atitudes, modos de vida que a repressão militar do Norte do mundo terá dificuldades de deter em suas fronteiras.

→ INIMIGO COMO TRANSFORMAÇÃO DO COLONIZADO

A fronteira que atravessa o mediterrâneo é antes fantasmática, já que os confins se multiplicaram e fractalizaram. A repressão penetrou profundamente nos territórios ocidentais seguindo os movimentos dos migrantes para os controlar, para os reter (centro e retenção), e se manifesta com todas as técnicas de segregação espaciais não apenas dos emigrados, mas de camadas crescentes da população (periferias, "segregações temporais", como as chamava Foucault, tal como empregos servis etc). A fronteira, impotente para reter os movimentos das populações, tem, apesar disso, uma função muito específica constituindo o lugar dos processos de subjetivação dos novos fascismos.

O controle de fluxos e a hierarquização das populações não se faz pelo biopoder, como descrito por Foucault, nem pelo seu inverso, a tanatopolítica, termo demasiado genérico e com conotações quase metafísicas, mas pela guerra contra as populações.

→ CONTROLE DE FLUXOS E A HIERARQUIZAÇÃO SE DÃO PELA GUERRA CONTRA AS POPULAÇÕES

→ ≠ de necropolítica,
pois traz noção de
relação entre inimigos

Esse termo parece mais apropriado, pois traça uma continuidade entre a supressão física (dos migrantes), as novas modalidades de exploração da força de trabalho, as políticas segregacionistas, as privatizações do *Welfare* etc. A necropolítica engloba a ideia de uma potência unilateral, de um poder irrestrito do capital, enquanto o conceito de guerra traz consigo a relação entre inimigos (potenciais ou reais).

As duas formulas usadas por Foucault para descrever o poder soberano ("fazer morrer e deixar viver") e a biopolítica ("fazer viver e deixar morrer") não se sucedem e sim coexistem, já que o "fazer morrer" (os migrantes) é praticado pelos mesmos que organizam o "deixar viver" (seria mais exato dizer "deixar sobreviver") dos nacionais. O civil e o militar, a guerra e a governamentalidade, são técnicas que funcionam juntas, sem passar pela paz.

As duas formulas usadas por Foucault para descrever o poder soberano ("fazer morrer e deixar viver") e a biopolítica ("fazer viver e deixar morrer") não se sucedem e sim coexistem, já que o "fazer morrer" (os migrantes) é praticado pelos mesmos que organizam o "deixar viver" (seria mais exato dizer "deixar sobreviver") dos nacionais. O civil e o militar, a guerra e a governamentalidade, são técnicas que funcionam juntas, sem passar pela paz.

A concepção foucaultiana do poder e, sobretudo, a de biopolítica, é um bom exemplo dos limites que afetam o conjunto do pensamento 68. Embora constitua uma ruptura com relação às teorias clássicas e até mesmo marxistas, ele compartilha com estas uma visão do funcionamento dos dispositivos de poder centrado no Norte do mundo.

← eurocentrismo
foucaultiano

Em Foucault, falta metade da "narrativa" genealógica sobre os "poderes", os "sujeitos" políticos e as instituições, já que ele limita sua análise à Europa. O biopoder representa um ponto de vista eurocentrado frente a dispositivos de poder mundializados desde 1492. Se analisamos a regulação e o controle das populações do ponto de vista da economia-mundo, podemos afirmar que a guerra de conquista, a vitória "militar" contra as "populações", precede e funda a regulação governamental (biopolítica) dessas mesmas populações (e isso inclusive na Europa). A afirmação "o velho poder de morte em que se simbolizava o poder soberano é agora recoberto cuidadosamente pela administração dos corpos e pela gestão calculadora da vida" é manifestamente falsa, ou então seu alcance é limitado. Falsa porque, do ponto de vista do

*ECONOMIA-MUNDO

“mercado mundial”, o *poder de morte* nunca deixou de se exercer; na Europa, por exemplo, ele não apenas produziu os massacres assustadores da primeira metade do século XX como está voltando a ganhar força.

Biopolítica e Capital: de que vida estamos falando?

A biopolítica é problemática até em sua etimologia. Nem o racismo nem o que Foucault chama de biopolítica têm necessariamente fundamento biológico. A naturalização de hierarquias fundadas nas diferenças biológicas (raça, corpo, sexo) é contingente, histórica. Nem Agamben nem Esposito, que se gabam de ter ido além dos limites da análise de Foucault, conseguem dar conta da virada representada pelas lutas dos anos 1960 e 70: a “naturalização” das diferenças raciais e sexuais fundada no biológico foi desmontada pela crítica levada a cabo pelas lutas dos colonizados e pelas lutas feministas.

O biopoder não é a forma geral do poder contemporâneo, não existe um “regime biopolítico” no centro da política contemporânea (Esposito), já que ele foi apropriado, reconfigurado pela máquina de guerra do capital. Nem a possibilidade de compreender a natureza do poder contemporâneo pela operação que separa a vida dessas formas (a “vida nua” de Agamben).

“A reversão do histórico em biológico [...] no pensamento da guerra social”⁴⁸ com que Foucault caracteriza o nazismo é ela própria histórica, contingente. Ela vai por sua vez ser revertida pelas lutas da segunda metade do século XX e, como explicou

→ hierarquias fundadas no biológico são contingenciais e históricas

48 Michel Foucault, *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France, 1976*. Paris: Seuil, 1997, p. 194. [Ed. bras.: *Em defesa da sociedade*, trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.]

→ naturalização de diferenças raciais e sexuais e Foucault foi levada a cabo por movimentos e por feministas nos anos 60 e 70

Os mov. feministas politizam constantemente o que o poder naturaliza

Donatella di Cesare, o próprio caráter “biológico do racismo nazista deve ser relativizado”.⁴⁹

No capitalismo contemporâneo, tanto o racismo quanto o biopoder não têm mais necessariamente um fundamento biológico, e, no entanto, continuam a produzir seus “efeitos de poder”. Hoje, a raça não existe biologicamente, geneticamente, mas persiste como técnica de divisão, de segregação, de inferiorização. O “racismo sem raça” continua produzindo seus efeitos políticos, bélicos e militares.

Da mesma forma o corpo, o sexo e a reprodução da vida foram restituídos à sua realidade de construção política e histórica pelos movimentos feministas, que se apropriam das diferenças “biológicas”, transformando-as sistematicamente em questões políticas. Os movimentos feministas politizam constantemente o que o poder naturaliza, problematizando não apenas o gênero, as funções e os papéis femininos, mas também o último bastião do heterossexual no biológico: o sexo.

Na teoria foucaultiana, “O racismo garante a função de morte na economia do biopoder”,⁵⁰ sendo uma “relação não militar, bélica ou política, mas uma relação biológica”.⁵¹

Os militares, em sua análise estratégica do pós-Guerra Fria, infligem uma torção na regulação biopolítica das populações,

49 “Todavia seria redutor considerar o antissemitismo nazista como meramente ‘biológico’. Sob o manto da ciência, ou da pseudociência, antigos preconceitos teológicos vinham à tona [...]. O antissemitismo hitleriano é uma liga política e teológica entre racismo e apocalipse.” Donatella di Cesare, *Heidegger, les juifs, la Shoah, les cahiers noirs*, op. cit., p. 148. Ela acrescenta: “Contrariamente ao que criamos, as leis de Nuremberg não são fundadas em critérios ‘científicos’, foi apenas para fins de propaganda que foram qualificadas de ‘leis raciais’, já que as invenções racistas nunca encontraram confirmação empírica, o que tornou necessário recorrer à teologia.” p. 160.

50 Michel Foucault, *Il faut défendre la société: Cours au Collège de France, 1976*, op. cit., p. 230.

51 Ibid., p. 228.

fazendo-a também sair de seu fundamento “biopolítico”. Afirmam que os futuros conflitos serão dominados pela “guerra no âmago das populações”, tendo estas se tornado “ao mesmo tempo os atores e o que está em jogo”. “O alvo é mais a população que o Estado”, e ganhar a guerra “é controlar o meio” onde as populações vivem. A população, objeto da biopolítica, não é percebida pelos militares do ponto de vista “biológico” nem “racial”, mas em sua dimensão política, social e histórica. A biopolítica propriamente dita está subordinada à guerra, na qual uma vez mais o civil e o militar se integram na “regulação das populações” e a guerra civil constitui sua verdade.

O inimigo não é caracterizado como biológico, ele volta a ser o que sempre foi, um inimigo político, mesmo quando a hostilidade é expressa em termos “raciais”.

O que a governamentalidade deve gerir, em primeiro lugar, é o conflito em geral e, mais particularmente, a perspectiva da revolução, cuja natureza não é biológica. Do mesmo modo, a vida de que se trata na biopolítica contemporânea é a vida, política, do capital. Opondo a “economia política do poder” à “crítica da economia política” marxiana, Foucault obscurece a compreensão das transformações do exercício do poder que se produziram a partir da primeira metade do século XX, momento em que as duas economias se interpenetraram profundamente sob a hegemonia do capital. A primazia da “economia política do poder” sobre a “crítica da economia política” é um evidente erro de interpretação do capitalismo do pós-68 que encontramos reproduzido fielmente pela teoria crítica, sobretudo nas correntes do movimento feminista. O debate entre Nancy Fraser e Judith Butler, cujos termos foram desajeitadamente expressos pela oposição entre “política social” (economia política) e “política de identidade” (economia política do poder), remete a essa funesta oposição.

Quando, naquele momento (1979), Foucault declara que a questão da acumulação do capital produzindo *ao mesmo tempo*

→ Pl Foucault a prioridade está nas modalidades de sujeição

riqueza e pobreza é, por mais que ainda persista, um problema do século XIX, a máquina do capital ostenta a vontade de recolocar no centro de sua estratégia *precisamente* o crescimento “sem limites” da criação *ao mesmo tempo de riqueza e de pobreza*. A polarização dos patrimônios e dos rendimentos atinge níveis que vão, rapidamente, igualar e superar os diferenciais de riqueza e miséria produzidos pelo capitalismo no século XIX para alcançar (nos EUA) os níveis de antes da Revolução Francesa, levando ao mesmo tempo a exploração do “vivo” não humano ao ponto de ruptura (crise ecológica).

→ excrescências do poder

Para Foucault, o que é urgente é algo muito diferente. A prioridade da ação política deve incidir sobre as modalidades de sujeição. As lutas e as resistências, dirá Foucault no final dos anos 60, devem ter como objetivo os “próprios efeitos do poder” sobre os corpos, a subjetividade, mais do que a exploração ou as desigualdades econômicas. O que é preciso combater politicamente “é o fato de que certo poder se exerce e que o fato de ele se exercer é insuportável”.⁵² Foucault está obcecado ao longo de todos os anos 1970 pela questão do “excesso de poder”, o que vai ser de uma utilidade certa para analisar os fenômenos do desenvolvimento de algumas modalidades de funcionamento do capitalismo que o marxismo tinha deixado de lado (prisão, escola, hospital etc.) e das novas modalidades do fascismo, do racismo e do sexismo, mas que se revela um impasse quando a crítica dessas “excrescências do poder” não está estritamente ligada à estratégia de guerra do capitalismo que produz ao mesmo tempo *riqueza e pobreza*.

A passagem que Foucault opera, de uma crítica do poder centrada sobre o jurídico a uma crítica nietzschiana do poder fundado em “forças”, guarda sempre um papel estratégico para o Estado.

“A biopolítica só pode ser concebida como ‘uma biorregulação

52 Michel Foucault, *Dits et écrits*, II, op. cit., p. 545.

esvaziamento progressivo do Estado, de sua au-
tonomia, fazendo dele mera função do capital
neoliberalismo, a despeito de Foucault o
ver como tendo estratégico papel biopolítico
pelo Estado”⁵³ pois, diferente das disciplinas, ela requer “órgãos
complexos de coordenação e centralização” que apenas a adminis-
tração estatal pode garantir. Mas o Estado, precisamente a partir
da organização da biopolítica, começa uma transformação que
o esvaziará progressivamente de sua “autonomia” e fará dele, no
neoliberalismo, mera função do capital.

Foucault traça uma continuidade da história da biopolítica
regulada pelo Estado e suas administrações, quando na verdade
ela é marcada pela descontinuidade das rupturas revolucionárias,
das guerras, e pelas rupturas que lhe impõe o poder do capital.

Por muito tempo não houve preocupação alguma com a “vida”
ou com a morte dos “proletários”. Como o próprio Foucault reco-
nhece, “as condições de vida a que foi submetido o proletariado”
no século XX demonstram que se estava longe de “levar em con-
sideração seu corpo e seu sexo”.⁵⁴

Foi o perigo representado pela revolução ao longo dos séculos
XIX e XX que obrigou o capital a uma estratégia de integração
que é sempre uma técnica de divisão. Primeiro entre metrópole e
colônia (aqui que “esses aí vivam ou morram” continua a não ter
importância alguma), em seguida, divisão no interior do proleta-
riado dentro das metrópoles.

Para que a morte “desses aí” torne-se um problema “foram
necessários conflitos [...] foram necessárias urgências econômicas”,
observa com acerto Foucault. Para tentar compreender a estratégia
da biopolítica, é preciso recolocar no centro a problematização da
“vida” política, ou mais exatamente a possibilidade e a realidade da
“revolução” que paira há dois séculos sobre o planeta e é a verda-
deira razão da guerra e da generalização do Welfare.

53 Id., *Il faut défendre la société*, op. cit., p. 187.

54 Id., *Histoire de la sexualité I*. Paris: Gallimard, 1976, p. 167. [Ed. bras.: *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2015.]

estratégia neoliberal de precarização da população

Os dispositivos "biopolíticos" não parecem mais responder à função "foucaultiana" de prolongar a vida das populações. O próprio conceito de população torna-se problemático, pois o exercício do poder visa produzir fraturas muito profundas na população.

A "vida" que está em jogo não é a vida biológica da população, mas a vida política da máquina capitalista e das elites que constituem sua subjetivação. A salvaguarda destas implica necessariamente colocar em perigo a vida das populações. Por essa "vida" e por sua reprodução o capital está disposto a sacrificar, sem qualquer escrúpulo, a saúde, a formação, a reprodução e a moradia de vastas camadas da população, ou seja, sacrificar a vida dos proletários, como sempre fez, como continua e sempre continuará a fazer, reconduzindo-a, relação de força permanente, ao mínimo (os serviços mínimos dos neoliberais significam exatamente isso). Ao mesmo tempo a reorganização neoliberal do welfare state funciona ao contrário. Transformou-a num dispositivo de "assistência" às empresas e aos ricos que, em vez de reduzir as desigualdades, as aumenta. O presidente francês Macron define perfeitamente essa lógica do "ajudar os ricos" (para que produzam riquezas que "escorram" para baixo) e "responsabilizar os pobres" (culpá-los, empobrecendo-os sempre mais).

Do mesmo modo, o capital não está nem aí para a destruição generalizada das possibilidades de vida no planeta porque elas são justamente a condição de sua acumulação. O capitalismo em duzentos anos conseguiu destruir o que a "natureza" levou milênios para produzir. Objetar que desse jeito ele coloca a si mesmo em perigo, já que também precisa de um planeta e da força de trabalho, é não compreender nada de sua "racionalidade". Na esteira de Foucault, Dardot e Laval publicaram um livro em que, além de oferecerem uma visão edulcorada do neoliberalismo⁵⁵

↳ Dardot e Laval

55 O texto mais alucinante e mais alucinado sobre o neoliberalismo é de um filósofo italiano, Massimo de Carolis. Os neoliberais teriam elaborado uma ideia absolu-

92

oferecem visão amenizada do neoliberalismo, (sem guerras civis sul-americanas, e rumentam uma racionalidade, quando na verdade o capital seria destruído. ou seja, ilimitação

TUDO É RACIONAL NO CAPITALISMO,
⇒ EXCETO O CAPITAL OU O CAPITALISMO

(sem guerras civis sul-americanas), analisam-no segundo sua "racionalidade" enquanto que "o dinheiro, o capital-dinheiro, é um grau de demência tal que só encontraria um equivalente em psiquiatria: o chamado estado terminal"⁵⁶. "Tudo é racional no capitalismo, exceto o capital ou o capitalismo. Um mecanismo da bolsa de valores é perfeitamente racional, pode ser compreendido, assimilado, os capitalistas sabem utilizá-lo, e, no entanto, é completamente delirante, é demente"⁵⁷.

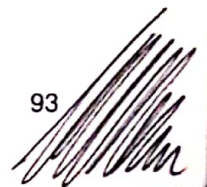
O fascismo e a guerra são sempre possíveis porque essa racionalidade impele continuamente ao ilimitado, à exploração sem limites de todos os recursos humanos e não humanos. Se é verdade que o capital desloca continuamente os limites que ele próprio cria (Marx), o século XX nos ensinou que esse deslocamento não se faz sem guerras e sem a violência fascista (coisa que Marx não sublinha, fascinado pela força "geológica" de suas transformações).

Keynes, fino conhecedor de seus semelhantes, não se iludia quanto à violência das respostas dos capitalistas ("capazes de apagar o sol e as estrelas") a tudo que ameaça o lucro e a propriedade. É a ameaça vem da própria irracionalidade do capital, pois, ainda para Keynes, "a regra autodestrutiva do cálculo financeiro rege todos os aspectos da existência".

tamente revolucionária, única resposta possível à crise da ordem política ocidental. Inventam uma alternativa ao monopólio estatal da decisão: ninguém tem o ônus de decidir, porque todos podem escolher. As escolhas individuais se agenciam através do mercado, dando lugar a uma ordem espontânea que não foi programada por ninguém, capaz de neutralizar a máquina soberana que degenera sempre para a guerra civil em vez de evitá-la. Delírio puro!

⁵⁶ "Sobre o capitalismo e o desejo", in Gilles Deleuze. *A Ilha deserta*. David Lapoujade (org.), trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 332.

⁵⁷ Ibidem, p. 331.



A extinção do pensamento estratégico

“Antes do ser há a política”⁵⁸

DELEUZE E GUATTARI

Sem a “guerra” e sem a “revolução” os movimentos políticos perderam todo saber estratégico e toda sensibilidade para a análise das contingências políticas, das rupturas, das viradas com caráter de acontecimento, das mudanças de conjuntura política. A coisa é ainda mais surpreendente tendo em vista que a filosofia mais original do pensamento 68 foi a do acontecimento. Mas parece que ela foi aplicada a tudo, menos ao conflito político com o capital.

Mesmo se o quadro político, a natureza do capitalismo e dos sujeitos políticos mudaram radicalmente, reconquistar um ponto de vista estratégico poderia dar novo fôlego aos movimentos contemporâneos que parecem guiados por uma temporalidade do aqui e agora (não adiar as mudanças para um futuro prometido) e por uma temporalidade longa que, juntas, constituem as condições de uma produção de subjetividade, de uma mutação dos corpos, de uma autonomia e de uma independência das formas de vida fora de qualquer temporalidade estratégica.

Walter Benjamin nos alerta contra o abandono de todo e qualquer saber estratégico fornecendo uma definição da política que integra as rupturas do *continuum* da história, ou seja, um saber e uma sensibilidade ao “*kairós*” político, a uma arte da contingência da “revolução”: “A história não conhece o mau infinito na imagem

58 Gilles Deleuze, Félix Guattari. *Mille Plateaux: Capitalisme et schizophrénie 2*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980, p. 249. [Ed. bras.: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, v. 3, 2. ed., trad. de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 85]

de dois combatentes eternamente em luta um contra o outro. A verdadeira política se calcula em prazos.”

A teoria crítica não tem lá grande sensibilidade para o “*kairós*”, ela tem dificuldade em conceber a contingência das situações políticas. As viradas da história parecem lhe escapar entre os dedos. Dardot e Laval, com um *timing* completamente defasado, fazem uma reconstrução da governamentalidade foucaultiana e das sujeições que a acompanham justo no momento em que tanto estas como aquela deixam de funcionar.

Problematizar o que a teoria crítica recusa assumir, a “guerra” (e a “revolução”), implica assumir um ponto de vista irreduzível à sociologia, à filosofia, à economia, à teoria política, ainda que passe por suas críticas. Esse gesto foi feito na primeira metade dos anos 1970 por Michel Foucault que introduziu, sem grande sucesso (o “sem grande sucesso” concerne ao próprio Foucault), a “estratégia”: “O que torna decifráveis os acontecimentos históricos da humanidade ou as ações humanas.”⁵⁹ O conceito e a prática são emprestados diretamente dos saberes dos militares.

A estratégia pode esclarecer “o antagonismo que há quando se apresenta uma situação em que os inimigos se enfrentam, uma situação em que um ganha e o outro perde”, situação que corresponde perfeitamente à nossa atualidade em que aqueles que ganharam e aqueles que perderam constituem mundos paralelos que estão se distanciando na velocidade das “reformas” realizadas. Mas essa afirmação permanece vaga se não lembramos que, desde 1789, o conteúdo da estratégia é a revolução e a contrarrevolução. É essa a ideia que subjaz à citação de Benjamin logo acima.

O pensamento estratégico reconfigura o exercício do poder deixando claro o que esboçamos anteriormente. Uma parte importante dos movimentos feministas parece negligenciar a guerra e a estratégia, integrando e levando às últimas consequências a crítica

⁵⁹ Michel Foucault, *Dits et écrits*, II, op. cit., p. 605.

do poder como *repressão* e afirmando, ao contrário, sua ação *produtiva*. Judith Butler, por exemplo, afirma a natureza não essencialista da sexualidade, antes *produzida* que *reprimida* pelo discurso. Para Butler a “sexualidade está saturada do poder” (ou é “coextensiva do poder”), de modo que é inteiramente construída pelo poder. Assim ela interpreta o Foucault do primeiro volume de *História da sexualidade*. Esse livro autoriza igualmente outra leitura: graças à “guerra” da qual, *pela última vez*, faz amplo uso, Foucault desenvolve um ponto de vista estratégico que não faz desaparecer o “produtivo” e o “repressivo”, mas os subordina à estratégia.

O poder é definido por uma multiplicidade de relações de forças e estratégias que são ao mesmo tempo “locais e instáveis”, produzindo-se a cada instante. “Relações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos, nas instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem, que percorrem o conjunto do corpo social.”⁶⁰ O poder, como a dominação sexual (é muito significativo que o capítulo “Método”, que explicita o funcionamento do poder esteja no meio da *História da sexualidade*) não é uma coisa, uma instituição, uma “lei”, uma estrutura, mas “o nome dado a uma situação estratégica”⁶¹. O poder, a bem dizer, não produz essas relações entre as forças, limita-se a “codificá-las” e “integrá-las”. Codificando-as e integrando-as ele fecha as relações estratégicas, nunca completamente e apenas por certo tempo, no interior das instituições, normas, dispositivos. O “nunca completamente” significa que a sexualidade, como as outras codificações (econômicas, políticas etc.), nunca está “saturada do poder”, nunca é “coextensiva do poder”.

Muito pelo contrário, “as relações de poder [...] são matrizes de transformação”,⁶² de maneira que uma situação é sempre

60 Id., *Histoire de la sexualité I*, op. cit., p. 124.

61 Ibid., p. 123.

62 Ibid., p. 131.

↓
relações de poder são
matrizes de transformação

modificável, pois da relação de poder fazem parte igualmente os pontos de resistência (“estes desempenham na relação de poder o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite pegar”). Essas “matrizes de transformação” são ativáveis sob a condição de produzir uma ruptura política e levar a uma luta e a uma estratégia.⁶³ O que é problemático e foi rejeitado na sequência pelo próprio Foucault é a modalidade *guerreira* dessas relações e suas estratégias.

“Essa multiplicidade das relações de força pode ser codificada seja na forma da ‘guerra’, seja na forma da ‘política’; seriam duas estratégias diferentes (mas sempre prestes a se interpenetrar) para integrar essas relações de forças desequilibradas, heterogêneas, instáveis, tensas.”⁶⁴

A política (o direito, o Estado, o sistema político) não substituem a guerra; política e guerra, ao contrário, são estratégias “sempre prestes a se interpenetrar” sob a hegemonia da máquina do Capital.

Se as duas estratégias estão à disposição do poder (da máquina do capital), elas também podem ser mobilizadas para a revolução. Elas parecem mais adaptadas à atividade revolucionária (também no que concerne à sexualidade) do que à simples ação performativa ou discursiva, que certamente pode fazer parte de uma estratégia política, mas sob a condição de não reduzir esta à performance e ao discurso. Teresa de Lauretis, num artigo em que analisa, entre outras coisas, a utilização da concepção da

⁶³ Os conceitos de “trabalho” de “produção”, de “classe”, ganhariam muito se apreendidos a partir de relações estratégicas. O *parti pris* do pós-operaísmo de ontologizar o trabalho e os trabalhadores implica a atribuição de uma primazia à atividade de trabalhadores (cognitivos) que não encontramos em lugar nenhum. A iniciativa política não está contida numa ontologia da produtividade do ser, mas na capacidade de afirmar por meio de uma negação, por meio de uma ruptura, sua própria força política. A ontologia do trabalho faz com que vejamos o mundo de ponta-cabeça: como se a multidão ditasse os tempos da agenda política e o capital seguisse com dificuldade capturando sua produtividade.

⁶⁴ Michel Foucault, *Histoire de la sexualité I*, op. cit., p. 123.

↳ política e guerra são estratégias sempre prestes a se interpenetrar

produtividade do poder (Foucault) pela teoria *queer*, alerta contra um duplo perigo: primeiro, não se deve falar genericamente de poder, pois o Capital “recuperou sua saúde (*look*) e frequenta a academia regularmente”; em segundo, e por conseguinte, no agir político não se pode fazer a economia de “sua dominação que é sempre mortífera. Apesar de Foucault”.⁶⁵

Não há, de acordo com este, “*um* lugar de grande recusa, alma da revolta, foco irradiador de todas as rebeliões, lei pura da revolução”. Isso é sabido desde os anos 1970, mas também está estabelecido que apenas quando das rupturas revolucionárias as multiplicidades das relações de forças, mesmo inerentes à sexualidade, encontram a maneira de se exprimir, de se problematizar, de se subjetivar de maneira radical. É precisamente durante essas rupturas que a gente consegue se livrar da postura de “governado” e reencontrar o enfrentamento, a estratégia e a abertura dos possíveis. Aquilo que descobre a ala radical do movimento gay durante as fantásticas rupturas políticas dos fantásticos anos 1970 italianos, a luta como “guerra”⁶⁶ que define claramente seu inimigo: “a norma heterossexual capitalista”. O combate não se limita a uma política de “reconhecimento” da diversidade de todos os sujeitos humanos (Butler), mas vai até a raiz das coisas. A norma heterossexual capitalista não pode senão ser destruída, de acordo com uma lógica que remete à tradição revolucionária: a gente

65 Teresa de Lauretis, “La gaia scienza, ovvero la traviata Norma”, in Mario Mieli, *Elementi di critica omosessuale*. Feltrinelli, 2017, p. 266.

66 A propósito de Mario Mieli, autor do mais importante ensaio teórico do movimento de liberação homossexual na Itália, Claude Rabat escreve: “Como Mieli repete várias vezes, é uma guerra. O conflito não é apenas intradiscursivo, voltado a legitimar uma experiência, ele é também real e extradiscursivo, isto é, corpo-a-corpo [...]. A crítica é uma conquista de território, a nova apropriação de um território que é o equivalente da apropriação de si. Trata-se de uma guerra que ataca inevitavelmente o território do outro, o dominante, que o coloca em dificuldade, não apenas localmente mas globalmente.” Claude Rabat, “Un clamore sospeso tra la vita e la morte”, in Mario Mieli, *Elementi di critica omosessuale*, op. cit., 292.

não pode se libertar e libertar inclusive o patrão de sua alienação senão destruindo-o; ou seja, destruindo a *relação de poder de que tanto o patrão quanto o trabalhador são a expressão*.

Uma vez as rupturas consolidadas pela vitória do Capital, somem também a “guerra”, a estratégia, os enfrentamentos políticos. A criação de possíveis se fecha e a guerra se transforma em governamentalidade, em guerra no seio da população. É a parábola que seguiu o pensamento de Foucault e o pensamento 68 de modo geral.

Faremos funcionar essa concepção da relação social como guerra, para além de Foucault, como aquilo que torna ainda e sempre decifráveis os acontecimentos históricos do capitalismo contemporâneo, pois a melhor maneira de descrever a situação contemporânea é falar do “triunfo” das forças capitalistas sobre as classes subalternas e da derrota da crítica e da prática anticapitalistas.

A estratégia lança uma nova luz sobre o funcionamento da “máquina social” do Capital. Defini-la pela produção (“modo de produção”), pela mercadoria (imenso acúmulo de mercadorias, mesmo tornadas “imagens” como entre os situacionistas), pela “estrutura”, pelo “sistema”, ou, ainda, defini-la exclusivamente como uma “relação social”, elimina um de seus elementos constitutivos: a guerra de classe e as articulações (guerra de raça e de sexo) que a atravessam e a fazem existir desde a invasão das Américas.

A concepção do capital que sustento, como articulação de “máquinas e estratégia”, de uma série de maquinismos (econômicos, tecnológicos, institucionais etc.) e de uma estratégia política que os atualiza, que os subjetiva numa luta entre adversários políticos, opõe-se polemicamente à quase totalidade das leituras contemporâneas do capitalismo.

A primazia afirmada pelas diferentes teorias do pensamento 68 (primeiro as linhas de fuga, primeiro a classe operária, primeiro a resistência) é totalmente contingente. Essas ontologias

descrevem a situação aberta pelo período das revoluções proletárias que via a minoria constituída pelos operários tornar-se força política, inventar e organizar um dualismo de classe e antecipar, e frequentemente barrar, os movimentos do capital. Esse período termina logo depois de 68. A autonomia e a independência dos movimentos políticos desaparecem na velocidade da luz com o esgotamento da revolução e a instalação do neoliberalismo, sinal do fracasso não apenas das políticas revolucionárias, mas também das ontologias que enunciam a primazia da classe, da resistência e da fuga, sobre o capital. As linhas de fuga, a classe, a resistência sem “revolução”, sem possibilidade de impor sua própria estratégia, tornam-se impotentes.

As decisões e as estratégias de que estou falando não são as de um soberano (Carl Schmitt), mas de uma multiplicidade de forças (capitalistas, administrações, militares, políticos, mídias, cientistas etc.) que, no decorrer do confronto, em situações sempre contingentes, através de sucessos e fracassos parciais e localizados, chegam a ser elaboradas coletivamente. O capitalismo não tinha uma estratégia pronta que foi só aplicar. O que ele pôs em cima da mesa, o que constituiu o fio condutor de sua política, foi antes um ponto de vista de classe, um ódio de classe, uma sede de lucro e de revanche contra a revolução que levou anos para se configurar e se impor.

A consequência imediata dessa situação é que a derrota política foi igualmente uma derrota teórica. Parece difícil render-se a essa evidência. Prefere-se estabelecer uma continuidade teórica com o pensamento 68, sem se interrogar sobre os fracassos e impasses políticos que o afetam. É preciso, portanto, lançar um olhar crítico não apenas ao capital, às lutas anticapitalistas e suas respectivas estratégias, mas também às teorias e suas estratégias.

Não se trata de renegar uma das conquistas do pensamento 68, a articulação da micropolítica e da macropolítica, mas de

conceber seu agenciamento. Porém, a macropolítica, pela qual deve passar a microfísica sob pena de desaparecer (Deleuze e Guattari), é a da revolução.

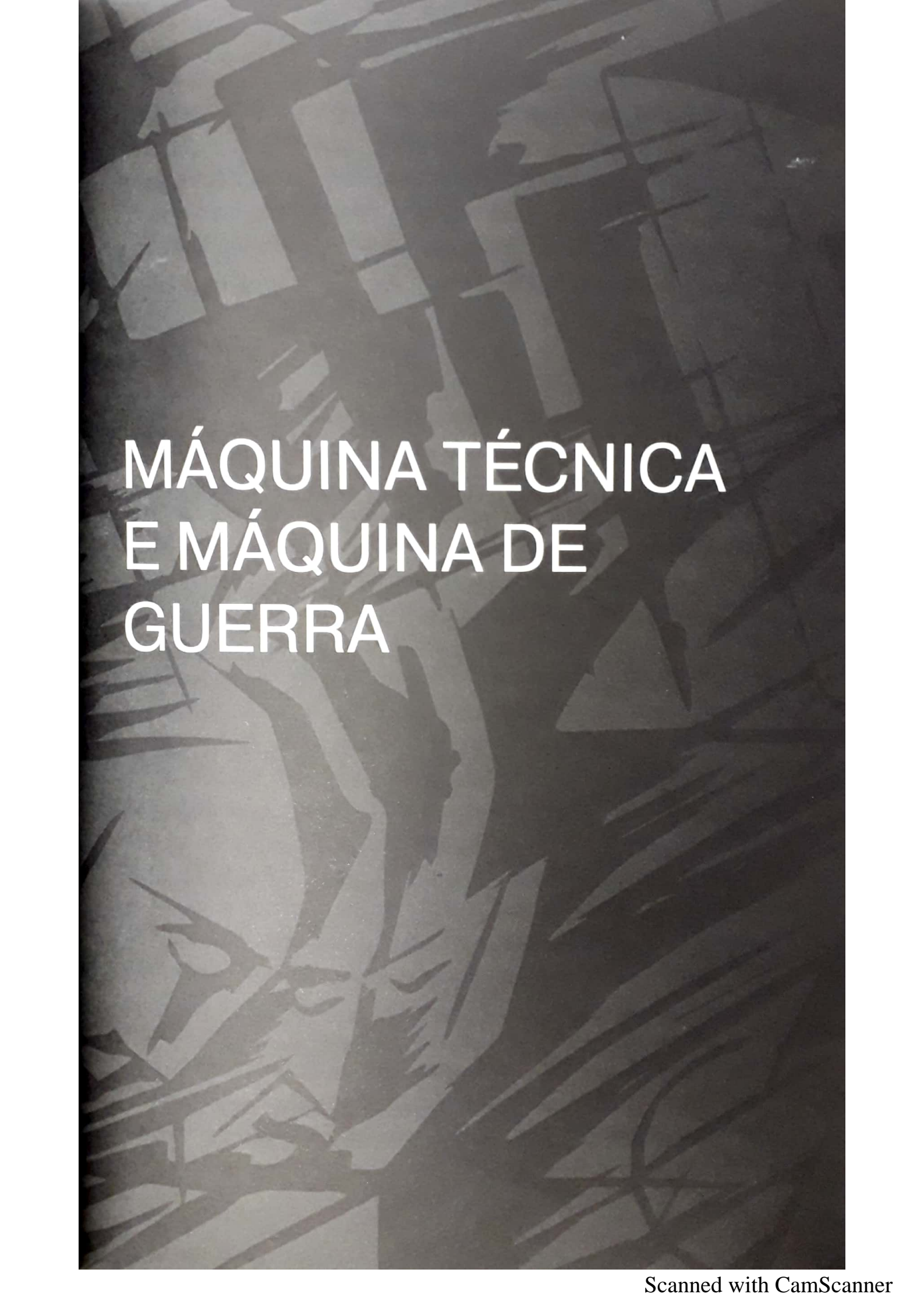
A ação guerreira e repressiva do Capital se manifesta claramente a partir do bloqueio da valorização a partir de 2008, que não pode ser superado por uma simples “destruição criativa” à maneira de Schumpeter, mas precisa de uma alteração brusca da imbricação da política e da economia à “guerra” (por enquanto o que se tem são meros esboços, possibilidades de guerra civil) que é antes de tudo “guerra no interior da população”. O que está por trás da ascensão dos novos fascismos é essa alteração.

Essa mudança de estratégia nada tem de evidente, implica hesitações, uma batalha no interior das elites, mas, por enquanto, se a máquina de guerra do capital quer manter o rumo do aprofundamento do neoliberalismo e da secessão política, não tem outras possibilidades. A codificação e a captura por parte do capital são sempre temporárias e parciais, pois dependem das estratégias. Reverter a situação é sempre possível contanto que se pensem as relações de poder do ponto de vista estratégico.

Tanto as teorias críticas quanto os movimentos políticos anticapitalistas chegam a essa virada política completamente despreparados, não tendo sido capazes de antecipar a evolução do capital e de suas “excrescências” de poder que são os neofascismos. Os limites das teorias políticas pós-68 não concernem apenas à definição e à natureza do capitalismo, mas antes de tudo à “máquina de guerra” que gostariam de opor a ele. O verdadeiro fracasso político e teórico vem da incapacidade de ir além da experiência leninista, pois as críticas amplamente justificadas a seu respeito nunca deram lugar a uma organização do poder de defesa e de ataque comparável, mesmo que de longe, com a máquina de guerra leninista.



II



MÁQUINA TÉCNICA E MÁQUINA DE GUERRA

“É fato que sempre nos deixamos enrolar pelas possibilidades. [...] Ninguém se preocupa com os resultados efetivos. Ateemo-nos simplesmente às possibilidades. Os resultados efetivos do rádio são deploráveis, mas suas possibilidades são ‘infinitas’: sendo assim o rádio é uma coisa boa. É uma coisa muito ruim.”

BERTOLT BRECHT

O novo fascismo é um *ciberfascismo*. O próprio fascismo histórico não era, como acreditava a socialdemocracia, um resquício do passado, um arcaísmo que, uma vez fechado o parêntese da ditadura, o progresso das forças produtivas teria apagado para todo o sempre. Kautsky, nos anos 1920, estava convencido da natureza pré-moderna do fascismo, nascido na Itália, país ainda em grande parte agrícola; numa nação industrial e moderna como a Alemanha ele jamais poderia se instalar...

O fascismo histórico foi tão moderno quanto o capitalismo (já que é uma de suas expressões), como o futurismo italiano demonstra nitidamente.

O mesmo ocorre com o novo fascismo, que é um ciberfascismo. Ele põe em xeque todas as utopias tecnociber (do ciberpunk ao ciberfeminismo, da ciberesfera à cibercultura), que, desde o pós-guerra, com uma intensificação a partir dos anos 1970, viam nas máquinas cibernéticas uma dupla promessa, a de uma nova subjetividade pós-humana e a da liberação da dominação capitalista, cuja ruptura viria das máquinas e não da política, das revoluções da técnica e não da organização revolucionária. Bolsonaro e Trump utilizaram todas as tecnologias disponíveis da comunicação digital, mas suas vitórias não vêm da tecnologia. São o resultado de uma máquina política e de uma estratégia que agencia uma micropolítica dos afetos tristes (frustração, ódio, inveja, angústia, medo) com a macropolítica de um novo

fascismo que dá consistência política às subjetividades devastadas na financeirização.

Para dizê-lo em termos que serão desdobrados neste capítulo: a máquina técnica, em todas as suas formas, é submetida à estratégia colocada em prática pela máquina social neofascista, que, nas condições do capitalismo, só pode ser mesmo uma máquina de guerra. Essa banal constatação choca-se com uma concepção da técnica que vê nela um dispositivo que, como qualquer outro dispositivo jurídico ou econômico, incorporaria as relações de poder pacificando-as e despersonalizando-as. O poder do dispositivo técnico, exercendo-se por meio de dispositivos impessoais, é normalizado de tal maneira que seria difícil até mesmo “descobrir nele uma violência”, para retomar as palavras de Negri e Hardt.

Afirmações que o neoliberalismo apregoa desde suas origens parecem ser confirmadas pela cibernética e pelas novas tecnologias que possuiriam, como o “mercado”, a capacidade de autorregulação e de autocorreção. Assim, o funcionamento automático e impessoal das normas sociais seria reforçado pelos automatismos e pelo funcionamento impessoal da técnica.

“Nada, absolutamente nada pode resistir à automatização”, afirma Catherine Malabou. Levando ao extremo esse processo de radical despolitização, ela cita Bourdieu, para quem o “Estado não precisa necessariamente dar ordens e exercer uma *coerção física* ou uma *coação disciplinar* para produzir um mundo social ordenado”. Basta-lhe “corpos habitados” pelos automatismos.¹

Essa concepção despolitizada dos dispositivos que se automatizam e adquirem vida própria (impessoal) mergulha suas raízes, de maneira diferente, no marxismo (fetichismo da mercadoria) e no liberalismo (mercado). No século XX, a filosofia alemã radicaliza ainda mais o poder que os dispositivos teriam sobre os humanos que o produziram, identificando-o com a técnica, cujo

¹ Catherine Malabou, *Métamorphoses de l'intelligence*. Paris: Puf, 2017, p. 124.

desenvolvimento conheceu uma progressão sem precedente entre o final do século XIX e o início do XX. Heidegger fez dela a última figura da metafísica, enquanto Günther Anders, embora fazendo uma leitura mais política, some com o Capital no funcionamento “autônomo” das máquinas.

A alternativa que se coloca está entre aqueles que atribuem à máquina técnica o poder de destruição e de sujeição que, ao contrário, é próprio da máquina do capital, e aqueles para quem o poder exercido pela máquina é assimilável ao descrito por Foucault.

Ela incita, solicita, encoraja, torna possíveis algumas ações e impossíveis outras. Ação sobre outra ação é seu modo de funcionamento, que substitui a “coerção física” ou a “*coação disciplinar*”. O que é apagado em ambos os casos é a relação entre estratégia, máquina social e máquina técnica.

Vamos problematizar aqui justamente o que essas teorias recalam: a despersonalização das relações de poder que a técnica garante (automação) exalta o ponto de vista da resistência, favorece a escolha estratégica e centraliza a decisão, em vez de sumir com ela no anonimato de um funcionamento (sistema, estrutura etc.), de modo que é a máquina de guerra que prima sobre a máquina técnica. Nesse sentido, a técnica desempenha um papel decisivo na guerra que se trava no seio da população.

O advento dos novos fascismos traz uma confirmação suplementar de que, no capitalismo, a ordem política, garantida por dispositivos econômicos, jurídicos e tecnológicos, é continuamente rompida, não pelas inovações técnicas, mas por revoluções e contrarrevoluções. São as máquinas de guerra que praticam essas rupturas, orientando, atualizando, dando consistência aos “dispositivos” (inclusive tecnológicos), e não o inverso.

A ruptura dos novos fascismos não é algo que vem de fora do capitalismo, quando das crises, pois o fascismo está inscrito muito profundamente na própria natureza da organização do trabalho (“abstrato” e indiferente a qualquer valor de uso, o

“trabalho” pode funcionar da mesma maneira na produção de carros e na produção do extermínio) e do consumo (abstrato e “indiferente” a todas as modalidades de sua produção, seja esta de trabalho infantil ou de trabalho escravo de milhões de pessoas no “grande sul” do mundo). Por ter esquecido essas verdades as teorias críticas têm dificuldade em apreender os contornos desses novos fascismos que elas se limitam a definir como populismos e autoritarismos.

Máquina social e máquina de guerra

Para as teorias *cyber* e do capitalismo cognitivo, ou ainda do aceleracionismo, a sociedade contemporânea teria a especificidade, com relação às que a precederam, de ser invadida, formatada, governada por máquinas. Lewis Mumford deslocou os termos do debate ao afirmar que a própria sociedade é uma máquina, ou melhor, uma megamáquina. É a sociedade enquanto megamáquina que engendra, organiza e agencia num mesmo movimento os seres humanos e as máquinas técnicas.

Uma das fontes do conceito de “máquina social” que encontramos em Deleuze e Guattari é precisamente *O mito da máquina*² de Lewis Mumford, que descreve a máquina arcaica do Egito dos faraós explorando o trabalho dos escravos.

A megamáquina arcaica, como aliás a atual, não é em princípio tecnológica, mas social, já que composta, de um lado, por uma multidão de elementos humanos (os escravos) “especializados, intercambiáveis”, “rigorosamente dispostos e coordenados em conjunto num processo organizado centralmente e centralmente dirigido”³ e, de outro, por máquinas técnicas muito simples: o

² Lewis Mumford, *Le mythe de la machine*, Tomes 1 et 2. Paris: Fayard, 1974.

³ Id., *Le mythe de la machine*, Tome 1, op. cit., p. 262.

plano inclinado e a alavanca (nem a roda, nem a polia, nem a porca tinham sido inventadas).

Ao evoluir, a megamáquina substitui os “humanos” por máquinas técnicas, mas estas nunca poderão substituir a megamáquina social. Contudo, a máquina técnica nunca poderá se autonomizar e dominar a máquina social.

Em Mumford já encontramos muitos elementos (materiais, semióticos, imaginários, cósmicos, subjetivos) que diferenciam a máquina social (megamáquina, na linguagem dele) da máquina técnica e que são necessários à produção desta. A megamáquina é constituída por seres humanos cuja “mecanização” precedeu em muito a de seus instrumentos de trabalho; “máquinas simples da mecânica clássica”; signos (a “tradução da linguagem em traços gráficos não apenas permite transmitir impulsões e mensagens através do sistema como também fixar as responsabilidades quando as ordens escritas não eram executadas”⁴). A megamáquina requer ainda muitos outros elementos para poder engendrar e fazer funcionar o agenciamento humano/máquina: o mito da realeza de direito divino, o culto do sol e os “fantasmas cósmicos”, os únicos que podem garantir a transformação dos “seres humanos em objetos mecânicos e reunir esses objetos numa máquina”.⁵ O funcionamento da megamáquina exige igualmente uma dupla sujeição produzida por “técnicas” diferentes que devem adestrar os escravos à submissão e os sacerdotes e a burocracia ao comando. Os “operários tinham espíritos de um novo tipo executando cada tarefa em estrita obediência às instruções, infinitamente pacientes, limitando sua reação à palavra de ordem”.⁶ A megamáquina implica também as subjetividades da “casta dos sacerdotes e a burocracia” que garantem respectivamente “uma

4 Ibid., p. 256.

5 Ibid., p. 264.

6 Ibid., p. 263.

organização segura dos conhecimentos naturais e sobrenaturais” e “uma estrutura elaborada visando dar ordens, executá-las e segui-las até o fim”.⁷

A enorme produtividade dessa megamáquina que dispunha de tecnologias tão rudimentares é em primeiro lugar a produtividade da máquina social. Se isso é evidente no que concerne ao Egito dos faraós, é verdadeiro também para uma máquina social como a nossa, dotada de tecnologias sofisticadíssimas.

Uma vez estabelecido o conceito de máquina social (ou de megamáquina) tentemos transpor outra etapa. Ao conceito de “máquina social”, prefiro outro conceito de Deleuze e Guattari, “máquina de guerra”, cujo sentido submeto a um leve desvio. Foucault demonstrou brilhantemente a necessidade de se livrar de qualquer sociologismo. A invenção das ciências sociais, e sobretudo da sociologia, tem, segundo ele, uma função muito específica, a de encobrir as relações de poder sob a ação de entidades globais, genéricas, holísticas, tal como a Sociedade, o Social, as relações sociais. O anonimato da “sociedade” e de seus mecanismos sociais mascara as relações de guerra, as divisões de classes, as dominações. O poder, ao contrário, deve ser analisado a partir de suas estratégias próprias, sempre singulares, com caráter de acontecimento, imprevisíveis, que não seguem nenhuma regularidade senão a de suas afirmações. É a razão pela qual é preciso abandonar a definição genérica e imprecisa de “máquina social”, que produziria de maneira impessoal as normas, os *habitus*, as leis, e adotar a expressão “máquina de guerra” que implica dominantes e dominados, relações entre forças a partir das quais se produzem normas, *habitus* e leis, mas também o “fazer morrer” e a violência, exatamente como na megamáquina egípcia. Quando a sociologia leva adiante a análise até a dominação (Bourdieu), descreve seus mecanismos,

⁷ Ibid., p. 265.

mas negligencia a vontade de resistência e de revolta, a possibilidade de se constituir em máquina revolucionária contra os poderes, o que implica o conceito de guerra. “Máquina de guerra” significa, pois, em defasagem com relação a Deleuze e Guattari, que a sociedade está dividida, que as forças se opõem, que esta divisão e estas forças se manifestam através de estratégias de enfrentamento, inclusive na técnica.

É justamente essa distinção entre máquina técnica e máquina de guerra que falta no conceito de máquina desenvolvido por Günther Anders. A partir da experiência de operário na linha de produção de uma grande indústria estadunidense durante seu exílio, Anders transforma a célebre fórmula de Heidegger segundo a qual o ser humano é o “pastor do Ser” em “pastor das máquinas”, o que me parece abrir mais perspectivas. Eis o que ele explica: “Como a *razão de ser* das máquinas reside na performance, e mesmo na máxima performance, elas têm necessidade dos *ambientes* que garantam este máximo. E o que elas precisam elas conquistam. Toda máquina é expansionista, para não dizer imperialista, cada uma cria seu próprio *império colonial* de serviços (composta por transportadores, equipes de funcionamento, consumidores) [...]. Portanto, a máquina original se amplia, torna-se ‘megamáquina’ [...] ela também necessita de um mundo exterior, de um ‘império colonial’ que se submeta a ela e faça seu jogo. [...] Nenhum limite se impõe à autoexpansão: *a sede de acumulação das máquinas é insaciável.*”⁸ Continuando sua expansão conquistadora, ela se torna “máquina mundial”, “máquina total”, e consegue conquistar o mundo inteiro. O “mundo se torna máquina”, um Estado técnico-totalitário constituído por um “gigantesco parque de máquinas”.

Ora, como vimos acima, a “megamáquina” de Mumford nada tem de mecânica. Ao contrário, ela é o lugar dos conflitos, das

⁸ Günther Anders. *Nous, fils d'Eichmann*. Paris: Rivages, 1988, pp. 92-93.

decisões, das estratégias: máquina de guerra, justamente. É fácil compreender que lá onde Anders escreve “máquina” devemos ler “capital”: não é a máquina técnica que tem essa “sede de acumulação”, mas a máquina de guerra do capital. O descompasso entre o “potencial de produção”, que não para de aumentar, e a capacidade de “representá-lo”, que, segundo Anders, está na origem da impotência do ser humano atual, só pode ser resolvido por uma outra máquina de guerra, esta revolucionária.

A máquina de guerra não produz só a máquina técnica, mas igualmente os humanos adequados a esta última. A análise será desdobrada através de três diferentes estratégias e três maneiras diferentes de articular o agenciamento humanos/não-humanos: a máquina suprematista de Trump, a máquina revolucionária do Front de Liberação argelino e a máquina da segunda guerra mundial.

A máquina de guerra suprematista

“É assustador, mas tem gente que não acredita mais na mídia, mesmo a pública. É um verdadeiro problema, societal [...]. Vê-se isso também nos Estados Unidos, e é grave pois coloca em questão um dos pilares da democracia: a informação livre”.

THIERRY FIORILE, presidente da Sociedade dos Jornalistas

“Quis explicar para ele que os jornalistas fazem seu trabalho de maneira honesta [...]. Mas ele não ouve, é um muro”.

UM JORNALISTA E UM COLETE AMARELO

Os Estados Unidos são o país em que o governo dos comportamentos parecia ter sido integrado ao desenvolvimento de novas tecnologias, configurando assim o exercício “futuro” do poder descrito por qualquer teoria *cyber*. Mas Trump e sua máquina de guerra resolveram mudar as regras do jogo, fazendo emergir o que a tecnologia normalmente recobre com sua pele de carneiro, os “espectros” da guerra civil, a “violência que funda” o neoliberalismo (Chile).

As grandes empresas norte-americanas que estão na ponta da inovação tecnológica (Google, Amazon, Facebook, Apple) produzem uma “relação a si”, uma subjetividade necessária ao mesmo tempo ao funcionamento de seus dispositivos e à condução dos comportamentos dos governados em geral. Essa governamentalidade, integrada às máquinas técnicas, teria o poder de antecipar e de controlar os comportamentos enquadrando de antemão o futuro (as condutas possíveis e impossíveis), graças à coleta de dados dos indivíduos a partir dos “rastros” digitais de nossos comportamentos, elaborados por algoritmos de supercomputadores. Essas máquinas parecem encarnar a *pacificação das relações de poder*, já que, graças a elas, o poder se exerceria de maneira despersonalizada.

Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft etc. promovem uma figura do “capital humano” que é *smart*, uma subjetividade aberta ao mesmo tempo às diferenças sexuais e culturais e ao mercado. Essas empresas fornecem o imaginário, os valores, os conteúdos do capitalismo contemporâneo e os modelos para atualizá-lo. Penetram no cotidiano mais íntimo, ocupando a subjetividade e seus afetos 24 horas por dia. Constituem os dispositivos da Mobilização Geral contemporânea solicitando constantemente a atenção (para atividades tão ridículas como consultar de forma compulsiva seu *smartphone*). Fabricam incansavelmente uma informação destinada a afetar as subjetividades, circulando através dos bilhões de telefones, televisores e computadores, cujas

conexões envolvem o planeta numa rede cada vez mais espessa. Veiculam um fluxo ininterrupto de publicidade que apregoa o mesmo modelo de vida *smart* para famílias *smart*.

Os mais despolitizados entre os críticos *cyber* afirmam a impossibilidade de qualquer ação política nessas condições, pois uma ação política pressupõe uma elaboração consciente e coletivamente partilhada da informação que a circulação digital impede. A informação é rápida demais, intensa demais, demasiado densa e complexa para que os indivíduos e os coletivos possam elaborá-la. E, no entanto, nesse “caos” de informações, a cada dia os conselhos administrativos das empresas, os grandes bancos, os Estados, as máfias, conseguem facilmente selecionar, elaborar e extrair estratégias, políticas e lucros. As organizações políticas de extrema direita, racistas, sexistas, xenófobas, simplificam facilmente a “complexidade” nomeando o inimigo (imigrante, mulher, muçulmano). Trump fez isso sem maior dificuldade. A complexidade, o caos, a superabundância de informações, de imagens, de discursos, constitui um problema para o indivíduo submerso por esses fluxos, mas não para uma máquina social capaz de selecioná-los e de elaborá-los coletivamente (coletivo composto de humanos e não humanos). A máquina de guerra montada por Trump se orienta, escolhe, decide nesse magma. O problema é antes político que tecnológico.

As empresas do Vale do Silício contribuíram em larga escala para criar a situação que permitiu a Trump tomar o poder. A vertiginosa sucessão de “revoluções” tecnológicas (do digital, das plataformas, das *smart cities*, do *smartphone*, da *bitcoin*, das bio e nanotecnologias, da inteligência artificial etc.) produziu a mais estagnada das imobilidades sociais, enquanto sua difusão, em vez de transtornar as relações de poder, estabilizou-as poderosamente. São o exemplo por excelência do poderio dos monopólios (logo da renda) e representam os símbolos da concentração da propriedade (ostentam as maiores capitalizações

da bolsa) perseguida por todos os meios, entre os quais a evasão fiscal não é dos menos usados. A distribuição horizontal do poder prometida pela miniaturização dos computadores des-cambou no seu oposto, monopólios que superaram de longe os da época industrial.

A aceleração da inovação possibilitada por um poder de cálculo em progressão geométrica conduziu diretamente a um “antigo regime” hipertecnológico em que as posições a ocupar na hierarquia dos empregos, dos rendimentos, dos patrimônios, da educação, da habitação etc., dependem, exatamente como antes da Revolução Francesa, do berço. Assim, o que emerge do trans-humanismo do Vale do Silício não é um eu “pós-humano”, mas um antiquíssimo conhecido, o aristocrata tornado *cyber* e cuja cabeça, cortada em 1789, rebrotou. A confiança na técnica como meio para criar mais liberdade, mais democracia e menos sujeição é mais uma vez desmentida por seus “resultados efetivos”, propriamente aflitivos, de reprodução das relações de poder.

Trump é um novo tipo de fascista e racista que podemos qualificar de ciborgue, pois sua “consistência” é indissociável das máquinas técnicas (televisão, internet, Twitter) com e pelas quais existe como “sujeito político”. Da mesma maneira seus eleitores “existem” e se manifestam politicamente por esses mesmos dispositivos *cyber*. Mas não é sua hibridação com a máquina que fez dele um novo “eu” fascista. É sua estratégia política e sua subjetivação que conferem uma nova configuração e novas funções ao agenciamento cibernético.

Trump não foi o candidato nem do sistema midiático clássico (televisão e imprensa) nem das grandes empresas do Vale do Silício que controlam as “mídias sociais”. Ele ganhou porque soube exprimir e construir, partindo da devastação social e psíquica produzidas pela financeirização e pela digitalização, subjetividades neofascistas, racistas, sexistas. Trump deu “voz” e expressão política aos medos e às angústias do homem

endividado, alimentados e amplificados pelas mídias, deslocando o confronto para o terreno étnico, jogando uma parte da população (os brancos) contra os outros (migrantes, mulheres, estrangeiros e todas as minorias). Ele capturou subjetividades esmagadas por quarenta anos de políticas econômicas que sistematicamente as empobreceram e por políticas da informação que as desprezaram como meros “caretões”, desconfiados de qualquer modernização, refratários a qualquer reforma.

Ao longo de toda a assim chamada “crise das dívidas públicas”, a informação que acompanhava a estratégia para salvar o sistema bancário era ao mesmo tempo uma “ordem” (“é preciso pagar a dívida”), uma “ameaça” (“se não pagarem o sistema desmorona e leva vocês junto”) e um “insulto” (“a culpa é de vocês, seus preguiçosos!”).⁹

O poder das palavras e das imagens *smart* dos GAFAM e das redes de imprensa escrita, audiovisual e digital foi neutralizado, pois foi confrontado com outra estratégia, com outra máquina de guerra capaz, com suas palavras de ordem suprematistas, racistas e sexistas, de construir uma política. Suas informações ricocheteiam na superfície do “eu” neofascista e não o afetam sequer minimamente (os governados, cuja característica é “responder às solicitações” dos dispositivos governamentais (Foucault), recusaram-se a jogar o jogo, escapando assim de seu controle).

Os “automatismos” da tecnologia não têm eficácia alguma numa situação de conflito aberto em que cada um escolhe seu campo e se torna um “guerrilheiro da informação”. As grandes empresas digitais não conseguem construir a realidade consensual da opinião pública democrática, já que a governamentalidade neoliberal foi recusada previamente e essa recusa encontrou uma máquina social para carregá-la e lhe dar consistência.

⁹ “Ordem”, “ameaça” e “insulto” já caracterizam a comunicação nas colônias, como poderemos constatar com Fanon no próximo subitem.

Os afetos veiculados pela superpotência “sensível” do Vale do Silício não podem nada contra os afetos (medo, frustração, angústia, desejo de vingança) exacerbados e organizados pela máquina de guerra midiática do “ressentimento” que se chama Trump.

A capacidade de previsão e antecipação, que bilhões e bilhões de “dados” deveriam assegurar, revelou-se falha. Os “dados” podem prever quando comerei a próxima pizza marguerita, se faço isso com frequência, mas prever uma ruptura política é logicamente impossível, mesmo para uma rede infinita de computadores. Os dados só podem governar os comportamentos daqueles que aceitam “as coisas como são”. Não podem nem prever os comportamentos das subjetividades em ruptura nem, muito menos, “governá-las”.

O hiperfuturista Vale do Silício dobrou-se face à emergência dos “novos arcaísmos”. O que fez emergir a fraqueza política dessas empresas, consideradas como os modelos da economia e do poder do futuro foi a operação de ruptura organizada pela extrema direita, desencadeando uma batalha política no interior das elites capitalistas que vai provavelmente terminar com sua recomposição em torno de uma acentuação das políticas neoliberais que só as organizações neofascistas podem levar a cabo.

Não se deve subestimar o que se passou na Europa e nos EUA, pois essa onda reacionária continuará a se expandir (no Brasil, mais uma vez, a autonomia da técnica gorou e foi integrada sem dificuldades a uma estratégia política fascista). A intensificação da “crise” da dívida tornara visível, com a sequência internacional de 2011, o Brasil de 2013 e a Grécia de 2015, a emergência de uma subjetivação conflituosa em escala mundial e a possibilidade de uma ruptura política. Apesar da fraqueza dos movimentos políticos, uma parte das elites capitalistas preferiu fazer o jogo do neofascismo, do racismo, do sexismo e da xenofobia. O racismo tornou-se assim a modalidade principal de gestão estratégica da guerra contra as populações, divididas segundo o princípio da

nacionalidade, tanto para o que concerne à cidadania quanto para o que diz respeito ao mercado de trabalho.

Não é a potência absoluta, mas a impotência dessas empresas gigantes, de suas máquinas e de seus algoritmos destinados a nos governar que seria preciso interrogar, pois estes não chegam a penetrar os territórios e as redes que afirmam sua independência e sua autonomia políticas. Essas máquinas técnicas são muito eficazes quando agem sobre indivíduos isolados, sem solidariedade, dispersos, amedrontados, submissos à lavagem da iniciativa capitalista e postos em relação e em rede unicamente pelos dispositivos digitais da democracia midiática. Mas quando confrontados a uma socialização, a uma partilha, a enunciados coletivos em ruptura, mesmo que sejam fascistas, tornam-se subitamente impotentes.

Em vez de celebrar o poder dos GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft etc.), sinal inequívoco de nossa impotência, deveríamos começar a considerá-los como os revolucionários do século XX faziam com outras máquinas de guerra, isto é, como “tigres de papel” cuja fraqueza não é técnica, mas política. Inútil querer lutar no terreno deles, significaria perder logo de entrada. É preciso deslocar o confronto para as máquinas de guerra.

Pois não são as máquinas técnicas que instalam saberes e poderes e seus automatismos, mas as máquinas de guerra. Félix Guattari, a quem devemos o conceito de máquina de guerra, limita-se a lembrar que as máquinas a vapor foram inventadas na China, onde, em vez de constituir o motor do “inferno” das fábricas do século XIX e de representar a própria imagem do progresso uma vez montadas sobre locomotivas como na Europa, eram utilizadas como inocentes brinquedos de crianças. Nunca se deve confundir máquina técnica e máquina de guerra. É a máquina de guerra quem decide sobre a máquina a vapor e não o contrário.

O essencial é desenvolver uma máquina de guerra revolucionária. A partir dela, pode-se desenvolver uma máquina tecnológica, ao passo que o contrário é impossível. Foi só quarenta anos após a revolução que os soviéticos, passando por uma terrível guerra civil e uma guerra ainda mais pavorosa contra os nazistas, colocaram o primeiro homem no espaço antes da superpotência tecnológica estadunidense. No momento da revolução, a China era o país mais pobre do mundo. Hoje desafia os colossos do Vale do Silício e o poderio econômico dos Estados Unidos. A extraordinária força subjetiva que a máquina de guerra desenvolve foi investida e desviada em projetos neocapitalistas e neoautoritários, mas a potência continua. A ciência, a tecnologia, os saberes, podem ser importados e até mesmo copiados, como aconteceu no Japão do pós-guerra. A produtividade é sempre da máquina de guerra e nunca da máquina técnica. Lewis Mumford já tinha observado: “Todas as propriedades das máquinas particulares – alto consumo de energia, mecanização, automação, rendimento quantitativo, são aumentadas graças à sua inclusão na megamáquina”, a máquina social.

O primeiro passo para compreender as máquinas técnicas e agir com elas é mais político que tecnológico. Uma nova máquina de guerra é o que os diversos movimentos políticos pós-68 não chegaram nem a problematizar e menos ainda a conceber. A maior vitória do neoliberalismo, profundamente inscrita no “cérebro coletivo” (*General Intellect*), é a amnésia quanto ao que caracterizou o século que acaba de terminar: a longa sequência das revoluções bem-sucedidas ou fracassadas. Mas não é a máquina técnica e sim a máquina social que apagou a revolução da memória do *General Intellect*.

Fanon e o rádio

Não nos faltam pontos de vista críticos sobre as máquinas técnicas (o algoritmo, a inteligência artificial, o *bitcoin*, o capitalismo cognitivo, bio, neuronal, computacional etc.), mas uma teoria de sua relação com a revolução.

O texto mais surpreendente para tentar articular essa relação foi escrito por Franz Fanon e diz respeito à função do dispositivo técnico “rádio” durante a guerra colonial e a luta pela independência nacional da Argélia. “Aqui a voz da Argélia”,¹⁰ segundo capítulo de *O ano V da revolução argelina*, faz emergir de maneira incomparável a primazia e a força da máquina de guerra (revolução) que atualiza as possibilidades da máquina técnica (rádio) num sentido revolucionário.

O rádio é parte integrante das estratégias de poder do colonizador francês e contribui no processo de sujeição a que é submetido o colonizado. Mas o que nos interessa é a mudança radical das “atitudes”, da maneira de perceber, de sentir e de se “conduzir” dos colonizados com relação ao dispositivo técnico, ao mundo e a si próprios quando a máquina de guerra da revolução nacional desdobra sua força. Fanon demonstra que a aparição de um “dispositivo tecnológico”, sua penetração, sua difusão, sua aceitabilidade ou sua recusa dependem sempre de uma máquina de guerra.

A recepção ou a recusa das informações, a possibilidade de selecioná-las e de elaborá-las ou, ao contrário, de padecer seu poder, remete à presença ou à ausência de um “corpo social”. Recusa ou aceitação não são simplesmente competências, faculdades, capacidades do indivíduo, já que são constituídas “socialmente” e politicamente.

O instrumento técnico nunca é “percebido em si, numa quieta neutralidade”. É sempre capturado numa estratégia política e, no

¹⁰ Franz Fanon, *Œuvres*, op. cit., 2011. Todas as citações que seguem foram tiradas do referido capítulo.

caso da Argélia, intervém na situação colonial em que as diferenças, hostilidades, os “coeficientes negativos ou positivos existem sempre de maneira muito acentuada”.

Na colônia a “dicotomia social atinge uma intensidade incomparável”, de modo que a voz do rádio não é “indiferente”, “neutra”, mas a “voz do opressor, a voz do inimigo”. Essa radicalização dos conceitos contém mais verdade sobre as mídias que aquela expressa pela “liberdade” da imprensa numa democracia pacificada. “Toda palavra francesa escutada era uma ordem, uma ameaça ou um insulto.” Que a informação seja “ordem, ameaça, insulto” está longe de constituir uma exceção colonial. Trata-se, ao contrário, das características da informação em geral.

Na Argélia, o rádio e seus “poderes sensoriais e intelectuais” foram alvo de uma recusa inicialmente passiva: “A palavra não é recebida, decifrada, compreendida, mas rejeitada [...] a comunicação é recusada.” “Antes da rebelião há a verdade do colono e o nada do colonizado” que alimenta a desconfiança, a recusa e a rejeição, mas sem que a resposta política seja coletiva, constitutiva de uma máquina de guerra. “Não existe resistência organizada.” A recusa do rádio e de suas informações não é a expressão “de uma resistência explícita, ordenada e fundada”.

A máquina de guerra produz dispositivos não humanos, e ela modela os humanos até sua “interioridade”. A voz do colonizador, a “voz dos franceses falando aos franceses”, intervém até na dimensão micropolítica, chocando-se com a estrutura familiar tradicional. Os programas “indiferenciados” não são adaptados à hierarquização patriarcal da família argelina. Impossível escutar junto os programas radiofônicos, pois eles colocam em perigo a sociabilidade tradicional das relações familiares “feudais”: “as alusões eróticas ou mesmo burlescas provocam tensões insuportáveis.”

Do ponto de vista psicopatológico os efeitos e os afetos do rádio são ainda mais marcados. “As monografias sobre os argelinos alucinados assinalam constantemente, na fase conhecida

como de ação exterior, vozes radiofônicas altamente agressivas e hostis. Essas vozes metálicas, injuriosas, ferinas, desagradáveis, sempre têm para os argelinos um caráter acusador, inquisitorial. No domínio psicopatológico a rádio é um péssimo objeto, ansiogênico e maldito.”

Uma “verdadeira mutação” ocorre em 1956 com o começo das emissões radiofônicas do exército de libertação (*A voz da Argélia livre*).

O acontecimento revolucionário cria novos possíveis que afetam a subjetividade e iniciam sua transformação. A “contestação do próprio princípio da dominação estrangeira acarreta mutações essenciais na consciência do colonizado, na percepção que tem do colonizador, em sua situação de humano no mundo”. Mutações que não se limitam à dimensão “política”, mas chegam a afetar a dimensão micropolítica, fabricando inconsciente.

A atualização dos novos possíveis criados pela ruptura é a tarefa da máquina revolucionária, que, estabelecendo uma nova relação entre o “rádio” (máquina técnica) e seus “ouvintes” (subjetividade), desarma o funcionamento colonialista da mesma tecnologia.

O diferencial de poder tecnológico entre os adversários políticos é abissal; porém, o problema nunca é a máquina técnica e sim a máquina de guerra revolucionária. Essa diferença na posse e no domínio da técnica encontra-se em qualquer conflito e guerra revolucionários que são, por definição, assimétricos. Ao longo do século XIX e sobretudo do século XX, na Rússia como na China, no Vietnã, na África ou na América Latina, a máquina militar e a máquina de comunicação do imperialismo, apesar de contarem com todas as tecnologias de ponta e invenções, são consideradas “tigres de papel” que podem ser rasgados (e com frequência o foram). A máquina revolucionária revela e analisa não apenas o poderio do armamento e da organização hipertecnológica do inimigo, mas também sua impotência, suas fraquezas, as falhas sobre as quais intervir, que são sempre políticas.

Na guerra revolucionária, o colonizado, de sujeito passivo torna-se ativo, mesmo que não participe diretamente da organização política, pois o rádio o inclui em “uma comunidade em marcha” de que ele se sente um “ator”.

Os “serviços franceses tecnicizados ao extremo” interferem sistematicamente nas transmissões da rádio do FLN, de modo que as emissões são fortemente perturbadas. Assim a luta se trava igualmente no terreno das ondas radiofônicas (“a guerra das ondas”) e o colonizado aprende a selecionar e a elaborar a informação de um ponto de vista estratégico, escolhendo seu campo, tornando-se um guerrilheiro da informação. “O ouvinte estava incorporado à batalha das ondas, adivinhava a tática do inimigo e, de maneira quase física, muscular, baldava a estratégia do adversário.”

A interferência do exército colonizador torna a “voz entrecortada, descontínua [...] muitas vezes inaudível”. Obriga o ouvinte a efetuar um “verdadeiro trabalho de elaboração”, de interpretação, de decodificação e de imaginação. Ele “remedia o caráter fragmentado das notícias com uma criação autônoma de informação”. Atrás dos ruídos o ouvinte adivinha não apenas a voz da revolução, mas também as batalhas contra o invasor. A informação é mínima, quase inexistente, mas o vazio é preenchido com o poder da ação revolucionária em curso. A revolução transforma a recusa passiva em atitude ativa que completa as informações fragmentárias “com uma criação autônoma da informação”.

Nessas condições, afirmar ter escutado *A Voz da Argélia* é uma mentira, pois a sabotagem das ondas pelos franceses é eficaz, mas constitui “uma escolha deliberada entre a mentira congênita do inimigo e a própria mentira do colonizado, que adquire subitamente uma dimensão de verdade”.

A recepção da informação não é mais individual, não se faz mais no isolamento e no medo, mas tem lugar no interior de uma “comunidade”, de “um corpo social” do qual o ouvinte é um

participante ativo. “À verdade do opressor, antes rejeitada como mentira absoluta, opõe-se enfim uma outra verdade agida.”

Para se tornar um “guerrilheiro” da informação, é preciso uma ruptura política e uma máquina política que divida não apenas a informação, mas antes de tudo a sociedade.

O acontecimento da revolução abriu igualmente a possibilidade da transformação das relações patriarcais no interior da família. Do ponto de vista micropolítico, a mutação subjetiva dos argelinos torna possível o que antes era impossível, escutar junto, em família, as emissões cheias de ruído da rádio da revolução que explode as velhas hierarquias de origem patriarcal; e então se pode ver “pais, mães e filhas escutarem juntos as informações”. Fanon constata uma mudança radical até mesmo do ponto de vista psicopatológico. Nas psicoses alucinatórias “as vozes radiofônicas tornaram-se protetoras, cúmplices. Os insultos e as acusações desaparecem e cedem lugar a palavras de encorajamento”. Fanon não esperou os teóricos da infosfera para compreender que ela constitui um ambiente psicopatogênico. Mas de encontro à despolitização operada por estes, imputa à máquina de guerra do colonialismo grande parte dessas patologias e trabalha na construção de uma máquina de guerra revolucionária a que confia, se não a tarefa de curar a patologia, ao menos a de modificar o ambiente para torná-lo favorável à evolução positiva da psique.

A técnica “estrangeira”, a técnica do poder, “digerida” e adaptada “à ocasião da luta nacional, tornou-se um instrumento de combate para o povo e um órgão protetor contra a ansiedade”. “Cada argelino se sente convidado e quer se tornar um elemento da vasta rede de significações nascida do combate libertador.”

A apropriação dos “meios de produção” (rádio) é sempre obra do “corpo social” e nunca do corpo individual. Ela só pode se dar por meio de uma ação política. É a comunidade política em marcha que se apropria da máquina técnica para transformá-la. “Como processo mental, assistimos, a partir de 1956, a *uma quase*

invenção da técnica.” Em realidade a uma invenção da máquina de guerra que engendra ao mesmo tempo uma “nova técnica” e uma “nova subjetividade”.

Brecht poderia finalmente afirmar que o rádio não é apenas uma possibilidade, mas uma coisa boa.

Cibernética e guerra

“O sistema de mídias procedeu em três fases. A fase 1, a partir da guerra civil estadunidense, desenvolveu técnicas de estocagem para o som, a imagem e a escrita: o filme, o gramofone, e o sistema humano-máquina que é a máquina de escrever. A fase 2, a partir da Primeira Guerra Mundial, desenvolveu para os conteúdos estocados técnicas elétricas apropriadas de transmissão: o rádio, a televisão [...]. A fase 3, após a Segunda Guerra Mundial, converteu o esquema funcional da máquina de escrever em uma técnica de previsão: a definição matemática da calculabilidade, *computability*, proposta por Turing em 1936, deu seu nome aos futuros computadores, *computer*.”

FRIEDRICH KITTLER

Pelo menos a partir do início do século XX, as guerras têm uma função ao mesmo tempo política e produtiva. Função política, pois as grandes reconversões da acumulação capitalista supõem a vitória sobre os adversários, o que reconheciam explicitamente Hayek, Von Mises e os neoliberais, e o que têm dificuldade em admitir os críticos do capitalismo. Função econômica, pois são forças produtivas, assim como o trabalho, a ciência e a técnica.

A terceira modalidade de circulação do capital, a informação e suas técnicas cibernéticas, que, a partir das guerras totais enlaça, do mesmo modo que a finança e a logística, a “produção”, tem, como essas últimas, uma relação muito estreita com a guerra.

A estratégia e a guerra não são realidades alheias à tecnologia e à *big science*, que se acrescentariam desde fora a seu funcionamento, já que são seu berço. A tecnologia cibernética e a *big science* foram pensadas, experimentadas e utilizadas durante e para as guerras totais.

Seu desenvolvimento, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, foi obra do exército estadunidense, o maior, o mais rico e mais inovador empreendedor político que o capitalismo já conheceu. O poder desse *empreendedor estatal* não tem comparação com o chefe de empresa schumpeteriano do século XIX cujo desaparecimento se lamenta. É a esse empreendedor que a fórmula da “destruição criativa” cola quase perfeitamente, mas sofrendo uma pequena inversão, já que nesse caso a criação tem como objetivo a destruição. O exército estadunidense contém em si mesmo a reversibilidade de destruição e criação, de economia e de guerra, de ação sobre uma ação e violência sobre pessoas e coisas do poder contemporâneo.

A guerra não é apenas uma condição exterior da primeira cibernética, já que o *inimigo* a estrutura do interior. Peter Galison salienta que a hibridação cibernética homem/máquina, que presidiu a construção de um dispositivo de defesa antiaérea em que ela foi experimentada pela primeira vez, foi pensada por Norbert Wiener, o pai da cibernética, a partir da imagem que ele fazia do inimigo.

Três categorias de inimigo circulavam na primeira metade do século XX. Na primeira, o inimigo, encarnado pelos japoneses, era visto pelos estadunidenses e pelos ingleses como “o outro monstruoso, racialmente diferente e sub-humano”. A segunda é a do “inimigo anônimo”, que poderia ser representado pelo piloto que bombardeia as cidades do alto de seu avião. A terceira categoria, em

que Wiener estava interessado, é a de um inimigo mais “ativo” que o inimigo anônimo e mais “racional” que o inimigo racial.

“O inimigo, mais complexo que os das duas outras perspectivas, era um inimigo mecanizado e sem emoções, capaz de movimentos previsíveis que, ao menos, podiam ser modalizados através de uma espécie de ‘*black box machinery*’ (caixa preta é uma expressão que vem da Segunda Guerra Mundial, do momento do trabalho sobre o radar, e significa que circuitos internos à caixa funcionam sem que tenhamos necessidade de compreender como esse circuito foi instalado). Essa imagem do inimigo é menos conhecida, porém mais poderosa que as duas primeiras imagens.”¹¹

O ciborgue nasce dessa concepção do inimigo. Para o operador de radar, o piloto do avião a ser abatido estava tão integrado à máquina que a diferença entre humano e não humano tendia a desaparecer. Mas também aquele que devia acionar a metralhadora antiaérea era tomado por uma hibridação semelhante. É a partir dessa dupla hibridação que se constrói uma máquina dotada de um *feedback* capaz de antecipar os movimentos do avião a ser abatido.

Durante a guerra, o exército e o Estado estadunidenses lançam as bases daquilo que os marxistas italianos chamarão, a partir dos *Grundrisse* de Marx, de *General Intellect*. Fazer a produção capitalista depender menos do tempo de trabalho do operário do que do desenvolvimento da ciência, da técnica e da comunicação é o que buscam o exército e o Estado estadunidenses através da construção de grandes laboratórios onde colaboram diferentes disciplinas e se cruzam diferentes funções científicas.

Esse processo começara na primeira guerra total, pois precisa do controle direto do Estado e do capital sobre a produção

11 Peter Galison, « The Ontology of the Enemy: Norbert Wiener and the Cybernetic Vision », *Critical Inquiry*, vol. 21, n° 1, 1994.

científica. A pesquisa se desloca para fora da universidade: “e isso para enfrentar problemas de natureza operacional impostos pela estrutura militar-industrial [...]. Durante a Primeira Guerra Mundial, pela primeira vez na história da Europa a aplicação técnico-militar da ciência [...] impõe ao Estado ter um comando direto sobre a pesquisa.”¹² O gerenciamento necessário à fabricação da “bomba atômica” requer um controle ainda mais rígido sobre a produção da ciência por parte do Estado.

A máquina do Estado em guerra, para desenvolver novas máquinas técnicas de destruição, funciona como um capitalista coletivo que modela e modula um novo tipo de pesquisador e organiza novas modalidades de cooperação produtiva (*General Intellect*) que serão aperfeiçoadas e ampliadas durante a Guerra Fria. “Os radares ou outras armas atômicas não foram concebidos por *bricoleurs*: essas tecnologias ganharam corpo em reuniões de equipes interdisciplinares compostas por cientistas, engenheiros e gestores.”¹³ Os métodos organizacionais, que Boltanski e Chiappello atribuem à inventividade dos capitalistas pós-68 ou que os teóricos do capitalismo cognitivo veem surgir da força de trabalho e da cooperação dos trabalhadores cognitivos, foram inventados pelo exército dos Estados Unidos.

“Embora alojadas e financiadas por uma burocracia esmagadora, essas equipes não funcionam com critérios de status ou categoria, ao contrário, trabalham no seio de uma estrutura social sem verdadeira hierarquia. Essa estrutura foi forjada sobretudo devido à necessidade de adaptar uma abordagem sistemática global para desenvolver armas, uma estrutura capaz de encarar humanos e máquinas como elementos gêmeos de um aparelho de combate sem par.”¹⁴

12 Franco Piperno, *Il 68, sociale, politico, culturale*. Roma: DeriveApprodi, 2018.

13 Fred Turner, *Aux sources de l'utopie numérique*. C&F, 2012.

14 *Ibid.*, p. 369.

A transgressão das barreiras disciplinares e profissionais é o segredo do método. “As pressões acionadas para produzir novas tecnologias de guerra conduziram velhos especialistas a transpor as fronteiras de sua profissão, a misturar trabalho e prazer e a constituir novas redes interdisciplinares em meio as quais trabalhavam e viviam.”¹⁵

Durante a guerra, uma outra e fundamental mudança surgiu da cooperação entre cientistas e empresas sob o controle e a supervisão do Estado/exército: a transformação da figura do cientista em empreendedor. Era sob os esforços de guerra que “cientistas e engenheiros aprendiam a agir como chefes de empresa”. Trata-se de uma estratégia que será transmitida pelo Estado aos setores privados (neoliberalismo), que terão apenas que aperfeiçoá-la.

Wiener lembra que a organização que integra trabalho e vida, trabalho e prazer (características atribuídas ao gerenciamento pós-68) sempre foi sonhada pela comunidade científica, mas foi a guerra que a realizou. “Estávamos de acordo sobre essas questões muito antes de podermos designar o campo comum de nossas investigações [...]. Foi a guerra que decidiu sobre sua natureza em nosso lugar.”¹⁶

O que Marx não previu e os marxistas do *General Intellect* ainda não veem é que o desenvolvimento da ciência, da técnica e da comunicação/informação tem como finalidade, assim como a produção, a destruição. Técnica e ciência não passam de componentes da máquina de guerra, que alia sempre, e de maneira irreversível, a partir do início do século XX, capital e guerra, produção e destruição. Enquanto essa colaboração não hierárquica entre militares, cientistas e empreendedores continua num ambiente descontraído e convival, o exército estadunidense, com os resultados dessa cooperação, massacra na Coreia

15 *Ibid.*, p. 58.

16 Norbert Wiener, *Cybernetique et société*. Paris: Seuil, 2014.

e no Vietnã, organiza o assassinato de Allende e de dezenas de milhares de militantes sul-americanos que são massacrados durante os dez anos de guerra civil sob a direção do criminoso de guerra Henry Kissinger.

A hibridação entre civil e militar não parou com o fim das guerras totais; pelo contrário, ela se intensificou durante a Guerra Fria com a institucionalização do complexo militar/industrial/universitário. Até mesmo os artistas (a vanguarda dos anos 1950 e 60) foram implicados em pesquisas que inovam profundamente esses métodos de organização. A “sociedade do conhecimento” que deveria ser o novo horizonte de emancipação foi em grande parte antecipada pelo exército estadunidense, para o qual a ciência e o conhecimento teórico serviram de poderoso mecanismo da produção industrial (militar) para a “destruição”.

As políticas neoliberais utilizarão todos esses conhecimentos, experimentos, métodos, colocados gentilmente à sua disposição pelo exército dos EUA, fazendo-os funcionar na economia privada. Uma vez despidos de sua “filiação militar ou mesmo governamental, eles surgiram aos olhos de todos como motores culturais e econômicos [...] como forças que emanam da natureza”.¹⁷

É a partir desse momento que se começou a construir o *storytelling* do empreendedor inovador e genial, capaz de assumir riscos, confiante no mercado e desconfiado de tudo que se assemelhe de perto ou de longe com o estatal, e capaz de inventar o computador portátil em sua garagem. “Vigarice cósmica” que nos é vendida como verdade só porque eles têm a força dos vencedores para impô-la. O Vale do Silício não é fruto do espírito da iniciativa de empreendedores finalmente livres da tutela burocrática, mas de cinquenta anos de enormes investimentos públicos geridos pela estrutura mais hierarquizada, mais disciplinar e mais assassina que jamais existiu, o exército estadunidense.

¹⁷ Ibid.

Os cientistas que criaram e impulsionaram as tecnologias cibernéticas e informáticas, das quais os aceleracionistas e os *cybers* de todo tipo continuam esperando que realizem as “possibilidades” de emancipação que parecem encerrar, não são tão ingênuos quanto estes últimos. Estão perfeitamente conscientes de que suas pesquisas dependem estritamente da máquina de guerra, dos financiamentos militares e de suas temporalidades.

Em 1950, Norbert Wiener previa que as novas máquinas cibernéticas se implantariam num prazo de dez ou vinte anos, “a menos que violentas mudanças políticas ou uma outra grande guerra”¹⁸ acelerassem sua implantação.

Eis um exemplo suplementar de que não são as grandes tendências tecnológicas, os determinismos produtivos, o desenvolvimento “objetivo” de forças produtivas, mas as rupturas “políticas”, as bifurcações “subjetivas” da história que introduzem novidades marcantes e súbitas acelerações. São confrontos estratégicos, é a urgência da “batalha da Inglaterra que torna necessário tratar a fundo o problema do radar, acelerando o desenvolvimento natural dessa questão que poderia se arrastar por décadas” e que sob o imperativo da guerra só leva dois anos para “ser utilizado com eficácia no campo de batalha”¹⁹.

As grandes mudanças políticas, ou seja, as rupturas, são sempre da máquina social e da máquina de guerra, nunca das máquinas técnicas. São os poderes da máquina de guerra revolucionária, das rupturas subjetivas coletivas e dos processos de conversão da subjetividade que decorrem delas que precisamos problematizar.

18 Ibid., p. 185.

19 Ibid., p. 186.

Teoria das máquinas

“Um elemento técnico continua abstrato, completamente indeterminado, enquanto não o relacionamos a um agenciamento que ele supõe. O que vem primeiro com relação ao elemento técnico é a máquina: não a máquina técnica, mas a máquina social ou coletiva, o agenciamento maquínico que vai determinar o que é o elemento técnico em tal momento, quais são seus usos, sua extensão, sua compreensão. É por intermédio dos agenciamentos que o *phylum* seleciona, qualifica e até mesmo inventa os elementos técnicos.”²⁰

DELEUZE E GUATTARI

Os autores que, nos anos 1960 e 70, renovaram profundamente o conceito de máquina, nos forneceram uma caixa de ferramentas conceituais para não cair na armadilha das “revoluções tecnológicas”. A partir de duas afirmações (a primeira de Simondon, a segunda de Deleuze e Guattari) começamos a colocar de outra maneira o problema das novas máquinas pretensamente “autônomas”, portadoras de oportunidades e potencialidades “infinitas” ou, inversamente, de uma dominação apocalíptica. Mas acima de tudo podemos compreender por que a máquina de guerra prima sobre a máquina técnica, porque *automação e decisão, despessoalização das relações de poder pela técnica e estratégia política* não se opõem. Muito pelo contrário, *a técnica vai favorecer a decisão e a estratégia.*

No capitalismo, “a máquina é um escravo que serve para fazer

20 Gilles Deleuze; Félix Guattari, *Mille Plateaux: Capitalisme et schizophrénie 2*, op. cit., p. 495.

outros escravos”.²¹ O *incipit* de Simondon não remete às “possibilidades” nem às promessas contidas nas máquinas, mas às relações de poder mais ancestrais. A máquina pode nos fazer cair na escravidão porque ela própria está reduzida à condição de escrava. Se a máquina é uma escrava isso significa que não possui a *autonomia* e a *independência* que as teorias da governança por algoritmos lhe atribuem.

A cada onda de inovação repete-se incansavelmente a crença da “liberação do tempo” pela técnica, pois a enorme produtividade dos sistemas das máquinas dispensaria a humanidade da necessidade do trabalho. Não apenas essas promessas de liberação nunca se realizaram como se converteram em seu contrário (as “máquinas” se revelam cronófagas). Nenhuma máquina poderá nos “libertar”, nem libertar o tempo, pois ela própria deve ser liberta de sua subordinação. Simondon nos sugere que nunca é possível separar a máquina do humano e, sendo assim, de suas relações de poder e de suas estratégias. Seu funcionamento prevê sempre agenciamentos das máquinas e dos humanos, dos dispositivos e das estratégias, dos automatismos e dos objetivos políticos.

Podemos deduzir outra verdade da afirmação de Simondon. Se a máquina é escrava, deve ter um patrão, um escravagista, alguém para quem ela trabalha e cujas ordens executa! Simplificação inaceitável frente à “complexidade” do capitalismo de plataformas, digital, biocognitivo, computacional, neural (as siglas da complexidade são infinitas) ou despertar do sono (mais que de um sonho) tecnológico no qual parecem ter mergulhado multidões de revolucionários?

Simondon introduz, quase sem querer, o ponto de vista estratégico, a dimensão da dominação e da sujeição, mas não nos diz de quem a máquina é escrava. Uma primeira resposta é dada

21 Gilbert Simondon, *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier, 2012. p. 175.

por Gilles Deleuze e Félix Guattari. "Somos sempre escravos da máquina social e nunca da máquina técnica."

A máquina técnica serve então à máquina social, é um componente de sua estratégia. É essa última que dá forma à relação humano-máquina selecionando e fazendo funcionar os possíveis mais bem adaptados a suas finalidades (o lucro e a dominação), e para fazer isso ela sujeita tanto a máquina quanto o ser humano, transformando a primeira em "capital fixo" e o segundo em "capital variável". A máquina social precede tanto ao humano quanto à máquina (a relação precede seus termos).

Do mesmo modo, podemos acrescentar que o processo revolucionário e a produção de uma nova subjetividade nunca surgem da máquina técnica, mas sempre da máquina social (ou máquina de guerra). Daí a importância desse último conceito para tentar relançar o debate em torno da relação entre guerra e revolução, do qual a experiência política do pós-68 parece ter perdido todo e qualquer rastro.

Em torno das máquinas proliferam teorias muito sofisticadas que interrogam sempre a última máquina técnica saída do forno (algoritmos, *bitcoin*, nanotecnologia, inteligência artificial, plataformas digitais – Tack etc.), mas nunca a máquina social (capitalista) que as seleciona a partir de seu *phylum* evolutivo e as faz funcionar no interior de estratégias de produção e de poder. Essas teorias repetem incessantemente o mesmo erro, concentrar-se na máquina técnica em vez de interrogar a máquina social que engendra ao mesmo tempo máquina e subjetividade.

É com a mesma "ingenuidade" que procedem os aceleracionistas quando se trata de analisar o funcionamento do capital financeiro. Fazem desaparecer a máquina social que impõe a relação credor/devedor, suas estratégias ("primeiro os credores") e suas sujeições (a pessoa endividada) atrás da ação *impessoal e automática* da técnica (negociações de alta frequência) e dos algoritmos, os modelos matemáticos que a fazem funcionar.

O aceleracionismo faz parte desse vasto e variegado conjunto de teorias que, quando não estão fascinadas pelas potencialidades progressistas da técnica, o que as fascina é a catástrofe que parecem anunciar (Mark Fisher, Franco Berardi, Nick Land etc.). Esses dois pontos de vista, aparentemente opostos, se reúnem na mesma centralidade que ambos conferem à automação e aos automatismos: as relações de poder entre pessoas desaparecem sob o funcionamento impessoal das máquinas. “Somos governados por algoritmos”, “as máquinas digitais conduzem nossas ‘condutas’”, “os números ditam nossos comportamentos”.

Franco Berardi (Bifo), protagonista assíduo de debates que atravessam essas redes, sintetiza assim essa convergência: “A abstração financeira se funda na operação impessoal dos automatismos. Ninguém toma decisões pois uma cadeia lógico-matemática substituiu toda decisão e os algoritmos do capital se tornaram independentes da vontade individual daqueles que os criaram e daqueles que os utilizam.”²²

É preciso procurar a origem dessa despolitização nos últimos bastiões do pensamento 68, em Lyotard ou Baudrillard, por exemplo. Para o primeiro, o capital é um sistema que não tem um verdadeiro fora e que, portanto, não precisa de nenhuma estratégia. Lyotard o reduz a “um processo factual”, a uma operatividade tecnológica, cibernética, cuja única meta é o *desenvolvimento* e cuja “única regra conhecida é a maximização das performances do sistema”.²³ Não há possibilidade alguma de sair do funcionamento da máquina. Até mesmo a emancipação deixa de ser um combate que se vence, já que “está agora a cargo do próprio sistema” e “as críticas, de qualquer natureza que sejam, são solicitadas por ele com vistas a executar

22 Franco Berardi Bifo, *Malinche e l'automa*. *Alfabeta2*, 28 set. 2018. Disponível em < <https://www.alfabeta2.it/2014/09/28/malinche-lautoma/> >.

23 Jean-François Lyotard, *Misère de la philosophie*. Paris: Galilée, 2000, p. 114.

essa função com maior eficácia”.²⁴ As “desregulações” do próprio sistema são revertidas em incitações ao aumento de sua performatividade. O sistema pode reciclar tudo, até a guerra, pois ela é simplesmente um resultado, um acidente necessário ou contingente. Essa versão pós-68 do “fim da história” logo mostrou sua inanidade, pois a guerra que não deveria ocorrer (Baudrillard) não apenas foi bem real, como consistiu na dupla derrota sofrida pelos EUA no Iraque e no Afeganistão. A todo-poderosa tecnologia informacional, que está no centro dessas teorias, foi vencida por uma mera estratégia política; ou seja, o “real” não desapareceu numa simulação à disposição das manipulações do sistema. Não se conhecem consequências mais catastróficamente reais, para o planeta inteiro, do que as dessa guerra cuja realidade, segundo outra versão do mesmo Baudrillard, era absolutamente indiferente. A contingência, a ruptura, o “real” (aquilo que não se pode antecipar mesmo com uma rede infinita de computadores) zombam dessas teorias que, no fim de sua evolução, não apenas liquidam a revolução, como fazem da tecnologia uma potência autônoma e autorreferencial que não depende de nenhuma estratégia a não ser a de seu próprio desenvolvimento.

Encontramos o mesmo problema do capítulo precedente: a ilusão de que as relações de poder são integralmente imanentes, aqui à técnica, ali ao direito e à economia. Para tentar discernir os limites do pensamento *cyber* e a profunda despolitização que ele provoca, é necessário antes voltar aos conceitos de máquina social e de máquina de guerra e à relação que elas mantêm com a máquina técnica, pois a hibridação humano-máquina é parte de uma estratégia das relações entre forças que a precede.

²⁴ Jean-François Lyotard, *Moralités postmodernes*. Paris: Galilée, 1993, p. 68.

Marx e o triplo poder da máquina, da ciência e da natureza

Para tentar compreender a natureza e a função da técnica, é preciso criticar a maior parte das observações de Marx sobre as máquinas e sua relação com o ser humano. Em *O Capital*, Marx observa que o trabalho qualificado do operador que age ao lado das máquinas é “desprovido de qualquer sentido” e representa uma quantidade insignificante diante do triplo poder da *ciência* e do *trabalho*, incorporados no sistema das máquinas e das forças gigantescas da *natureza*. Esse “triplo mestre”, como Marx o define, está fundado numa concepção problemática da técnica e de sua relação com o ser humano: a teoria do fetichismo da mercadoria. Ela não contribui em nada para a compreensão do funcionamento das máquinas cibernéticas. Ao contrário: é ainda totalmente antropocêntrica, animada por *sujeitos* “*individuados*” (vivos) e *objetos* “*coisificados*” (mortos), por mecanismos (dialéticos) que revertem as relações entre os seres humanos em relações entre as coisas. Dessa dialética sujeito/objeto nasce o funcionamento automático e impessoal dos dispositivos capitalistas que dominam e alienam os seres humanos que os produziram. A ilusão de que os confrontos estratégicos, de que a guerra, de que as relações de poder podem ser incorporadas sem resto na objetividade e impessoalidade da moeda, do trabalho, da lei, do consumo, das normas sociais, dos algoritmos e da finança tem sua origem nessa dialética e nesse fetichismo.

Uma teoria das máquinas fundada numa ontologia dos sujeitos “*individuados*” e dos objetos “*coisificados*”, no poder dos automatismos impessoais derivados da inversão dialética da ordem da subjetividade na ordem da objetividade, nunca poderá dar conta da natureza da tecnologia, que, como sublinha Simondon, “*não faz parte da domínio social puro, nem do domínio físico puro*”²⁵ mas emerge

25 Gilbert Simondon, *Du mode d'existence des objets techniques*, op. cit., p. 332.

da dimensão pré-individual e da dimensão transindividual, desarmando tanto os *sujeitos individuados* quanto os *objetos coisificados*.

A evolução da relação humano-máquina que Simondon reconstrói é muito útil para compreender os limites das teorias contemporâneas: graças à sua plasticidade cibernética, as máquinas simulariam a plasticidade do cérebro adquirindo uma autonomia (Catherine Malabou) comparável à do ser humano; os automatismos matemáticos (os algoritmos) constituiriam uma nova governamentalidade. A teoria das máquinas do filósofo francês nos permite criticar outra e ainda mais estranha teoria: a de que o trabalhador “cognitivo” teria incorporado as máquinas (o capital fixo) em sua subjetividade. A “apropriação” dos meios de produção pelos trabalhadores, que outrora supunha a revolução, a tomada do poder, a guerra civil etc., hoje se daria milagrosamente, sem nenhum embaraço e sem que os capitalistas sequer percebam (nem nós). O processo técnico pelo qual o corpo humano produziria órgãos artificiais exteriorizando essas funções seria invertido pelo trabalhador cognitivo, que teria interiorizado a tecnologia e os saberes que a produzem e a fazem funcionar. Mas é bem outro o corpo que é convocado pela tecnologia. A “máquina deve ser imediatamente pensada em relação ao corpo social e não em relação a um organismo biológico humano”.²⁶

É o “corpo social” do capital que distribui a máquina técnica como capital constante e o operário como capital variável. Eles são complementares, evoluem juntos, paralelamente, sob o controle da unidade superior da máquina de guerra. E só um outro “corpo social”, o da revolução e suas modalidades de organização, poderá criticar a máquina de guerra do capital e configurar diferentemente a relação humano e não humano.

26 Gilles Deleuze; Félix Guattari, *L'Anti-Édipe: Capitalisme et schizophrénie 1*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972, p. 481. [Ed. bras.: *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*, trad. de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 529]

Genealogia da máquina

Simondon compartilha com Deleuze e Guattari uma outra ontogênese da técnica. A máquina não prolonga o esquema corporal “nem para os operários, nem para os proprietários das máquinas”. Não é um “órgão”, uma prótese, uma exteriorização do braço, do olho, da força corporal, do cérebro etc. Não é uma ferramenta. Ela é um *assemblage*, um acoplamento, um agenciamento de dois modos de existência (o ser humano e a máquina), que, podemos acrescentar, se desenvolve sob a coação da máquina de guerra que a gerou. Para Deleuze e Guattari, assim como para Simondon, a distinção entre máquina e ferramenta é fundamental. Os instrumentos e as ferramentas, justamente por constituírem uma prótese, uma exteriorização corporal, diferentemente da máquina, não têm nenhuma “individualidade” própria.

O século XVIII é o século do grande desenvolvimento das ferramentas e dos instrumentos. Nessa época, é o ser humano que constitui o “indivíduo técnico”, pois empresta sua “individualidade biológica” à individuação técnica usando as ferramentas e constituindo o centro do processo. O século XIX, ao contrário, é o século das máquinas, que operam um descentramento das funções do ser humano. Com a indústria capitalista, o ser humano é destituído da função de “indivíduo técnico”, já que as ferramentas estão nas mãos da máquina (máquina-ferramenta), de modo que é ela que ocupa agora o centro de individuação técnica. A atividade das máquinas automáticas não é *autônoma*, mas *paralela* à atividade humana, que não desaparece, mas muda de lugar: seu papel agora é agir debaixo (“servindo”) ou acima (“regulador”) do indivíduo técnico (máquina). O ser humano se torna ou organizador das relações entre os níveis técnicos, em vez de ser ele próprio um destes níveis, ou um simples “fornecedor dos elementos” para o bom funcionamento da máquina.

Essas máquinas são as mesmas que encontramos no *Capital* de Marx. A teoria marxiana do “triplo mestre”, assim como a teoria do fetichismo da mercadoria, é construída a partir das máquinas automáticas (as máquinas-ferramentas) do século XIX, que não têm lá muita coisa em comum com as máquinas automáticas contemporâneas autorreguladoras, nas quais a função do ser humano volta a mudar.

Enquanto as máquinas automáticas marxianas “precisam do ser humano como servidor (operário) ou organizador (capitalista), as máquinas autorreguladoras precisam do ser humano como técnico, como associado”.²⁷

As máquinas-ferramentas só se tornam indivíduos técnicos “relativamente independentes” com as máquinas cibernéticas “autorreguladoras”. Como o capital submete a relativa independência à lógica da produtividade, neutralizando ao mesmo tempo a possibilidade para o ser humano de agir como um “associado” e a autonomia relativa da máquina, é o que veremos daqui a pouco.

Marx tem uma boa desculpa, já que não conhecia essas máquinas nascidas da cibernética. Mas o mesmo não ocorre com aqueles que têm à disposição as reflexões de Simondon e Guattari sobre as novas máquinas automáticas.

A máquina cibernética, enquanto “indivíduo técnico”, não é uma coisa, um simples objeto, nem uma objetivação da atividade humana, mas um “modo de existência” que se acrescenta ao modo de existência humano e funciona paralelamente a ele (nenhum dos dois pode funcionar de maneira autônoma, independentemente do outro). Modo de existência significa que a máquina não é uma “unidade absoluta”, um “bloco fechado”, uma “substância”, ou seja, uma “coisa” já individuada, já “acabada”, morta, como dizia Marx. A máquina está aberta de várias maneiras porque é relação e multiplicidade de relações: relação com seus próprios

²⁷ Gilbert Simondon, *Du mode d'existence des objets techniques*, op. cit., p. 174.

componentes, com as outras máquinas, com o mundo (meio) e com o ser humano.

O ser da técnica que Heidegger inutilmente buscou é, para Simondon, a relação. O ser da técnica “reside no fato de que a relação tem valor de ser: tem uma função duplamente genética, para com o ser humano e para com a máquina”,²⁸ enquanto para as teorias críticas contemporâneas “a máquina e o ser humano já estão inteiramente constituídos e definidos”. Simondon, como Deleuze e Guattari, nunca fala do ser humano e da máquina como essências próprias e independentes que levam cada qual uma existência autônoma.

O agenciamento é um campo de possíveis, de virtuais tanto quanto de elementos constituídos (as peças mecânicas, os softwares, os algoritmos), mas tudo isso deve se confrontar com os possíveis e os elementos constituídos da máquina de guerra. Se a máquina é aberta, se ela é relação, isso significa que contém uma “margem de indeterminação” e que sua individuação não está dada de uma vez por todas, pois seu funcionamento é adaptável e não rigidamente constituído como para os autômatos de que fala Marx, que constituem um tipo inferior de tecnologia já que são completamente predeterminados e, assim, privados de qualquer potencial.

A análise de Marx, substancializando a máquina como uma cristalização do “trabalho vivo”, concebe-a como um objeto acabado, um “bloco fechado”, algo “morto” (“trabalho morto”, precisamente), ou seja, que esgotou todo potencial, enquanto toda potência está concentrada no trabalho vivo; porém, a máquina não é definida apenas por seu estado material atual, mas também por suas dimensões invisíveis (planos, diagramas etc.) e por seus potenciais. Ela não está morta, mas muito “viva”, disponível à variação, à mudança, capaz de entrar em diferentes processos de individuação. Com a

28 Gilbert Simondon, *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier, 1989. p. 278.

máquina como relação estamos muito longe de poder utilizar as categorias de “vivo” (subjetividade) e “morto” (objetividade) como faz Marx, ou do “vivo” biológico como faz Foucault.

A máquina de guerra

O conjunto das relações que constituem o agenciamento humano-máquina é capturado pela individuação operada pelo que Simondon chama, de maneira genérica, “civilização do rendimento”, que submete (torna escravos) tanto o ser humano quanto a máquina à “produtividade”, à eficácia, ao rendimento, à dominação do ser humano e da natureza.

É aqui que o conceito de máquina de guerra, que Simondon não utiliza, é necessário. A indeterminação da máquina (como, aliás, a do ser humano) está aberta a uma individuação que depende do “corpo social” do capital.

O capitalismo torna possível a um só tempo uma autonomia relativa das máquinas técnicas e sua mais feroz “escravidão”. O Capital opera uma ruptura na história política e social, mas também na das técnicas, desterritorializando os fluxos monetários, sociais, técnicos e políticos que todas as outras sociedades se esforçaram por codificar. Nas sociedades pré-capitalistas, esses fluxos, que são ao mesmo tempo interiores e exteriores às técnicas, são codificados de maneira muito estrita pela máquina social, de modo que os fluxos técnicos são “encastrados, codificados ou sobrecodificados de tal modo que nunca se tornam independentes”.²⁹

A decodificação generalizada destes fluxos pelo capital dá uma nova “liberdade” e uma nova “independência” à evolução dos

²⁹ Gilles Deleuze; Félix Guattari, *L'Anti-Œdipe: Capitalisme et schizophrénie 1*, op. cit., p. 276.

fluxos técnicos e científicos, ao mesmo tempo que estes últimos não deixam de estar subordinados à lógica do lucro do poder. É então no capitalismo, como máquina social que opera a decodificação generalizada dos fluxos, que é preciso buscar as razões do desenvolvimento das técnicas.

“Não foram as máquinas que fizeram o capitalismo, nesse sentido, mas o capitalismo, ao contrário, que faz as máquinas, e que não para de introduzir novos cortes por meio dos quais revoluciona seus modos técnicos de produção.”³⁰

As máquinas se constituem no cruzamento de uma dupla dimensão filogenética e ontogenética. As máquinas técnicas existem em um *phylum* (evolução) das máquinas que as precederam e das virtualidades das máquinas por vir. Esse *phylum* não é portador de uma causalidade histórica unívoca, já que, graças à decodificação dos fluxos, as linhas evolutivas são rizomáticas, várias bifurcações são possíveis. Essas possibilidades de desenvolvimento, relativamente indeterminadas, são imediatamente capturadas e atualizadas pela máquina de guerra do capital. A utilização das máquinas a vapor pela máquina social do Império Chinês foi muito limitada (brinquedos para as crianças), ao passo que, da mesma invenção, a máquina social capitalista fez a pedra angular de seu progresso.

É por um defeito de conceitualização do capital que se pode afirmar que são as máquinas técnicas que revolucionam a máquina capitalista. A máquina diacrônica do capital, obrigada a repetidas rupturas (“crises”) para poder continuamente deslocar os limites de sua valorização, nunca “se deixa ela própria revolucionar por uma ou várias máquinas técnicas síncronas”.

A máquina de guerra capitalista “deixa os cientistas, os matemáticos ‘esquizofrenizar’ em seus cantos”, ou seja, os deixa seguir e desenvolver o *phylum* de sua própria disciplina e assim “fazer

30 Ibid., p. 277.

passar fluxos de código socialmente decodificados que estes cientistas organizam em axiomas de pesquisa dita fundamental". Mas ela submete inexoravelmente estes fluxos de pesquisa e de inovação a "uma axiomática social muito mais severa que todos os antigos códigos ou supercodificações desaparecidos: o axiomático do mercado capitalista mundial".³¹

Deleuze e Guattari definem precisamente a relação humanos/máquinas no interior do funcionamento da máquina de guerra do capital. Esta última, só existindo em crise permanente (ela "escangalha continuamente"), precisa sempre de "órgãos sociais de decisão, de gestão, de reação, de inscrição, uma tecnocracia e uma burocracia que não se reduzem ao funcionamento das máquinas técnicas". A "gestão" da crise não se faz pela intervenção dos dispositivos automáticos, mas pela ação de uma tecnocracia e de uma burocracia que agem como subjetivação da megamáquina do capital. Essas crises, nunca sendo apenas econômicas, sempre abrem igualmente à possibilidade da guerra civil, de modo que não são só as tecnocracias e as burocracias que podem intervir, mas também os "fascistas".

A máquina de guerra nunca tem um funcionamento impessoal, mesmo quando parece funcionar automaticamente, pois os "burocratas e os tecnocratas" são sempre adjacentes aos automatismos técnicos ou sociais, prontos a intervir quando dá um "pane" político ou econômico. Os políticos, os tecnocratas, os jornalistas, os militares, os experts, os fascistas etc., constituem as subjetivações da megamáquina, intervêm como reguladores, guardiães, servos, restauradores do grande fluxo de moedas, de capital, de tecnologia, de guerra, mas também como "governantes" de divisões de sexo, de raça e de classe e abonadores de suas escravidões e sujeições.

As subjetividades escolhem, tomam decisões, mas essas decisões e essas escolhas são destinadas a estabelecer ou restabelecer

³¹ Ibid., p. 278.

o funcionamento da máquina. Elas aplicam as estratégias que a máquina de guerra requer, que a máquina implica, que ela impõe quando se desregula, mas que só uma subjetivação é capaz de atuar. Por ocasião de uma crise como a de 2008, os “automatismos” da economia, das instituições, das leis, das tecnologias estavam na impossibilidade de reproduzir as relações de poder. E pode-se ver, na prática, que a clausura da multiplicidade de relações que constituem a máquina do capital é operada pela estratégia.

A máquina e a capacidade de se revoltar

Catherine Malabou se engana duas vezes: a primeira no livro *Que faire de notre cerveau ?*, porque supõe uma diferença de natureza entre o humano (a plasticidade de seu cérebro) e as máquinas (computadores); e a segunda no livro *Métamorphoses de l'intelligence*, que queria corrigir o primeiro aventando a “identidade estrutural” entre cérebro e computador. Já Simondon e Guattari colocam o problema de maneira completamente diferente: para pensar o agenciamento homem-máquina, devemos superar os dualismos natureza/artifício, humano/não-humano, o que não significa que as componentes desse agenciamento tenham uma “identidade estrutural”. A “subjetividade” não é uma propriedade exclusiva do humano, mas está distribuída de maneira diferente no humano e na máquina.

“Há algo de vivo num conjunto técnico”,³² afirma Simondon. Guattari, por sua vez, fala não de “autonomia vital” da máquina (“não se trata de um animal”), mas de uma “proto-subjetividade”, de uma “subjetividade parcial” e de “seu singular poder de enunciação”,³³ que funciona como vetor de subjetivação.

32 Gilbert Simondon, *Du mode d'existence des objets techniques*, op. cit., p. 175.

33 Félix Guattari, *Chaosmose*. Paris: Galilée, 1992, p. 54. [Ed. bras.: *Caosmose: Um*

A identidade estrutural entre o homem e a máquina implicaria que as componentes do agenciamento técnico tivessem a mesma autonomia, a mesma capacidade de agir. O que Simondon refuta com uma argumentação muito política, pois centrada numa modalidade específica do agir, a “recusa”. “O ser técnico é mais que uma ferramenta e menos que um escravo; possui uma autonomia, mas uma autonomia relativa, limitada, sem verdadeira exterioridade em relação ao humano que o constrói.”³⁴ A *proto-subjetividade* ou a *subjetividade parcial* das máquinas (que funcionam como vetores de subjetivação) é diferente da subjetividade humana. Simondon a define através da impossibilidade para a máquina de dizer não, de recusar. “A melhor máquina de calcular não tem o mesmo grau de realidade que um escravo ignorante, porque o escravo pode se revoltar e a máquina não.”³⁵

Simondon não coloca a questão de se a máquina é capaz de intervir quando surge uma “pane”, uma interrupção, uma desregulagem de seu funcionamento, nem se ela é capaz de se autoconsertar (convicção que, ao contrário, Malabou partilha com os ciberneticistas). A máquina consegue executar todas as suas atividades, pode se “desregular e apresentar então características de funcionamento análogas à conduta louca em um ser vivo”, mas não pode operar uma “conversão” de sua subjetividade, como faz o escravo que se revolta. Por meio de sua recusa, o escravo produz “uma profunda transformação das condutas almeçadas e não uma mera desregulagem das condutas”. A recusa do escravo não é uma simples disfunção, mas uma ruptura subjetiva que problematiza a existência e lhe permite mudar as finalidades desta. A resolução dos problemas que a máquina mais aperfeiçoada pode

novo paradigma estético, trad. de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2012.]

³⁴ Gilbert Simondon, *L'individuation psychique et collective*, op. cit., p. 271.

³⁵ *Ibid.*, p. 272.

levar a cabo é ainda de uma natureza completamente diferente da dessa “conversão”.

“A máquina não é autocriadora”. Ela pode se autorregular, aprender, se adaptar, mas “a adaptação permanece insuficiente” para dar conta da autocriação que, ela, se opera por “saltos bruscos” e rupturas súbitas,³⁶ implicando uma conversão da subjetividade que, graças ao salto e à ruptura, cria “novos possíveis”. A máquina é capaz de resolver problemas, mas não de colocá-los e pôr em discussão sua “existência”.³⁷

Nessa teoria das máquinas, nem a dominação nem a recusa remetem à biopolítica. A máquina como relação implica um conceito de “vivo” que não é redutível ao biológico como ainda é o caso em Agamben e Esposito.

O conceito de “vivo” em Simondon e Guattari é muito diferente do que encontramos no conceito de biopolítica. Se o escravo também é, como todo ser vivo, um *autômato biológico*, não é a partir desses automatismos orgânicos necessários à vida que ele recusa e se revolta, mas a partir de sua potência a-orgânica.

“O autômato pode ser o equivalente funcional da vida, pois a vida comporta funções de automatismos, de autorregulação, de homeostase, mas o autômato nunca pode ser o equivalente do indivíduo.”³⁸

A recusa e a revolta não são simples interrupções. Os ciberneticistas e Malabou pensam que as máquinas cibernéticas podem “interromper sua própria automaticidade” e, assim, simular a subjetividade humana. As “máquinas se desregulam para melhor reavaliar seu funcionamento [...] a reorganização após a pane ou a interrupção reforça a eficácia do automatismo” para finalmente

36 Ibid., p. 274.

37 Ibid., p. 275.

38 Ibid., p. 274.

“atingir novos limiares de regulação”.³⁹ O “mercado” autorregulador continua sendo o modelo desse pensamento da tecnologia, capaz de “consertar” os estragos das crises econômicas.

Mas o escravo “mais ignorante” recusa e interrompe de maneira radicalmente diferente das “panes” das ciber máquinas de Malabou e dos especialistas em cibernética. O escravo interrompe os automatismos que regulam sua sujeição para neutralizar seu poder e não para melhorar seu funcionamento, atingir a homeostase, o equilíbrio. Ele interrompe para abrir a possibilidade da conversão de sua subjetividade e criar desse modo novas orientações e novas condições de vida contra sua exploração e contra sua servidão.

A revolta do mais pobre e “ignorante” dos escravos não é biológica, mas a-orgânica, a-biológica. A função fundamental da governamentalidade é prevenir, neutralizar, desfazer a “revolução”; ela é, portanto, uma política do a-orgânico, isto é, uma política do *possível* e do *impossível*. A governamentalidade não é unicamente aquilo que intervém na vida da espécie, ocupando-se da doença e da saúde, da vida e da morte, mas, de maneira muito mais fundamental, aquilo que decide o que é possível e o que é impossível.

O desafio de uma máquina de guerra revolucionária é desarmar essa articulação por meio de uma ruptura que a um só tempo suspenda as leis da maquinaria capitalista, e especialmente a distribuição do possível e do impossível, criando novas possibilidades de ação. Para tornar possível o que é impossível na ordem da máquina capitalista (“sejamos realistas, exijamos o impossível” é a única maneira de sermos realistas), destruição e criação são complementares, o que significa que a máquina de guerra, para realizar ao mesmo tempo a “mutação”, a conversão da subjetividade e a superação do capitalismo, deve ter como objeto também a “guerra” contra o capital. E essa “guerra” deve libertar também a máquina, pois ela é indissociável do homem.

³⁹ Catherine Malabou, *Métamorphoses de l'intelligence*. Paris: Puf, 2017, p. 152.

Uma das principais razões do fracasso das revoluções socialistas do século XX reside na maneira de conceber e de utilizar as máquinas e os trabalhadores. O socialismo (e o marxismo), exatamente como o capitalismo, substancializa e materializa a multiplicidade das relações que constituem a máquina técnica, fazendo-a “coincidir com seu estado atual, com suas determinações materiais”.

Os soviéticos fizeram da tecnologia uma prioridade da revolução (Soviètes + Eletricidade), mas nunca conseguiram pensar uma alternativa ao capitalismo.

A “margem de indeterminação” da relação homem-máquina foi subordinada à produtividade, que, como no capitalismo, sujeita o homem, a máquina e a natureza. O Estado socialista se limitou a copiar o modelo capitalista *acelerando* a aplicação do taylorismo e fazendo do “trabalhador stakhanovista” um apêndice da produtividade. Assim, reduziu as máquinas a coisas e elevou os trabalhadores a “demiurgos”, enquanto a natureza era objeto de dominação.

Automação e decisão

“De acordo com Bergson, a complexidade crescente do organismo se deve essencialmente à necessidade de complicar o sistema nervoso, pois a maior complexidade do sistema cerebral e nervoso acarreta um intervalo maior entre ação e reação. E no que consiste essa complicação? *Num desenvolvimento simultâneo da atividade automática e da atividade voluntária.* Não existe oposição entre as duas ordens do desenvolvimento, pois o automático fornece o instrumento apropriado ao querer.”

VIDÉOPHILOSOPHIE

Simondon mostra a inconsistência da ideia de que a máquina pode adquirir sua própria autonomia simulando o vivo. Do ponto de vista das máquinas, do ponto de vista estritamente tecnológico, os automatismos “puros” não existem: “A relação adequada com o objeto técnico deve ser apreendida como um acoplamento entre vivo e não-vivo. O automatismo puro, excluindo o humano e imitando o vivo, é um mito [...]. Não existe máquina de todas as máquinas.”⁴⁰

Os automatismos existem, mas sua natureza só pode ser sociopolítica, diz Simondon; ou seja, pensada e construída pela máquina de guerra, diremos nós. Os automatismos (normas, lei, mercado) sempre são o resultado de uma estratégia, de um projeto, de uma vontade de dominação, uma vontade de poder.

Grégoire Chamayou, ao analisar a automatização da guerra em sua *Teoria do Drone*, também desmonta esse mesmo ponto de vista: “O erro político seria acreditar que a automatização é em si mesma automática.”⁴¹

Embora a máquina técnica possa ser automática, a máquina de guerra que a reduziu a esse funcionamento *nunca o é*.

A automação, em vez de fazer desaparecer a subjetividade, o comando e a estratégia na impessoalidade do funcionamento, aumenta sua capacidade de agir. A instalação das redes, em vez de “decentralizar” o poder, contribui para concentrá-lo ainda mais.

Se os “teóricos da ‘guerra em redes’ pensavam que essas novas tecnologias iam permitir uma descentralização do comando, na prática, a experiência dos sistemas sem piloto prova até aqui o contrário”.⁴²

“Mais do que o ‘humano’ em geral perder o controle para a

40 Gilbert Simondon, *Du mode d'existence des objets techniques*, op. cit., p. 363.

41 Grégoire Chamayou, *Théorie du drone*. Paris: La fabrique, 2013. p. 287. [Ed. bras.: *Teoria do drone*, trad. de Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.]

42 Ibid., p. 299.

‘máquina’, são aqui os operadores subalternos que perdem (ainda mais) em autonomia para os escalões superiores da hierarquia. Uma robotização integral reforçaria ainda mais essa tendência à centralização da decisão, embora sob modalidades diferentes, mais discretas, certamente mais econômicas, porém não menos hipertrofiadas.”⁴³

Traduzir o imperativo “atacar unicamente alvos legítimos” ou “definir um limiar de proporcionalidade entre mortes de civis e objetivos militares esperados” na programação do drone implica que “os parâmetros de decisão devem ser especificados, e essa especificação não é operada pelo próprio programa. Isso exige uma escolha vinda de cima, uma decisão sobre os parâmetros da decisão – uma decisão sobre a decisão. A centralização do comando – ainda que este passe mais por especificações programáticas do que por ordens – assume então proporções desmesuradas”.⁴⁴

Se a máquina automática (drone) deve executar uma tarefa seguindo a variável *Minimum Carnage*, “qual é o valor correspondente à variável? Não se sabe. Mais de trinta civis mortos? Ok. Mas essa ínfima decisão sobre a decisão, efetuada numa palavra ou com um toque no teclado, tem múltiplos efeitos muito concretos, concretos demais”.⁴⁵

Essas novas tecnologias se limitam a suprimir, ou a deslocar, os elos “muito imperfeitos” que conectavam a máquina técnica à máquina de guerra, o que de modo algum significa uma “horizontalização” das relações de poder. Contrariamente ao que dão a entender Boltanski e Chiapello, ou Dardot e Laval, o mesmo ocorre nas empresas e nas finanças. Se os dispositivos automáticos oferecem aos trabalhadores nas empresas a “possibilidade de

43 Ibid., p. 299.

44 Ibid., p. 300.

45 Ibid., p. 300.

escapar da tirania dos pequenos chefes” eliminando alguns escalões hierárquicos intermediários, eles os submetem a um poder muito mais tirânico e avassalador.

A “pilotagem automática” que os sistemas tecnológicos instalam para acelerar as operações nas bolsas de valores não põe fim às hierarquias e seus desmandos, mas reforça, pelo contrário, sua capacidade de decisão. Não há máquinas de máquinas (contrariamente ao que pensava Anders), e não há piloto automático que governe a sociedade ou a bolsa.

A máquina automática centraliza ainda mais a decisão: em vez de suprimi-la, exalta-a. Confere ainda mais poder aos níveis superiores da hierarquia.

As máquinas sempre dependem de um elemento exterior, mesmo as máquinas automáticas. As máquinas e os seres humanos remetem, ainda uma vez, a agenciamentos coletivos (máquina social e máquina de guerra) que os produzem e os reproduzem junto.

“O problema não é saber quem tem o controle, o ‘ser humano’ ou a ‘máquina’. Está aí uma formulação subdeterminada do problema. O que realmente está em jogo é a automatização material e política desse ‘bando de humanos armados’ que é, antes de tudo, o aparelho de Estado.”⁴⁶

Diríamos antes que o que está em jogo é a máquina de guerra do capital, da qual o Estado não passa hoje de uma articulação, e que a automatização é a realização tecnológica da estratégia de “secessão” do capital. Estratégia que, como sempre, requer suas subjetivações, seus “bandos armados”.

As teorias aceleracionistas, pós-operaístas e ciberfeministas são incapazes de dar conta da relação entre decisão e automação porque evitam cuidadosamente problematizar as estratégias de enfrentamento (de guerra civil) da máquina de guerra capitalista

⁴⁶ Ibid., p. 304.

de que depende a atualização das “possibilidades” da técnica e da ciência. Os automatismos (jurídicos, econômicos, tecnológicos) nunca poderão explicar como e por que se deu a passagem do fordismo ao neoliberalismo, nem a hegemonia do capital financeiro sobre o capital industrial, nem o como e o porquê da gestão da “crise financeira” e das novas mutações do fascismo. Para compreender essas viradas da história, “esses cortes subjetivos”, é preciso colocar no centro da análise não as “possibilidades” das tecnologias e da ciência, mas as rupturas estratégicas que orientam as políticas da ciência e da tecnologia.

A máquina de guerra (do capital) produz suas próprias subjetivações, e os novos fascismos mostram-se os mais capazes de “governar” essa sequência.

Pode-se mesmo considerar que essas subjetivações são escravas da “máquina” social e de suas leis, que elas só fazem servir à máquina financeira, que os diferentes Estados estão subordinados aos mecanismos da máquina de guerra do capital. Resta que, mesmo nesse caso, os “guardiães” da máquina social são e têm adversários, travam uma guerra e uma guerra civil contra os adversários do funcionamento da megamáquina.

Simondon e Guattari desenvolvem uma teoria das máquinas muito inovadora, que se opõe radicalmente à concepção heideggeriana da técnica, mas que, como todo pensamento dos anos 1960 e 1970, após ter introduzido a dominação, a sujeição e o ponto de vista estratégico, convergem para a invenção e a estética como soluções mais do que improváveis para a guerra em curso.

Simondon enfatiza o lado criativo da relação, como se a alienação – que, no entanto, ele tematiza – fosse superável unicamente pelo desdobramento da invenção. Já Guattari, que inventou o conceito de máquina de guerra, abandona-o em seus últimos escritos. O paradigma estético que coroa seu trabalho de pesquisa sanciona a separação entre máquina de guerra como mutação, criação, subjetivação, e a máquina de guerra que tem como objetivo

a superação do capitalismo. Pelo contrário, é preciso redescobrir a articulação entre destruição e criação como condição de possibilidade da máquina de guerra (revolucionária).

Máquina de guerra e máquina técnica na organização do trabalho

Outrora, a grande empresa era o lugar onde se podia observar o funcionamento do capital e sua estratégia política; ao mesmo tempo, era o espaço onde se podia organizar e levar adiante a luta revolucionária. Hoje, a impressão que se tem é de que resta apenas uma estratégia, a dos patrões, cujo projeto de separação política, que as máquinas cibernéticas levam às últimas consequências, a automação informática centraliza e reforça. A organização do trabalho parece ter transposto um outro limiar de abstração, que afeta profundamente a subjetividade do trabalhador sujeitando-a e tornando-a “indiferente” e “irresponsável”. Aqui o pensamento e a prática estratégica emergem mais facilmente, já que o conflito e as subjetividades são simplificados, ainda que, do ponto de vista dos dominados, o “trabalho” nada mais tenha de hegemônico.

Marie-Anne Dujarier, em seu livro *Le management désincarné*⁴⁷, descreve a prescrição e o comando na organização do trabalho da grande empresa como uma “gestão através de dispositivos” que também pode ser definida como uma “gestão sem gestores”, pois estes operam “a distância” da realidade da produção para orientar as condutas dos assalariados, sem nada conhecer do trabalho e dos trabalhadores, de acordo com princípios do “trabalho abstrato”, radicalmente desconectado e indiferente “ao trabalho concreto”.

⁴⁷ Marie-Anne Dujarier, *Le management désincarné*. Paris: La Découverte, 2015. Todas as citações a seguir foram extraídas desse livro.

Se Foucault descreve a governamentalidade a distância para a população, Marie-Anne Dujarier a faz funcionar também para os trabalhadores e consumidores. Ela se dá através de dispositivos em sua maior parte “informáticos”, que ditam e prescrevem, por meio de algoritmos, o que é preciso fazer, como fazê-lo, em que ritmo, com que procedimento e com que qualidade. Todos esses dispositivos são pensados e fabricados por “planadores”, que a autora define dessa maneira porque, de um lado, eles pensam e organizam o trabalho por meio de “planos”, considerando a atividade como decomponível e recomponível segundo um modelo linear e racional, e, de outro, porque eles planam acima do trabalho concreto.

O que nos interessa é o conceito de dispositivo que Marie-Anne Dujarier retoma de Foucault (e de Agamben) e que vamos redefinir à luz da divisão entre máquina técnica e máquina de guerra. Embora os considere como coisas, objetos que mediam as relações entre seres humanos, ela prefere definir os dispositivos como “máquinas” a pensá-los como simples ferramentas ou instrumentos. Esse estudo, certamente o mais interessante da recente sociologia do trabalho, e cujos resultados vamos utilizar em larga medida, mantém-se mesmo assim dentro dos limites que criticamos mais acima, pois, em primeiro lugar, não distingue a máquina técnica da máquina social (ou de guerra).

O “dispositivo” (a máquina) é um escravo que serve para fazer outros escravos (os trabalhadores). Podemos acrescentar, remetendo mais uma vez a Simondon, que o dispositivo é construído por outros escravos ainda, “diplomados e bem pagos”, mas de quem a máquina do trabalho abstrato controla, explora e subordina a inteligência, o saber e as competências para as finalidades da performance, da produtividade e da racionalidade comandadas e prescritas pela direção.

Na organização contemporânea do trabalho, a “empresa” (que pode ser uma indústria automobilística, uma escola, uma

instituição de acompanhamento aos desempregados, um supermercado ou um tribunal...) parece ter encontrado uma estratégia, os dispositivos e as relações de poder para *efetivar sua separação política com relação aos trabalhadores*.

Anne-Marie Dujarier nomeia, de maneira muito percuciente, as modalidades contemporâneas da organização do trabalho como “relações sociais sem relações”. A empresa é constituída por uma série de “relações sociais” que definem tarefas, funções e condutas impostas de maneira unilateral (“sem relação”) pela direção através dos dispositivos concebidos pelos “planadores”.

As “relações sociais sem relações” denotam ao mesmo tempo a extrema fraqueza dos “trabalhadores”, sua incapacidade de estabelecer e impor uma relação de força com os empregadores e o poderio da iniciativa capitalista, que se expande encontrando apenas fracas resistências, regular e facilmente vencidas.

Os “planadores” são a pedra angular da estratégia de secessão. Têm como tarefa organizar a cooperação, estandardizar, prescrever, medir, controlar a força de trabalho por meio de dispositivos informáticos⁴⁸ para aumentar a performance, definida pela direção, estabelecendo uma “distância” física, temporal, organizacional e afetiva com a produção. Essa estratégia de “separação” se tornou possível graças à “natureza” do capital contemporâneo que, diferentemente do capitalismo de Marx, não está voltado

48 Na empresa de baixa intensidade de capital (escola, tribunal etc.), o software de gestão faz as vezes de capital constante, já que é ele que decide as maneiras de fazer, os tempos de execução, os ritmos da atividade, a qualidade da produção etc. Já numa fábrica, muitas dessas prescrições estão inscritas no próprio funcionamento das máquinas (muitas, pois o poder incorporado na máquina é duplicado pelo poder da máquina social, que implica também seu exercício diretamente sobre as pessoas). O software e o hardware constituem um novo tipo de “capital constante” que pode ser chamado de “social”, já que se trata de uma máquina universal que se agencia com qualquer tipo de atividade. Esse tipo de capital social constante requer investimentos fabulosos, mas consome apenas 8% da energia mundial.

para a produção,⁴⁹ mas, imediatamente, para o valor das ações. Os critérios e a medição da produtividade das empresas não são mais definidos pela indústria, mas pela finança.

Diferentemente de Taylor (e dos gerentes da época taylorista), que tinha sido um operário e conhecia intimamente o trabalho industrial, os dispositivos de governamentalidade a distância são fabricados sem nenhum conhecimento do trabalho e dos trabalhadores. O que os programadores, verdadeiros trabalhadores da abstração, manejam, através de “planos”, métodos e softwares são cifras, preços, efetivos, custos, estatísticas. O manejo das abstrações se torna ainda mais fácil uma vez que elas não fazem “referência a nenhuma situação concreta”.

Para construir essa máquina de poder os “planadores” operam, em relação à gestão taylorista, uma abstração ao quadrado, desconectando-se completamente do trabalho e dos trabalhadores.

“Nunca ouvi falar de trabalho aqui. Falam de gestão, de processo, de *end-to-end*, de performance, mas nunca do trabalho. Eu nunca organizei o trabalho das pessoas. Agi sobre os procedimentos, as medidas, os desvios, só isso. Nunca toquei no trabalho delas.”

“Fico estressado porque, na verdade, não conheço o ofício delas e não domino nada. Conheço a maquinaria, mas não o ofício. Não tenho acesso ao que elas fazem. Não sinto o que fazem.”

Os *planadores* “não têm ofício” e, no entanto, “prescrevem o ofício dos outros”, afirma uma mulher entrevistada. Na realidade, eles têm um ofício, um ofício de todos os ofícios se poderia dizer, capaz de extrair trabalho abstrato de qualquer atividade e de “otimizar” os “valores abstratos” que dela resultam. A execução dessa tarefa fundamental implica uma “indiferença” a qualquer

49 “O que ele quer vender são serviços, e o que ele quer comprar são ações. Não é mais um capitalismo para a produção e sim para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado.” Gilles Deleuze, *Pourparlers*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003, p. 240. [Ed. bras.: *Conversações*, trad. de Peter Pál Pelbart. São Paulo, Editora 34, 2013.]

conteúdo, indiferença que se manifesta de maneira radical na empresa contemporânea.

“Estava trabalhando num software de produção para o presunto da marca X. Mas não entendo nada de presunto. Eu tinha que trabalhar no software que permite aos caras seguir a linha de produção, a gestão dos estoques etc. Mas nunca vi uma linha de produção de presunto na minha vida.”

Porém, a “distância” tomada em relação ao trabalho não significa de maneira alguma que o processo de produção esteja agora nas mãos dos trabalhadores, que a cooperação, em vez de ser imposta pelo capitalista, expresse a autonomia dos trabalhadores que teriam incorporado as máquinas, como acreditam, de maneira absolutamente incompreensível, meus camaradas do capitalismo cognitivo. No capitalismo, a autonomia e a independência precisam ser arrancadas e impostas à máquina de guerra do capital. Elas não têm nenhuma consistência “ontológica”. Assim como para os operários “iletrados” do século XIX, a independência e a autonomia dos trabalhadores contemporâneos devem ser afirmadas politicamente, pois, na falta de uma negação que afirme uma recusa da organização do trabalho, os trabalhadores, ainda que sejam cognitivos, não passam de um elemento do capital (“capital humano”, versão modernizada do “capital variável”). Sem “recusa do trabalho”, os trabalhadores ficam reduzidos a peças da máquina produtiva, estão à disposição do “patrão”, de maneira que “a prescrição também não diminui: ao contrário, torna-se pletórica”.

Se a palavra trabalho está praticamente ausente do vocabulário dos *planadores*, “a medição da força de trabalho, em contrapartida, é onipresente, quer se trate de seu custo, de sua qualidade ou de seu valor”.

A prescrição e a standardização são acompanhadas por uma avaliação contínua e obsessiva levada a cabo pela direção, mas alimentada pelos próprios trabalhadores. A pretensa impossibilidade de medir uma relação de serviço parece ser a tarefa dos

novos dispositivos. A avaliação e os dispositivos visam medir o não mensurável, transformar a qualidade em quantidade, fazer emergir a quantidade da qualidade. *O que é impossível de medir é o “trabalho vivo”, mas de maneira alguma o trabalho abstrato.*

Os “planadores” estão conscientes de que o “trabalho real” é irreduzível ao “trabalho prescrito”; que, na operatividade da ação, “o vago, o incerto, o ilógico e o não racional” são indispensáveis à realização de qualquer trabalho. Sabem também que a abstração não faz o trabalho concreto desaparecer, já que o “trabalho abstrato” é extraído dele (o “trabalho vivo” como o define Marx). Opor o “trabalho real” ao “trabalho prescrito”, o “trabalho vivo” ao “trabalho abstrato” sem “recusa do trabalho”, sem afirmação da hostilidade ao capital, é uma estratégia política que não tem a menor chance de vingar, pois a dialética entre os dois já está incorporada na organização do trabalho.

O vampiro da subjetividade

O funcionamento da máquina de guerra (assim como o da máquina técnica) é indissociável da intervenção das diferentes subjetividades. O capital precisa sugar subjetividade como o vampiro precisa sugar sangue (Marx). A empresa capitalista contemporânea demonstra claramente que *o automatismo dos dispositivos não é ele próprio automático*; ele precisa ser pensado, fabricado, mantido e aceito por uma multiplicidade de subjetividades, “escravas” em diversos graus, mas que, todas elas, participam desse processo que sujeita ao mesmo tempo a máquina técnica e o ser humano à maquinaria da empresa.

Para começar, o dispositivo “automático” deve entrar nos planos estratégicos e ser encomendado pela direção aos “planadores” (decisão, ato subjetivo). Em seguida, deve ser produzido por estes,

que traduzem em tecnologias, signos, procedimentos e protocolos a vontade do conselho administrativo e da direção. Aos gerentes a distância seguem-se os operacionais, que se encarregam de fazer o dispositivo funcionar na produção e de levar os trabalhadores a mantê-lo, aperfeiçoá-lo e adaptá-lo à contingência da situação (comando direto sobre as pessoas).

O trabalho abstrato não se impõe ao trabalho concreto como um destino, ele nunca é a reversão da atividade dos homens na ação impessoal das coisas. É o resultado de uma estratégia estudada pela direção, que mobiliza diferentes subjetividades e *agencia a cada passagem máquinas e humanos, humanos e não humanos* (máquinas, signos, procedimentos).

A própria direção é organizada a partir de uma estrita divisão do trabalho que submete a subjetividade do “planador” a uma redução, uma mutilação, uma exploração sob vários aspectos semelhante à dos assalariados que trabalham na produção.

Os “planadores” fazem parte do pessoal da direção. Constituem uma articulação de um novo tipo de “patrão” composto de diferentes funções. Marie-Anne Dujarier elenca sete deles: proprietários privados ou públicos, membros do conselho administrativo, dirigentes assalariados, “planadores” especializados, quadros de proximidade, intermediários financeiros e, finalmente, fornecedores dos produtos gestoriais”.

Diferentes lógicas animam as funções e as subjetividades das direções, mas as “articulações” entre elas e as “arbitragens”, *as decisões e as escolhas estratégicas estão, como para os patrões de antigamente, a cargo da “direção geral”*. A centralização do poder é sempre a lei da produção capitalista, que passa, sem nenhuma contradição, pela “descentralização”.

Os “planadores” se “descrevem acima de tudo como ‘peças’ da grande máquina produtiva”. “Falam de si mesmos como assalariados dominados, reificados, manipulados e obedientes”.

Percebem-se como “dominantes dominados”, que talvez seja de fato a definição mais esclarecedora e mais precisa.

Por sua vez, a fabricação desses softwares de gestão está subordinada a uma divisão do trabalho extremamente hierarquizada (na “gestão em migalhas”, cada um executa uma tarefa especializada que é capaz de realizar sem dominar o conjunto do projeto), organizada de acordo com uma estratégia que os programadores conhecem e dominam apenas muito parcialmente (“Eu sou um peão! Um executor de tarefas”, “Me dão uma *guideline* e eu obedeço”). Esses trabalhadores da abstração, produtores de “plataformas” que podem assumir mil formas (terminais eletrônicos, sites de internet, sistemas de informação etc.) trabalham duplamente às cegas, quanto às estratégias da empresa e quanto ao trabalho que organizam (seja ele o de um trabalhador ou o de um consumidor). E, mesmo no que diz respeito à construção dos dispositivos, só conhecem e controlam uma parte.

A inteligência, os saberes e os *know-how* dos “planadores” estão subordinados à ação da máquina de guerra do trabalho abstrato, que dita que saberes e que competências devem ser mobilizados, em que quadro, com que finalidade. Os “planadores” não têm “tempo de ler, pensar, tomar distância” fora de seu trabalho. Para “desempenhar seu papel”, devem evitar “pensar em certas dimensões de sua função”, assim como “um operário que trabalha na cadeia de produção para de se fazer perguntas sobre sua situação a fim de conseguir manter seu posto”.

A inteligência, a criatividade, a invenção só são possíveis nos limites estabelecidos pela máquina de guerra da empresa. Os “saberes” são selecionados e formatados pelos ditames da valorização.

“Assim, eles são solicitados, quando não supersolicitados, a pensar dentro de um quadro”, o quadro da racionalização e da quantificação do trabalho abstrato. “Em contrapartida, não podem pensar o próprio enquadramento”, as finalidades e as modalidades de exercício do trabalho abstrato “sem correr riscos de ineficácia e exclusão profissional.”

Percebem-se como “dominantes dominados”, que talvez seja de fato a definição mais esclarecedora e mais precisa.

Por sua vez, a fabricação desses softwares de gestão está subordinada a uma divisão do trabalho extremamente hierarquizada (na “gestão em migalhas”, cada um executa uma tarefa especializada que é capaz de realizar sem dominar o conjunto do projeto), organizada de acordo com uma estratégia que os programadores conhecem e dominam apenas muito parcialmente (“Eu sou um peão! Um executor de tarefas”, “Me dão uma *guideline* e eu obedeço”). Esses trabalhadores da abstração, produtores de “plataformas” que podem assumir mil formas (terminais eletrônicos, sites de internet, sistemas de informação etc.) trabalham duplamente às cegas, quanto às estratégias da empresa e quanto ao trabalho que organizam (seja ele o de um trabalhador ou o de um consumidor). E, mesmo no que diz respeito à construção dos dispositivos, só conhecem e controlam uma parte.

A inteligência, os saberes e os *know-how* dos “planadores” estão subordinados à ação da máquina de guerra do trabalho abstrato, que dita que saberes e que competências devem ser mobilizados, em que quadro, com que finalidade. Os “planadores” não têm “tempo de ler, pensar, tomar distância” fora de seu trabalho. Para “desempenhar seu papel”, devem evitar “pensar em certas dimensões de sua função”, assim como “um operário que trabalha na cadeia de produção para de se fazer perguntas sobre sua situação a fim de conseguir manter seu posto”.

A inteligência, a criatividade, a invenção só são possíveis nos limites estabelecidos pela máquina de guerra da empresa. Os “saberes” são selecionados e formatados pelos ditames da valorização.

“Assim, eles são solicitados, quando não supersolicitados, a pensar dentro de um quadro”, o quadro da racionalização e da quantificação do trabalho abstrato. “Em contrapartida, não podem pensar o próprio enquadramento”, as finalidades e as modalidades de exercício do trabalho abstrato “sem correr riscos de ineficácia e exclusão profissional.”

Em suma, a inteligência dos “planadores” é a da máquina de guerra do capital, de que são ao mesmo tempo agentes e vítimas. O saber não gera nenhuma autonomia e independência se não recusa o “quadro” dentro do qual funciona, se não interrompe, se não detém a produção, de que não constitui mais que uma peça.

Ao contrário do que dizem as teorias do “capitalismo cognitivo”, é unicamente sob essas condições que o *General Intellect* poderá ser subtraído à lógica da valorização capitalista.

Marie-Anne Dujarier descreve como a máquina da empresa opera a um só tempo uma dissociação e um adestramento da inteligência dos *planadores*: “a inteligência fora do enquadramento é impedida, restrita, já a outra, dentro do quadro, é brilhante, rápida, combinatória, capaz de criatividade, de virtuosismo abstrato”, mas “socialmente dividida, prescrita, hierarquizada e controlada”.

Os saberes, a inteligência e o conhecimento não garantem nenhuma autonomia, nenhuma independência, nenhum poder. As teorias do capitalismo cognitivo, neuronal, computacional etc. confundem “saber” e “poder” do mesmo jeito que a socialdemocracia na primeira metade do século XX. A socialdemocracia não “percebia nenhuma ambiguidade nas palavras de ordem ‘saber igual poder’”. “Ela acreditava que o mesmo saber que tinha consolidado a dominação burguesa sobre o proletariado permitiria ao proletariado se libertar dessa dominação. Na realidade, um saber que não abria nenhum acesso à prática e nada podia ensinar ao proletariado enquanto classe sobre sua situação era inofensivo para os opressores.”⁵⁰ O proletariado precisa de um saber completamente diferente do “conhecimento”, um saber das lutas, para afirmar sua autonomia política.

A instalação dos dispositivos informáticos, sua manutenção, sua adaptação, seu aperfeiçoamento requerem a mobilização de outras subjetividades: intervenções de diferentes funções da

⁵⁰ Walter Benjamin; Eduard Fuchs. *Œuvres III*, Paris: Gallimard, 2000, p. 181.

direção (“especialistas na ‘condução de mudanças’, inspetores de gestão, técnicos de informática, consultores, ‘auditores, formadores’, fornecedores, certificadores privados”) e dos próprios trabalhadores, de maneira que o que se dá nunca é o automatismo, mas o *agenciamento humanos-máquinas*.

A manutenção dos dispositivos requer cada vez mais tempo subtraído à produção: “Assim, o tempo dedicado à manutenção dos próprios dispositivos, portanto tomado ao tempo de trabalho produtivo, pode ser estimado em ao menos 5% para os operários, ao menos 50% para os chefes de baixo escalão e quase 90% para os de alto.”

Quanto mais nos aproximamos da direção da empresa mais o tempo destinado a produzir e reproduzir poder aumenta. A intensificação do trabalho abstrato assume a forma de um dispositivo que obriga o trabalhador a fornecer, além do trabalho “produtivo”, um trabalho cada vez maior de “antiprodução” – para falar como Deleuze e Guattari –, que, mesmo nessas novas modalidades, continua a repugnar aos trabalhadores, já que “do ponto de vista da atividade, o enquadramento por dispositivos produziria numerosos processos de contraperformance”.

A pilotagem por algoritmos produz nos trabalhadores “a constatação diária do ‘desperdício’, da ineficácia e da ineficiência dos dispositivos [...] é difícil para eles compreender por que seu empregador gasta tanto dinheiro e engenhosidade para desencorajá-los de trabalhar”.⁵¹

Na realidade, do ponto de vista capitalista, esse dinheiro é muito bem gasto, já que a valorização do capital não é “produção” sem ser ao mesmo tempo “poder”. A partir de seus resultados, o livro enuncia a tese mais inovadora da pesquisa, que diz respeito ao deslocamento do centro da atividade dos trabalhadores. Os dispositivos “além de serem uma automação parcial da produção

51 Ibid., p. 56

[...] automatizam também o trabalho de organização”, mas, diferentemente do taylorismo, a abstração não deve suprimir toda atividade (trabalho vivo ou real) reduzindo-a a uma simples execução, e sim deslocá-la para a “centrar na própria máquina gestorial”, ou seja, em última análise, na máquina de guerra.

Os *planadores* “não desejam que os trabalhadores parem de sentir, de pensar, de significar”; pelo contrário, fazem apelo “à autonomia, à personalidade, à criatividade de cada um” para que essas faculdades se exerçam “além da máquina, para corrigi-la, consertá-la, adaptá-la em função das situações locais”.

“O apelo à autonomia num contexto em que ela parece ter desaparecido assinalaria na verdade um deslocamento: a atividade estaria agora mais orientada para a manutenção do próprio dispositivo do que para a produção.”

A “autonomia”, a criatividade, a responsabilidade dos trabalhadores são menos solicitadas para a “produção” do que para a manutenção e o aperfeiçoamento dos dispositivos da máquina de guerra da empresa. A atenção e a atividade são deslocadas para a manutenção e o aperfeiçoamento da máquina gestorial produtora do “trabalho abstrato”.

Preencher quadradinhos e grades de avaliação, detalhar o que se faz da maneira mais precisa, participar de reuniões para aprender a fazer girar a máquina do poder enquanto tal são atividades transversais ao operário industrial, ao professor universitário, aos funcionários de um hospital, de um tribunal ou de uma instituição de assistência aos pobres. Esse trabalho para fazer girar o “próprio dispositivo” constitui o essencial da atividade que é imposta aos trabalhadores precários das “plataformas”. Para uma empresa como a Uber, o serviço de transportar uma pessoa é menos importante que a coleta de informações e de avaliações que o motorista e o cliente devem fornecer queiram ou não.

Cada escalão da hierarquia requer uma sujeição específica, capaz de animar a relação humanos-máquinas, mas todos devem

prestar contas à máquina do trabalho abstrato. Definir essas atividades de controle e dominação como parasitárias, inúteis, é perder de vista a realidade do capitalismo, que não é apenas produção, mas também poder. Desde sempre, a produção e a reprodução das relações de poder requerem técnicas, tempo, investimento e um número indefinido de “lacaiois”. A análise da grande empresa proposta aqui dá conta apenas de uma parte das transformações que a reconfiguraram completamente. Entre as mudanças que não derivam da “gestão desencarnada”, gostaríamos de recordar duas, partindo da experiência italiana, em que a iniciativa do capital está ainda mais avançada e a fraqueza dos “trabalhadores” ainda mais acentuada.

Numa tradicional empresa de construção naval, em que o poder dos operários comunistas era algo bem real (quando da fundação da Iugoslávia por Tito, 3.000 operários da empresa que se encontravam na fronteira a atravessaram para construir o “socialismo” nos canteiros de trabalho naval iugoslavos), o número de trabalhadores foi reduzido de 12.000 para 1.200. Entre esses 1.200 empregados, os operários são minoria, já que seu trabalho foi repassado a subempreiteiros que, por sua vez, o repassaram a outros. Os trabalhadores desses diferentes níveis de subempreiteiros são de uma dezena de nacionalidades diferentes (entre os quais 2.000 originários de Bangladesh). Os direitos e a previdência diminuem à medida que se desce na hierarquia dos subempreiteiros, operando divisões de renda, de status e de “raça” que esvaziam qualquer “poder operário”

Aquilo com que o Medef (Movimento das Empresas Francesas) sempre sonhou⁵² (fazer do *Welfare* uma função empresarial), os

52 Os patrões sonham com um “novo capitalismo” em que a poupança dos assalariados e da população, os fundos de pensão, o seguro-doença etc., “porque geridos num universo concorrencial, voltariam a ser uma função empresarial”. Denis Kessler (o número 2 do Medef naquela época, 1999) avaliava em 2.600 bilhões de francos, 150% do orçamento do Estado, o total que representam para as empresas

patrões das grandes empresas italianas já estão pondo em prática: o *Welfare* empresarial substitui progressivamente o *Welfare* “universal”, multiplicando as divisões dentro de uma força de trabalho social entre trabalhadores regulares e precários ainda mais fragmentados por suas “diferenças raciais”. A condição da força de trabalho da grande empresa parece voltar ao início da industrialização, quando o paternalismo do patrão cuidava da vida dos operários do nascimento à morte (outra transformação da biopolítica europeia que escapou a Foucault). Os trabalhadores da metalurgia, ponta de lança do movimento operário no pós-guerra, foram ainda mais longe no último contrato de categoria ao assinarem um acordo que prevê um *Welfare* “corporativo” para os trabalhadores do setor, sentença de morte do “modelo europeu” e ascensão do modelo estadunidense. As possibilidades de existência do fascismo se infiltram por toda parte na força de trabalho quando ela deixa de ser uma classe revolucionária.

A empresa como origem e fonte do niilismo

Ao analisar o trabalho dos “planadores” e sua implicação subjetiva, Marie-Anne Dujarier enuncia, sem se dar conta, os perigos mortais que a máquina de guerra do capital representa para as subjetividades que ela modela, e os riscos a que expõe a sociedade e o mundo, gerando a possibilidade real de renovação de certos aspectos do nazismo.

A capacidade de tratar qualquer atividade como trabalho abstrato, ou seja, de extrair quantificações de qualquer atividade, determina uma “indiferença” radical em relação a qualquer

de serviços os gastos sociais. A privatização dos mecanismos de previdência social, a individualização da política social e a vontade de fazer da proteção social uma função empresarial estão no centro do projeto de destruição do “modelo europeu”.

conteúdo, a qualquer valor de uso. As consequências dessa “abstração” são tremendas, já que a acumulação do capital, conhecendo apenas limites quantitativos que ela deve continuamente ultrapassar, é indiferente a tudo, exceto a esse movimento quantitativo de perpétua superação.

Os perigos da indiferença não são percebidos pelos “planadores”. Muito pelo contrário, a abstração produziria sobre eles um efeito “lúdico”, já que sua capacidade de decomposição e recomposição dos gestos, das tarefas, das condutas, uma vez perdida qualquer relação com a singularidade das situações e das subjetividades, passa a parecer um “jogo”.

Dujarier relata o entusiasmo de um especialista em gestão das Relações Humanas diante do anúncio de uma nova missão que deixaria qualquer um arrepiado por suas implicações. A missão, ele explica, “consistirá em demitir 500 pessoas em três meses sem gerar tumulto”. Para ele, é um “belo desafio”. Diz estar “excitado” por essa missão e com “pressa de começar esse trabalho”, que se apresenta para ele como uma equação difícil de resolver sobre a qual poderá aplicar sua inteligência e sua habilidade: “Não vai ser fácil; é divertido como desafio”, resume.

Essa relação “divertida”, “lúdica”, “brincalhona” ou “engraçada” com a atividade, que motiva e engaja os “planadores”, esconde uma relação violentíssima e perigosíssima com o mundo e com os outros.

O processo de seleção/fabricação de uma inteligência ao mesmo tempo hipersolicitada no “quadro” da racionalização e da quantificação e impedida, contrariada, reprimida na possibilidade de discutir esse mesmo quadro já mostrou no que dá durante as duas guerras mundiais, quando a organização do trabalho atingiu níveis de intensidade e de extensão desconhecidos até então. O trabalho de exterminação industrial de judeus durante a Segunda Guerra foi o resultado mais marcante da racionalização capitalista, e suas condições de possibilidade se encontram, sem

maiores diferenças, reproduzidas na organização contemporânea do trabalho.

“Não ver” não foi uma atitude excepcional própria unicamente aos nazistas. “Recusar-se a ver” as consequências daquilo em que se está metido é algo profundamente inscrito na organização científica do trabalho. Algo constitutivo de seu funcionamento e de suas leis. Os testemunhos dos trabalhadores contemporâneos da abstração são acachapantes.

Para construir uma carreira há “uma regra do jogo incontornável: evitar, tanto quanto possível, evocar a dimensão concreta dos símbolos quotidianamente manipulados”.

Os *planadores* “não precisam saber o que existe por trás das cifras”, pois se começarem a fazer muitas perguntas a si mesmos e aos outros seu trabalho fica mais lento, o que põe em risco suas carreiras.

“Não faço a menor ideia do impacto que tenho sobre a realidade do trabalho das pessoas que vão utilizar esse software integrado. É melhor não fazer essa pergunta [...]. Quando se vende *change management*, aplica-se um troço genérico sobre uma organização, sem se perguntar se faz sentido ou não. É necessário não se fazer perguntas para poder continuar.”

Para manter a abstração, é indispensável permanecer indiferente a tudo que não é racionalização, produtividade ou performance. Para escapar da realidade e contribuir para a “construção social da indiferença”, os *planadores* inventam técnicas: “Eu acelero para não estar ali, para fugir do real, para não pensar. Quando acelero, não retenho nada. Acelerar é evitar sentir.”

A organização capitalista do trabalho produz criminosos em potencial que, como os nazistas durante o processo de Nuremberg, não se sentirão responsáveis nem pelo resultado nem por seu envolvimento na “produção”, pois, para eles, como para o capital, todas as produções se equivalem a partir do momento em que são eficazes, racionalmente organizadas e respondem aos critérios de

quantificação e calculabilidade. Como os nazistas, todos podem repetir “nós executamos nosso trabalho”, “nós obedecemos às ordens”. Todos agem dentro de e para uma máquina de guerra de que são ao mesmo tempo os atores e as vítimas. Não é o sono da razão que produz monstros, mas a “tranquila” organização do trabalho que transpôs outro limiar na construção social do niilismo.

A tese de Günther Anders, portanto, ainda parece atual. Pode-se aplicá-la facilmente às últimas gerações dos trabalhadores intelectuais (cognitivos). As mudanças na organização do trabalho não diminuíram a responsabilidade da empresa capitalista na produção dos comportamentos e das subjetividades “irresponsáveis”. Os *planadores* estão expostos aos mesmos perigos que os autores dos crimes nazistas que “fundamentalmente adotaram o comportamento a que tinham sido condicionados pela empresa, a que esta os habituara”.⁵³

Para qualquer empreendedor é absolutamente “indiferente” produzir carros, iogurte, eventos esportivos, imóveis ou a saúde da população. Essa indiferença quanto ao conteúdo e as finalidades do produto incide sobre o trabalho, que deve fazer abstração de qualquer valor de uso.

A empresa exige um “comprometimento total” do trabalhador, que, no entanto, nunca deve se sentir preocupado pela finalidade de sua produção. A empresa capitalista estabelece uma separação estanque entre a *produção* e o *produto*: “O status moral do produto (o status do gás tóxico ou da bomba H) não faz nenhuma sombra sobre a moralidade do trabalhador que participa da produção.”⁵⁴

“Mesmo o produto mais repugnante não contamina o trabalho em si.”⁵⁵

53 Günther Anders, *L'obsolescence de l'homme*. Paris: Éditions de l'Encyclopédie des Nuisances, 2002, p. 320.

54 Ibid., p. 322.

55 Ibid., p. 322.

O trabalho, assim como o dinheiro de que é a condição, “não tem cheiro”. “Nenhum trabalho pode ser moralmente impugnado por sua finalidade.”

O homem que trabalha fez o “juramento secreto de não ver, ou antes não saber, o que faz”, de “não levar em conta sua finalidade”, de “não procurar saber o que faz”.

Como para o *planador*, o “saber” das consequências não é necessário para trabalhar. Muito pelo contrário, fazer e se fazer perguntas “atrapalha” o trabalho e coloca em perigo seu profissionalismo. “Sua ignorância é desejada no interesse da empresa. Seria um engano, entretanto, supor que ele teria necessidade de saber. Na verdade, ao menos no próprio ato do trabalho, a visão da finalidade (ou mesmo da utilização que será feita dessa finalidade, que, de qualquer jeito, já está ‘prevista’), não lhe serviria de nada. Chegaria mesmo a atrapalhar.”⁵⁶

A empresa contemporânea tenta amenizar o niilismo que ela inevitavelmente secreta inventando para si uma “ética”, mas seu ambiente “moral e moralizador”, de que se reveste o discurso gestorial (“desenvolvimento sustentável”, “diversidade”, “paridade”, “deficiências”, “cidadania” etc.) não corresponde a nada porque sua única verdadeira lei é a do lucro, ou seja, é da indiferença ética.

Os humanos são adestrados para a “colaboração” não pela ideologia, mas por meio de agenciamentos, dispositivos, práticas, sujeições que não se reduzem à do trabalho. Hoje o consumidor se vê na mesma posição de “colaboração”. Ele não deve se questionar nem sobre as modalidades de fabricação do produto (uso de pesticidas? exploração dos trabalhadores, de crianças, de escravos?), nem sobre as consequências que a fabricação e o consumo têm para o planeta. O consumo também “não tem cheiro”, pois em realidade, como o trabalho, só serve para produzir dinheiro. Portanto, em relação à época de Anders, o problema

⁵⁶ Ibid., p. 325.

da “colaboração” se agravou ainda mais, pois, se o trabalhador é indiferente ao *produto*, o consumidor é indiferente à *produção*. O que seria preciso interrogar não são apenas as finalidades do produto, mas também as condições da produção e do consumo, pois elas contêm, além das razões da exploração, as razões da catástrofe ecológica. A luta ecológica pressupõe a neutralização da indiferença que está inscrita na produção e no consumo capitalistas, se não fracassará. A indiferença não é um traço psicológico, mas uma condição objetiva e subjetiva da produção do capital. O capital financeiro, verdadeira “direção geral” da empresa, leva à sua realização cabal o processo da abstração e da indiferença, já que os financistas só conhecem e manipulam a abstração do dinheiro completamente indiferente ao valor de uso da produção. As “abstrações” do valor acionário secretam modalidades de subjetivação cuja aceleração pode levar, como as abstrações do valor industrial já fizeram, a novas subjetivações fascistas.

A ascensão dos novos fascismos cria condições para que a indiferença se torne propriamente “criminosa”, como constatamos quando a apatia invade as populações europeias diante dos massacres dos migrantes no Mediterrâneo. A espantosa velocidade com que a democracia pode se transformar em fascismo tem suas raízes na cegueira produzida pela divisão do trabalho e pelo consumo que afeta, em diferentes graus, cada um de nós. O “não ver”, o “não sentir” se espalhou pela Europa sem encontrar verdadeiros obstáculos.

Despersonalização ou guerra de classes?

A força das “máquinas” na organização do trabalho residiria na automação que *despersonalizaria* as relações de poder inscrevendo-as nas tecnologias digitais e nos algoritmos que as fazem funcionar. Mas a despersonalização é muito relativa, já que é

constantemente o que está em jogo na luta de classe, cuja meta é, precisamente, fazer emergir, sob os automatismos dos dispositivos, a estratégia, e, sob a técnica, a vontade de dominação de certas “pessoas” (os patrões) sobre outras “pessoas” (os trabalhadores).

Nas grandes concentrações industriais, a realidade das relações de poder nem sempre foi “pacificada” como a partir dos anos 1980. As relações nem sempre tiveram a forma da governamentalidade. Nos anos 1960 e no início dos 70, uma “guerrilha de linha de montagem” animava as relações de poder, de maneira que a “gestão” e a técnica se manifestavam como dominação e repressão. A emergência e a consolidação das “máquinas de guerra” operárias teve a capacidade de “desnudar” a subjetividade do comando que se escondia por trás do automatismo da linha de montagem, de nomear a vontade de dominação que se “aninhava” na impessoalidade da técnica. O conflito no interior da indústria tinha se transformado em enfrentamento estratégico entre adversários e só pôde se resolver com a vitória de uns (os capitalistas) e a derrota dos outros (os trabalhadores).

A *storytelling* (Foucault, Chiappello e Boltansky, Dardot e Laval etc.) do advento da gestão “humanista” na fábrica e da governança “pacificada” na sociedade é falsa. A ideia de que o “novo espírito do capitalismo” teria tido a capacidade de integrar as críticas feitas a sua organização, incorporando a autonomia, a independência, a autoafirmação e a liberdade reivindicadas pelas lutas dos anos 1960 numa nova organização do trabalho, revela apenas os desejos políticos de nossos autores. Na realidade, trata-se de um enorme erro de perspectiva, já que se aplica ao neoliberalismo a lógica da dialética “reformista” (da qual esses autores são os órfãos nostálgicos) dos “trinta anos gloriosos” quando seu projeto é totalmente diferente: negação radical de qualquer reformismo, imposição das “relações sociais sem relações” e intensificação da secessão política do capital e de sua propriedade.

Se levarmos em consideração a economia-mundo, a *única dimensão a partir da qual se pode julgar um fenômeno de poder*, é possível afirmar sem risco de erro que essas modalidades de gestão “humanista” só incidiram sobre uma ínfima minoria: as grandes empresas do “trabalho criativo” do Vale do Silício (e olhe lá). O que não é nenhuma novidade, uma vez que já durante a Guerra Fria a produção da ciência e da tecnologia, sob a gestão do exército dos EUA, dava-se num ambiente de cooperação e convívio interdisciplinares. O novo espírito do capitalismo jamais se realizou nas grandes empresas, nas quais, pelo contrário, multiplicaram-se, como na China, na Coreia e no Japão, os suicídios, as humilhações, as coações, a depressão, o *karoshi* (morte por overdose de trabalho).

Os “resultados efetivos” da governamentalidade na empresa e na sociedade são “deploráveis” e deveriam nos instruir a respeito do que ela verdadeiramente governa, o “triunfo do capital” e seu projeto de secessão. Ela própria se mete numa via que seus críticos têm dificuldade de seguir, voltando, como no Brasil, a seus momentos inaugurais.

As mudanças na organização do trabalho e na sociedade remetem às rupturas, às descontinuidades, às estratégias que, só elas, “tornam decifráveis os acontecimentos históricos”. É o “triunfo no combate contra as classes subalternas” que detém a chave dos acontecimentos históricos do fim do século XX.

Diante das análises que interpretam as mudanças em termos de criatividade, autonomia e independência do “trabalho” (ou sua recuperação pelo capital), o alerta de Benjamin contra a socialdemocracia permanece da mais candente atualidade. “Pressentindo o pior”, com Marx e Benjamin, devemos objetar “que o ser humano possui apenas sua força de trabalho, que ele só pode ser o escravo de outros seres humanos [...] que se fizeram proprietários”.

Hans-Jünger Krahl, considerado o teórico da mutação do trabalho intelectual, dando continuidade às intuições de Benjamin,

sugere que não nos limitemos a pensar a classe operária como “produtora de capital”, mas que a compreendamos também como uma força “destruidora de capital”.⁵⁷ Essa segunda função é ignorada pelas teorias marxistas contemporâneas (e especialmente pela do capitalismo cognitivo) que medem a ação revolucionária do trabalho a partir de sua “produtividade”, de sua “criatividade”, de sua “autonomia”. A “força destrutiva” desloca o economicismo que com frequência afeta o marxismo para um terreno estratégico, radicalizando, no final dos anos 1960, o conceito de “trabalho enquanto não-capital” (*Die Arbeit als das nicht-Kapital*) e o conceito de “recusa política do capital” de Mario Tronti. A ação revolucionária é *destruição* da relação de poder capitalista que engendra, ao mesmo tempo, o patrão e os operários. O pós-operarismo faz a aposta contrária. Ele abandona o ponto de vista estratégico dos anos revolucionários, exaltando a “força produtiva” e expulsando toda negatividade da ação da força de trabalho. A derrota histórica da classe operária teria dado à luz, na realidade, uma vitória da força de trabalho, pois as empresas capitalistas “não são mais capazes de centralizar as forças produtivas e integrar a força de trabalho como fizeram na época da grande indústria”⁵⁸.

Essa descrição das relações de força entre classes é contraintuitiva, pois a realidade parece funcionar exatamente ao contrário, em especial nas empresas e no mercado de trabalho, como analisamos mais acima. Na produção biopolítica contemporânea, a força de trabalho, diferentemente da produção industrial, “mostra sua autonomia, sua capacidade crescente de organizar redes e formas de organização [...] sua capacidade crescente de autogerir a produção”, ao passo que o capital foi reduzido ao simples

⁵⁷ Hans-Jünger Krahl, *Costituzione e lotta di classe*. Milão: Jaca Book, 1971.

⁵⁸ Cf. Michael Hardt; Antonio Negri, *Commonwealth*. Paris: Gallimard, 2012. Especialmente a quinta parte e mais precisamente o parágrafo intitulado “O um se divide em dois”.

comando que “enfraquece a produtividade”, bloqueia a produção dos trabalhadores cognitivos.

A separação, a autonomia, a independência já são um fato da força de trabalho, ela nem precisa exercer sua “força destrutiva”, nem se subjetivar em classe política. Ela é já “em si” autônoma e separada. O capital, “incapaz de integrar a força de trabalho”,⁵⁹ está dividido em duas subjetividades antagonistas, duas figuras subjetivas que se opõem de maneira radical, previamente a todo conflito, a toda ruptura política. Estamos, sem o saber, numa situação de dualismo de poder. Na produção industrial, para que o “um se divida em dois” a ruptura revolucionária é necessária, na produção biopolítica o “um se divide em dois” previamente a toda ação “destruidora”.

O abandono do ponto de vista estratégico do primeiro operáismo, a insistência na potência toda positiva da força de trabalho, necessita um fundamento a mais do que apenas a descontinuidade do afrontamento a partir da relação de dominação capitalista. Sob a guerra de classe, sob a luta a cada vez singular, corre uma filosofia da história que, tendo saído pela porta principal, é reintroduzida pela portinha do “progresso da força de trabalho”. O historicismo, negado em princípio, na realidade é completamente assumido quando se afirma que o trabalhador cognitivo possui, à diferença das plantações e da grande indústria, uma “autonomia cognitiva” que o capitalista foi obrigado a aceitar e com a qual ele é obrigado a negociar. A história da força de trabalho não parece ter o objetivo e o sentido que lhe atribuem, nem procede linearmente em direção à sua realização, o

59 O pós-operáismo não vê que o que ele considera uma incapacidade de integração é uma escolha política de separação operada pelo capital, separação bem real, como já o observamos acima, tanto ao nível da empresa como num plano mais geral. A força de trabalho não será integrada no capital, mas não devido a seu poder: devido à sua imensa fraqueza! A não-integração não significa “autonomia” e “independência”, mas trabalho escravo.

trabalho cognitivo. Tanto o escravo como o operário da grande indústria exprimiram uma potência política ao atacarem a relação de subordinação graças à sua “força destrutiva”, que os “trabalhadores cognitivos” são incapazes de mobilizar precisamente porque perderam toda negatividade, precisamente porque são antes de tudo “produção”, “cooperação”, “força invenção”⁶⁰.

A “negociação” (ou mais provavelmente a recusa da negociação, já que o neoliberalismo é precisamente um antirreformismo, não há nada a negociar!) não se faz de modo algum a partir da autonomia cognitiva, mas da ruptura política, da sublevação, do exercício da força destrutiva, como mostraram todos os movimentos políticos desde 2011, inclusive o caso recente dos coletes amarelos na França.

A força destrutiva não deve visar somente os “senhores”, mas também os “escravos” e suas atividades, às quais é preciso retirar a forma da “produtividade”, do “trabalho” e do “consumo” que ainda estão próximas demais do poder do qual se desejaria livrar-se. A força destrutiva deve igualmente ser convocada, pois na realidade não temos uma “dupla produção de subjetividade” que separa nitidamente a força de trabalho e o capital. Os trabalhadores (como todo mundo, aliás), sem a ruptura revolucionária, estão tomados em relações de poder que em vez de terem a forma do antagonismo, têm antes a da cumplicidade, da colaboração, da

60 Esse ponto de vista “produtivista” é levado às consequências extremas por Roberto Ciccarelli (*Forza lavoro: Il lato oscuro della rivoluzione digitale*. Roma: Derive-Approdi, 2018), que faz da força de trabalho a expressão da “produtividade do ser”. Giso Amendola comenta: “Assim como a substância espinosana é causa imanente dos modos infinitos que imprimem mas não esgotam, a força de trabalho está sempre inteiramente presente no seu esforço produtivo, *conatus* que nunca está esgotado e ‘definido’ por seus produtos particulares.” (Il motore invisibile: Virtualità e potenza della “forza lavoro”. *Opera viva*, 26 fev. 2018. Disponível em <<https://operavivamagazine.org/il-motore-invisibile>>). O conflito vem depois, evidentemente, e tem dificuldade de chegar. Seja como for, é o “bloqueio da produtividade” do ser que suscitaria o conflito.

participação no grande desastre da produção capitalista. A “força destrutiva” não tem apenas a função de neutralizar a dominação do capital, mas igualmente de criar as condições para uma conversão de subjetividades, para a mudança de suas modalidades de cooperação e de ação, pois mesmo as formas de resistência ainda carregam a marca do inimigo.

A categoria de “trabalho destrutivo” nos parece um desdobramento mais rico do conceito de “trabalho produtivo” sobre o qual o marxismo fez correr rios de tinta. Ainda mais que Krahl não limita essa potência de destruição aos trabalhadores, mas a estende a todos aqueles que contribuem para essa atividade “ética”. Somente a partir do caráter “destrutivo” podemos pensar de novo a ruptura e a revolução.



III



DEVIR REVOLUCIONÁRIO E REVOLUÇÃO

Mas o problema é a revolução! O livro *Guerres et Capital*, que escrevi com Eric Alliez, foi inicialmente pensado como a primeira parte de um projeto cujo momento essencial consistiria num trabalho sobre o conceito e a realidade da revolução. Apresento aqui algumas das hipóteses que perpassam o livro que estamos escrevendo e que lança outro olhar sobre a derrota dos anos 1960.

A revolução

A palavra “revolução” desapareceu dos programas políticos e das reflexões teóricas, enquanto ao longo de todo o século XIX e até os anos 60 do século XX ela permitiu ao movimento trabalhador ter iniciativa e obter um avanço estratégico sobre o capital.

O século XX não foi nem o “século curto” de Eric Hobsbawm, nem o “século longo” de Giovanni Arrighi. O século XX foi o século das guerras, das guerras civis e das revoluções. De 1905, na Rússia, até a revolução no Irã (1979) e na América Central (1990), passando pelo México (1910), pela Europa do entreguerras (Alemanha, Itália, Hungria etc.), pela China (1949), pela Ásia (1954 etc.), pela África (1962 etc.), pela América Latina (Cuba etc.), por 1968 (México, França, Checoslováquia), o planeta conheceu uma série de sublevações e revoluções inédita na história da humanidade.

No século XIX, todas as tentativas de realizar uma “revolução” deram-se no Ocidente e fracassaram. Pior ainda, foram liquidadas com massacres, dentre os quais o da Comuna de Paris chocou o imaginário dos proletários e dos quadros do movimento trabalhador. Para a burguesia, a “capital do século XIX”, não podia ser de modo nenhum o teatro de uma experiência revolucionária.

A ruptura operada por Lenin com essa tradição consiste na construção de um partido (sobre o modelo hierárquico da fábrica, dirá Max Weber), um tipo de subjetividade militante (o “revolucionário profissional”), um método (a consciência de classe trazida de fora por uma vanguarda) cuja finalidade é a tomada do poder, a fim de tentar acabar com a série de derrotas sangrentas. Os desejos e os projetos revolucionários se espatifavam contra dois obstáculos principais: o poder e a guerra. Lenin oferece uma resposta, e das mais eficazes: tomar o poder transformando a guerra imperialista em guerra de classe a partir de

um sujeito concebido como autônomo, a classe operária que se atravessa no curso da história (do historicismo).

Duas mudanças decisivas tornam impraticáveis as respostas leninistas e maoístas ao “o que fazer?”: em primeiro lugar, as novas modalidades da guerra total e das guerras civis que, prolongadas no *New Deal* e na Guerra Fria, desenham um novo capitalismo que os marxistas continuam interpretando com as categorias do século XIX; em segundo, a emergência no pós-guerra de novos sujeitos políticos (os colonizados, as mulheres, os estudantes) que trazem consigo novas modalidades de exploração, de dominação e de ação política.

A “estranha revolução” dos anos 1960 é um momento decisivo já que, incapaz de encontrar uma alternativa ao problema que tinha levantado (o socialismo é apenas uma modalidade do capitalismo), ela vai resultar num fracasso histórico. Ainda não saímos dessa derrota, pois as velhas modalidades de organização e de luta que asseguravam independência e autonomia política não são mais praticáveis, enquanto as questões a que conseguiram responder continuam presentes hoje como sempre, mas só suscitam invenções e experimentos locais e de curta duração, que nem sequer inquietam o capitalismo.

De maneira absolutamente arbitrária, vamos explicitar as condições que conduziram ao “sumiço” da revolução pela confrontação de quatro autores, Franz Fanon, Mario Tronti, Carla Lonzi e Hans-Jünger Krahl que assumimos respectivamente (ainda arbitrariamente) como expressões dos pontos de vista dos movimentos dos colonizados, dos “trabalhadores”, das mulheres e dos estudantes. O ponto de vista desses “militantes” tem uma consistência diferente da dos filósofos de profissão, com os quais é interessante confrontá-los.

No século XX, pela primeira vez, a revolução é mundial

A revolução nasce na França como burguesa, vira proletária e assombra a Europa, mas só quando migra, primeiro para o leste e em seguida para o sul, torna-se mundial. Esse ciclo das revoluções aberto pelos bolcheviques suscita acirradas discussões. A afirmação de Gramsci de que “os acontecimentos de 1917 são os últimos desse gênero na história da política” é evidentemente falsa porque só vale para o Norte do mundo. Ela foi desmentida ao longo de todo o século XX pela sequência única, em número e intensidade, de revoluções em escala planetária. Mas a possibilidade da revolução-mundo é caracterizada por uma fratura que coincide perfeitamente com a fratura colonial.

Nos anos 1960 o problema é claramente colocado por Hans-Jünger Krahl, dirigente da juventude socialdemocrata e do movimento estudantil alemão: se é verdade que “não existe um exemplo de revolução vitoriosa nos países altamente desenvolvidos”, está igualmente comprovado que as revoluções não param de espocar no “terceiro mundo”, indicando ao mesmo tempo “a unidade internacional do protesto anticapitalista”, “uma constelação e um fato qualitativamente novo: a atualidade da revolução. Pela primeira vez na história do capitalismo a revolução é uma possibilidade globalmente presente e visível, mas que se realiza nos países oprimidos e pobres do terceiro mundo”.

A revolução nas colônias “não tem nenhum carácter paradigmático para os países capitalistas”, porque no Ocidente, nisso diferente do Sul do mundo, “a dominação e a opressão não se exercem com base na miséria material e na opressão física”. As lutas revolucionárias que se desenvolvem de um lado e de outro da linha de divisão colonial não são as mesmas, e os métodos revolucionários que se revelam vitoriosos nas colônias não podem ser transpostos para a metrópole, já que a

estrutura do capital, do poder e das subjetividades exploradas não são as mesmas.

Da rede mundial de partidos, organizações, movimentos e até de Estados que, de modo diferente, “trabalham” pela revolução, não resta literalmente mais nada. A globalização capitalista que a destruiu é uma resposta estratégica à revolução mundial. Apesar disso, qualquer política concebida nas fronteiras do Estado-Nação está destinada a fracassar.

Guerra civil mundial ou revolução mundial?

A “guerra civil mundial” de Hannah Arendt, de Carl Schmitt e de Koselleck foi na realidade uma sequência de revoluções. A revolução mundial, apesar de seu fracasso depois de 1917, continuou a progredir sem nunca encontrar uma estratégia internacional adequada aos seus objetivos. Mas a “guerra civil mundial” pode ser observada de dois pontos de vista. O do Estado, da biopolítica, do estado de exceção, do fascismo e do nazismo (Agamben, Foucault etc.) e o da “revolução”, que está na origem de todas as mudanças que afetam de verdade a categoria e a realidade da política. Ela introduziu o que esses teóricos não enxergam: a relação de subordinação que Estado, biopolítica, estado de exceção e sistema jurídico mantêm com o capital! Não há autonomia nenhuma, nenhuma independência de funcionamento do sistema político. Estado e biopolítica são apenas centros de decisão que executam os “decretos” do capital (os governos e a governança dos diferentes Estados quando da crise financeira são exemplares a esse respeito). A máquina do capital é um “soberano” *sui generis* (do qual faz parte também o Estado) que toma decisões, escolhe, se orienta e faz funcionar a administração, o sistema jurídico e a polícia para seu lucro e seu poder.

A política está na “economia” (Marx), mas sob a condição de compreender, com Lenin, a relação de capital como o foco de um

enfrentamento estratégico (e não uma simples “relação social”) que todas as revoluções do século XX subjetivaram.

Revolução do conjunto das relações de dominação e não unicamente da relação entre capital e trabalho

À globalização da revolução no Sul corresponde uma extensão das lutas contra o conjunto das relações de poder capitalistas que ultrapassam a relação capital/trabalho. O capitalismo nunca conheceu uma ofensiva que associasse extensão mundial das revoluções e intensidade social das lutas. O período entre 1955 e 1975 é definido por Michel Foucault como a “insurreição de saberes submetidos”. A “eficiência das ofensivas dispersas e descontínuas” conduzidas pelos saberes submetidos torna possível a “imensa e proliferante criticabilidade das coisas, das instituições e dos discursos”, atacando a instituição psiquiátrica, a “moral” ou a “hierarquia sexual tradicional”, o aparelho judiciário e penal, a doença mental, o hospital, a escola etc.

A essa extensão das lutas não corresponde uma inovação na teoria e na prática da revolução, mas uma fragmentação de pontos de vista frequentemente incompatíveis, incapaz de estabelecer uma estratégia contra um inimigo difícil de definir como comum. As lutas que fracassaram na virada dos anos 70, longe de estarem mortas, estão prenhes de “presentes”, ou seja, de possíveis, que não se atualizaram, mas que ainda persistem (Walter Benjamin)! Na medida em que constituem a parte de eterno de qualquer acontecimento (Deleuze), esses possíveis estão sempre virtualmente “presentes” e podem entrar em ressonância com a atualidade por meio do encontro com uma nova ruptura revolucionária (da qual, por enquanto, não vemos indício).

As duas estratégias da revolução

Hans-Jünger Krahl resume com perfeição a força e os limites da revolução tal como foi pensada e praticada pelo movimento operário (Rancière¹ reproduz, cinquenta anos mais tarde, o mesmo julgamento sem dar um passo adiante). Os dois princípios ou estratégias da revolução, a “socialização” (regras de utilização da violência pela tomada do poder, destruição do aparelho estatal e expropriação dos expropriadores, distribuição da propriedade dos meios de produção) e a “comunicação” (a luta política pelo poder supõe que regras de solidariedade já existam na prática da organização), que deveriam ser concebidos e praticados como inseparáveis, revelam-se dificilmente conciliáveis.

“No passado, os movimentos operários não conseguiram estabelecer uma relação entre as regras da violência ditadas pela tática da luta pelo poder e as regras da solidariedade ditadas pela práxis da organização.”

Esse ponto de vista ainda é enunciado do interior da tradição do movimento trabalhador, enquanto Lonzi se posiciona fora dele e Fanon em seu limite. O que está em jogo não diz respeito apenas à solidariedade (Krahl), nem somente à relação entre (tomada do) poder e comunismo como em Walter Benjamin.

Sujeições

Com a emergência dos movimentos das mulheres e dos colonizados, as contradições no interior do processo revolucionário

1 “Toda a história moderna foi atravessada pela tensão entre uma luta de classes concebida como formação de um exército para vencer o inimigo e uma luta de classes pensada como secessão de um povo inventando suas instituições e suas formas de vida autônomas”. Jacques Rancière, *En quel temps vivons-nous ? Conversation avec Eric Hazan*. Paris: La fabrique, 2017.

parecem se deslocar e dar lugar a processos “revolucionários” muito diferentes, que foram praticamente inconciliáveis na virada dos anos 1960 e que hoje parecem ainda mais.

As modalidades da dominação e da exploração das mulheres e dos colonizados são específicas e dificilmente compreensíveis para a tradição do movimento trabalhador, já que reúnem a dominação racial e sexual e a exploração econômica. Sua superação requer modalidades de organização e de finalidades da ação política muito diferentes do leninismo.

“A mulher é oprimida no interior do modelo sexual”, afirma Lonzi. “O que falta na teoria socialista?”, pergunta-se então. “Lenin prometia a liberdade, mas não aceitava o processo de liberação que, para as feministas, partia do sexo. Os marxistas conseguiram fazer a revolução, mas “a ditadura do proletariado mostrou-se incapaz de dissolver os papéis sociais.” A “socialização dos meios de produção não enfraqueceu a instituição da família, mas reforçou-a [...] excluindo a mulher como parte ativa na elaboração dos temas socialistas”.

É impossível desfazer as sujeições do colonizado e da mulher atacando apenas a “produção” e a exploração do trabalho. As singularidades dessa fabricação de “subjetividade” (“a mulher”) exigem uma intervenção política e uma modalidade de organização que não visa unicamente a tomada do poder.

Na situação colonial, o trabalho político é duplo, pois não se pode “descartar a subjetividade”. O negro deve travar uma dupla luta, “no plano objetivo como no plano subjetivo. O homem de cor deve ser liberado de si mesmo, já que “a alma negra é uma construção do branco”, de modo que, para Aimé Césaire, “a luta dos povos coloniais contra o colonialismo e a luta dos povos de cor contra o racismo é muito mais complexa – ou melhor, de uma natureza totalmente diferente da luta do operário francês contra o capitalismo francês”.

Trabalho

Se a forma de dominação das mulheres e dos colonizados é muito diferente daquela dos trabalhadores, seu trabalho (gratuito) também o é.

O manifesto de *Rivolta femminile* afirma que “o trabalho doméstico não pago [é] a prestação que permite ao capitalismo, privado e estatal, se reproduzir”, embora recuse também conceber a liberação da mulher pelo acesso ao trabalho produtivo (Lenin). Muito pelo contrário, valorizar os “momentos improdutivos é uma extensão da vida proposta pela mulher”. A “competição produtivista” é o “plano de poder” que “as sociedades do capitalismo estatal ou privado” compartilham.

Nas colônias, as oposições cidade/campo, trabalhadores/lumpens, estrutura/superestrutura não podem funcionar. Nesse mundo considerado “pré-moderno” pelo marxismo europeu (logo, ignorado), encontramos toda uma série de figuras e de problemas que nos são agora muito familiares. A exploração do homem “assume rostos diferentes” (desempregado, boia-fria, lumpen, proletário, operário etc.) que o capital “unifica”, não como ontem, em assalariado e indústria, mas, nos dias de hoje, pela finança. “Colocar o problema da evolução dos países subdesenvolvidos com um apelo ao produtivismo e ao desenvolvimentismo como na União Soviética, (‘apertemos o cinto e trabalhemos’) não nos parece nem justo nem razoável”, dizia Fanon.

O que o trabalhador e o “trabalho” se tornaram tem mais afinidade com a condição dos colonizados e das mulheres (trabalho precário, servil, pobre, gratuito) do que com a do operário descrito por Tronti.

A autonomia da organização das mulheres

As mulheres e os colonizados reivindicam organizações autônomas para responder aos problemas que a organização e a teoria do movimento operário não contemplam.

É talvez no movimento feminista que encontramos a crítica mais radical à centralização e à verticalidade das relações de poder no interior do “partido” e às finalidades da organização revolucionária. A transformação dos “papéis sociais” que a revolução remete a um depois da revolução é o objeto imediato das práticas políticas. As mulheres, para se tornarem um sujeito político autônomo, inventam uma democracia radical. No interior dos grupos de autoconsciência, experimentam novas relações horizontais, não hierárquicas, produtoras de um conhecimento coletivo específico às mulheres. O conceito e a prática da “representação” e da delegação estão ausentes, já que o problema não é nem a tomada nem a gestão do poder.

Desfazer os papéis e a relegação à feminilidade significa não sucumbir às promessas da emancipação *pelo trabalho* e pela *luta pelo poder*, que são considerados como valores da cultura patriarcal (e do movimento operário). O movimento feminista não reivindica nenhuma participação no poder, mas, pelo contrário, um questionamento do conceito de poder e de tomada do poder, pois para geri-lo a única coisa realmente necessária “é uma forma particular de alienação”.

O movimento feminista chega assim a separar as práticas de constituição e de afirmação do sujeito autônomo e a questão da revolução, produzindo dois conceitos de “politização” muito diferentes e (segundo Lonzi) incompatíveis.

O partido entre os colonizados

Os colonizados, ao mesmo tempo que praticam duas lutas, uma objetiva (contra o capitalismo) e outra subjetiva (contra a sujeição “colonizada”), introduzem outras problematizações no interior da tradição revolucionária operária codificada pelos bolcheviques.

O partido “é uma noção importada da metrópole. E querem que esse instrumento das lutas modernas seja usado sem modificações” na realidade proteiforme das colônias. “A máquina do partido se mostra refratária a qualquer inovação”, confrontada a uma realidade que nada tem a partilhar com *Operários e Capital*, pois a classe operária não existe ou constitui uma minoria.

Os colonizados não apenas recusam se submeter à hegemonia da classe operária e do movimento operário, como reivindicam modalidades de organização separadas e autônomas. A questão colonial não pode ser tratada como parte de um conjunto maior, representado pelos interesses do partido comunista (dirá Césaire).

As forças que lutam contra a colonização “só podem mesmo definir em organizações que não lhes são próprias, feitas para elas e adaptadas para fins que só elas podem determinar”. Nem a teoria, nem a consciência podem ser trazidas do exterior. Ao mesmo tempo que montam suas próprias organizações, os colonizados devem elaborar suas próprias estratégias.

A crítica da representação e da delegação atravessa também os colonizados. Os povos não carecem de um líder, “não são rebanhos e não precisam ser conduzidos. Se o líder me conduz é bom que fique sabendo que ao mesmo tempo eu o conduzo” (Fanon).

Para Fanon, diferente de Lonzi, a “tomada do poder” nunca está em discussão (“A partir de 1954, o problema que os povos coloniais se colocaram foi o seguinte: o que é preciso fazer para realizar um Dien Bien Phu? [...] o que criava o problema era o arranjo das forças, sua organização, sua data de entrada em ação”)

enquanto o sujeito e as modalidades da revolução são problematizados. De modo significativo em *Os condenados da Terra*, encontramos respostas diferentes às questões de “quem?” e “como?” da revolução. Pela primeira vez a revolução só poderá ser mundial e “se fará com a ajuda das massas europeias” ainda que elas tenham “frequentemente se aliado, no que diz respeito aos problemas coloniais, às posições de nossos senhores comuns”. Mais adiante, nas conclusões, é o “terceiro mundo” que, sem perder de vista “as teses por vezes prodigiosas sustentadas pela Europa”, mas considerando também “seus crimes”, está encarregado de “recomeçar uma história do ser humano”. Aqui há uma oposição entre “terceiro mundo” e “Europa” que parece não levar em conta o que mais acima Fanon chamava de “nossos senhores comuns”. O inimigo passa a ser a Europa como tal, o capitalismo parece desaparecer sob a divisão racial. Essas ambiguidades conhecerão uma retomada infeliz no pensamento pós-colonial, pois a revolução será completamente esvaziada.

Crítica da dialética

Como sair da dialética e do historicismo é a questão a que tanto Lonzi quanto Fanon tentam responder. Sem deixar de explorar o rico arsenal conceitual europeu, Lonzi e Fanon fazem um ataque violento à dialética e à dialética hegeliana (e sua tradução marxista). A dialética não pode desfazer os papéis e as funções aos quais estão submetidos mulheres e “negros”, porque ambos estão excluídos, respectivamente, da história e do espaço público. A promessa de emancipação da dialética não pode ser mantida.

Ela só diz respeito aos conflitos que se dão no interior do “modelo majoritário” (homem, branco, adulto etc.), sendo assim “branca e masculina”. Os negros e as mulheres são “bloqueados” em “estágios” de onde não podem progredir para atingir a liberdade da

autoconsciência. Condenados perpetuamente à condição de dominados, constituem a face oculta da dominação do capital mundializado que Hegel traduz nos conceitos do “Espírito europeu”.

Na progressão dialética, dirá Fanon, não se pode criar sentido algum, já que “é o sentido que estava ali, preexistente, me esperando”. A esse devir histórico já determinado, que já contém em si próprio, e desde seu começo, seu fim, Fanon opõe “a imprevisibilidade”.

De acordo com o ponto de vista dialético marxista, a luta depende do desenvolvimento das forças produtivas segundo uma linearidade contestada por Fanon. O processo revolucionário é salto, ruptura não dialética da ordem da história que deve abrir para a invenção e a descoberta de alguma coisa que a história ainda não continha. O imprevisível, como meio de sair da história, é uma temática que reencontraremos, enriquecida e ampliada, em Lonzi, que enuncia claramente as condições da ruptura com a máquina de guerra leninista e com o sujeito que subjazia a ela. Ela declara, ao mesmo tempo, que o sujeito não é dado, que ele é, muito pelo contrário, “imprevisto”, e que a temporalidade do movimento feminista não é o futuro, mas o presente. O sujeito imprevisto implica um “ato imprevisto”, uma ruptura que cria os possíveis de sua própria liberação.

Lonzi visa diretamente a revolução marxista, que introduz uma descontinuidade com o “poder”, mas uma continuidade com o “sujeito” da revolução. A revolução (como o sujeito) já está em ato (“o movimento real que destrói o estado das coisas presentes”), só falta se realizar tomando o poder, o que permitirá que se desenvolva, finalmente, segundo modalidades mais racionais e mais “produtivas” que as do capital. Nesse quadro, a temporalidade da revolução é o futuro (promessa), enquanto o “presente” é a temporalidade da ruptura feminista, o aqui e agora (“*A meta não existe, existe o presente*”) que abre o processo da destruição dos estereótipos da feminidade e da subjetivação.

Os anos 1960 redescobrem a nova relação entre “presente” e revolução de que Benjamin tinha feito sua prioridade, mas tendo perdido a consciência aguda que ele tinha da força destrutiva do capital. Se Benjamin foi o primeiro, no quadro da tradição marxista, a pensar a revolução como ruptura do *continuum* histórico a partir do “presente”, nos anos 1960 florescem diferentes teorias do acontecimento que buscam conceitualizar esse “presente” que as lutas praticam.

A afirmação da descontinuidade da história, a crítica de sua causalidade e de seus determinismos encontra o *imprevisto* de Lonzi e a *imprevisibilidade* de Fanon: o sujeito revolucionário deriva, mas não depende da história; se vem da situação econômica, política e social, não é dedutível dessa situação. Não pode ser antecipado por imaginação, projeto, programa, nem propriamente compreendido pelo saber, pela ciência e pela teoria. O que podemos conhecer são as condições das quais ele vai emergir, mas é impossível antecipar as modalidades de seu desenvolvimento. A revolução é propriamente algo de “imprevisto” que podemos preparar, organizar, favorecer, mas cuja subjetivação não está contida em suas condições. É “impossível” na ordem das causalidades da história, inimaginável a partir dos determinismos econômicos, sociais e políticos.

O acontecimento vem da história, rompe sua continuidade e, desviando-se de suas restrições, cria novos possíveis, inimagináveis e impossíveis antes da ruptura, mas cuja atualização se faz recaindo na história, confrontando sua “realidade”. A história e a situação de que o acontecimento surge, mas também a história e a situação em que o acontecimento vai recair, não podem ser definidas genericamente. A história e a situação de que os movimentos de 68 vêm e em que vão recair são caracterizadas pela “guerra civil mundial” e pela “revolução mundial”.

As teorias do acontecimento enfatizaram o momento criativo em detrimento do momento destrutivo da ação política (apesar

de Deleuze prevenir que não se trata de uma teoria para “belas almas”), frequentemente identificado com o “negativo” hegeliano. O que Benjamin mantinha ainda junto sob a ameaça do nazismo é aqui separado em uma teoria do “devir revolucionário” (que encontramos de novo no paradigma estético de Guattari ou na *parresía* dos últimos cursos de Foucault) que parece não conhecer a articulação de “produção e destruição” da tradição revolucionária.

O movimento operário

As ambiguidades, hesitações e diferenças inclusive radicais que vimos se desfraldarem dentro da revolução mundial chocam-se com um obstáculo ao mesmo tempo teórico e político: a prática e a teoria do movimento operário, que é uma das principais causas da derrota.

Tronti representa uma inovação dentro do marxismo, mas sem sair de seu quadro e mesmo exasperando seus limites (no fundo ele pode muito bem representar o ponto de vista do movimento operário, pois sempre foi um homem do partido comunista com o qual partilha muitos hábitos de pensamento e o destino - declínio). Em *Operários e Capital*, para sair da dialética, relê a história da classe operária usando os conceitos marxistas de *Angriffskraft* (força ofensiva da classe) e de *Widerstandskraft* (força defensiva do capital), atribuindo aos movimentos da classe operária uma autonomia e uma primazia sobre os do capital, que se encontraria a partir de então numa posição defensiva, de resposta.

Seu ponto de vista estratégico (contra o sociologismo e o economicismo do marxismo do pós-guerra) logo se vê (dois anos após a publicação do livro, 1966) superado pelos acontecimentos de 68 por três razões fundamentais. A primeira e principal:

está completamente cego para a ascensão, desde o final do século XIX, e com uma forte aceleração a partir da Primeira Guerra e da revolução soviética, dos movimentos de descolonização e feministas. A definição da força de trabalho sem os “colonizados” e sem as “mulheres” é um erro teórico antes mesmo de ser uma falha política. Implica uma definição “mutilada” (sem “raça” e sem sexo) e eurocêntrica do capitalismo que o impede de ver as características da “revolução mundial” e de sua extensão “racial e sexual”. Lenin nunca pisou na Inglaterra como desejaria o título de um artigo de Tronti do início dos anos 60. Ele (a revolução) passou por todo lado onde havia “atraso” no desenvolvimento das forças produtivas, por tudo quanto é canto onde a situação estava em grande defasagem em relação ao centro industrial, científico, tecnológico do capitalismo, organizando máquinas de guerra que eram animadas principalmente por camponeses, e não por operários.

Tronti se revela muito pouco lúcido como estrategista por duas outras razões: afirma a primazia da iniciativa da classe operária no momento em que ela começa a perder toda hegemonia política e em que o capital está retomando uma vantagem política que não largará mais. A agenda política, o terreno do enfrentamento político, sua forma e seu conteúdo, serão sempre, a partir desse momento, definidos pelo capital. O que Tronti não pode apreender: a força da classe estava antes ligada à possibilidade e à realidade da revolução (para Tronti, como para o partido, ela terminou com 1917). Sem revolução, os operários são um simples componente do capital, como constatamos hoje que ela “sumiu”.

A tentativa de superar o “fracasso” do operismo se faz a partir de outro erro estratégico. A autonomia do político (autonomia do Estado, na verdade) se enuncia na mesma hora em que este último torna-se um elemento, um componente, uma peça da máquina de guerra capitalista, sem mais independência possível.

O próprio Tronti reconhecerá o fracasso de *Operários e Capital*, confrontado aos movimentos políticos que se afirmam nos anos 1970 e à retomada da iniciativa capitalista. Só o que restaria de vivo dessa teoria seria o posicionamento resistente do ponto de vista “operário”. Só aquele que não reivindica universalidade alguma, mas um ponto de vista parcial fundado em interesses políticos de classe, pode “reconstruir a verdade do todo” (do capital). Mas, precisamente, a partir do pós-guerra, nem todos os explorados e dominados se identificam com a classe operária; os pontos de vista resistentes são numerosos e todos (os movimentos feministas, de descolonização, estudantis) afirmam “verdades” heterogêneas, e “todos” diferentes e frequentemente incompatíveis. Inútil dizer que a revolução, nele como no partido, é uma lembrança de europeu crepuscular (mas o grande prêmio da cegueira fica com Althusser!).²

A supressão da revolução nos estudos pós-coloniais

Nos movimentos pós-68, as problematizações da revolução mundial correm o risco de logo se tornar modalidades de “despolitização”, críticas da radicalidade que ela trazia consigo. As teorias e os movimentos feministas, antirracistas e anticoloniais continuam, só eles, a herança dos anos 1960, produzindo novos conceitos e

² “Basta ver como o Partido soube ‘digerir’ os acontecimentos de Maio, integrá-los a sua linha tradicional, como soube, em particular, tratar o movimento estudantil, para ver que ele é de fato capaz de *amortecer* até mesmo um movimento de massa de grande amplitude e de segurar suas rédeas. A política atual, que consiste em pôr na frente a CGT e continuar a subsistir em sua sombra, essa divisão do trabalho hábil e eficiente prova que o Partido possui uma grande margem de manobra, em que dispositivos preventivos de ação asseguram-lhe o máximo de segurança.” Louis Althusser, *Écrits sur l'histoire*. Paris: Puf, 2018, p. 88. O que Althusser vê vivos são mortos cujos funerais serão celebrados em 1989.

novas práticas políticas, desenvolvendo ao mesmo tempo formas de cooperação intelectual e de solidariedade, mas abandonando o pensamento e a organização da “revolução”.

As teorias pós-coloniais, embora pretendam aprofundar a crítica do exercício do poder colonial e neocolonial, prescindem do conceito e da realidade da ruptura revolucionária. O exemplo mais significativo é o de Achille Mbembe que, de um lado, desdobra e amplia o conceito, apenas esboçado por Foucault, de tanatopolítica, e, de outro, declara a revolução coisa do passado, já que não há mais inimigo.

“A esperança de uma nova vitória sobre o Senhor não cola mais. Não esperamos mais a morte do senhor. Não acreditamos mais que ele seja mortal. O Senhor não sendo mais mortal, só nos resta uma única ilusão, a saber, participar nós mesmos do senhor”.³

Os *postcolonial studies* queriam ser ao mesmo tempo o pensamento radical da época e os herdeiros das lutas de libertação nacional e das revoluções anti-imperialistas (seu ponto de partida é o questionamento das razões do fracasso das revoluções, mas sem nunca pensar em novas condições para elas, como se a derrota tivesse posto fim, para sempre, a sua possibilidade). Sem entrar na complexidade e nas diferenças de posições, uma coisa não deixa de espantar: seu ponto de vista não tem nada a ver com o dos colonizados do século XX de que se dizem herdeiros. Sua crítica da Europa, do eurocentrismo, das categorias elaboradas pelo pensamento europeu etc. está muito longe da maneira como os colonizados e os escravos se referiram ao “centro” do capitalismo da época.

O que os pós-coloniais não conseguem enxergar é o que os colonizados compreenderam sem a menor dificuldade. A Europa é seguramente o foco da conquista colonial, a origem da violência absoluta exercida sobre as populações colonizadas, mas é

³ Achille Mbembe, *Politiques de l'inimitié*. Paris: La Découverte, 2016, p. 169.

também o lugar de invenção da revolução. A revolução francesa traz consigo uma vontade “burguesa” de manter a escravidão, de subordinar a mulher e de sujeitar os despossuídos, mas nem os escravos de Saint-Domingue, nem Olympe de Gouge com a *Declaração dos direitos da mulher*, nem os *Sans-Culottes* perdem a oportunidade de se revoltar, de fazer até mesmo uma verdadeira revolução (Haiti), assentando os fundamentos das lutar por vir. Quando a revolução se torna proletária e a Europa começa a produzir teorias anticapitalistas (sobretudo o marxismo) e modalidades de organização “revolucionárias”, os semicolonizados e os colonizados não se perguntam se as categorias do poder e da subjetividade elaboradas na Europa correspondem à realidade do “Oriente”, eles as utilizam. É um revolucionário de olhos puxados quem conduz, com ferramentas teóricas forjadas na Europa e adaptadas à situação Russa, a primeira revolução proletária vitoriosa, abrindo a porta não à revolução no Ocidente, mas no Oriente e em seguida no Sul do mundo.

Os colonizados são muito seletivos e tomam da Europa o que melhor lhes convém, a crítica do capitalismo, modo de dominação mundial que, evidentemente, articula-se de forma diferente no Ocidente e no Oriente. A revolução, deslocando-se para o leste e depois se difundindo no Sul, se transforma, criticando o historicismo marxista, rompendo com sua teoria dos estágios, reconfigurando a teoria do sujeito revolucionário pela implicação do campesinato, do lumpen etc. revisando a teoria do partido (Fanon), da classe (Cabral), a relação entre estrutura e superestrutura, “distendendo o marxismo”, inventando uma nova função para a “cultura” etc., mas permanecendo sempre fiel ao projeto de superação do capitalismo.

O fracasso da revolução mundial vem da incapacidade de estabelecer uma estratégia subjetiva capaz de atualizá-la integrando todas essas transformações e essas críticas. A revolução logo se fechou no “socialismo em um só país” e nos diferentes

nacionalismos, enquanto a classe operária ocidental e suas instituições integravam a lógica do capital cegas aos novos sujeitos políticos em via de afirmação.

Se como “provincializar a Europa” constitui uma interrogação estratégica dessas teorias, o problema há muito tempo perdeu atualidade, já que a própria Europa o faz, desde a Primeira Guerra Mundial, e duplamente: perdendo de uma só vez a capacidade de ser o centro do capitalismo e o foco da revolução.

O ponto de vista do pós-colonial é o de dominados enclausurados na dominação, enquanto os colonizados do século XX, partindo de sua “escravidão”, afirmavam a revolução. O posicionamento é muito diferente. O primeiro desemboca de maneira mais ou menos radical na postura da “vítima”, o segundo engendra a subjetivação revolucionária.

Reatar com a revolução

A divisão entre constituição do sujeito e revolução, que encontra nos textos de Lonzi sua elaboração mais coerente, poderia ser conceitualizada e generalizada com as categorias de Gilles Deleuze. Para fazer frente aos ataques que a “revolução” sofreu após sua derrota político-militar dos anos 1960, ele distingue entre as “revoluções” (que sempre terminam mal!) e o “dever revolucionário” dos participantes no processo revolucionário, que continua para além do fracasso da revolução.

Numerosos movimentos do pós-68 parecem ter construído sua estratégia a partir da separação do “dever revolucionário” (crítica das sujeições, produção diferencial de subjetividade, autonomia e independência das “formas de vida”, afirmação e cuidado de “si”) e da “revolução” (mudança radical de regime da propriedade, luta pelo poder político, regras de utilização da violência, expropriação dos expropriadores, superação do capitalismo).

Outra maneira de enunciá-la é falar da separação entre emancipação e revolução, a primeira consistindo na saída de toda espécie de minorias (sexuais, raciais, étnicas etc.) do estado de inferioridade, de exclusão e de dominação em que o capitalismo as encerrou, enquanto a segunda exige a saída do capitalismo. A abolição da escravatura já tinha demonstrado os limites das políticas unicamente de emancipação, pois elas não impediram a passagem de uma segregação racial a outra. A dimensão “criativa” da ação política anda separada de maneira radical da dimensão “destrutiva”.

Mas será mesmo possível romper a estreita relação que une a revolução e o devir revolucionário? O processo de produção e de diferenciação da subjetividade pode se dar sem visar, ao mesmo tempo, o fim do capitalismo e do Estado? Quarenta anos de dominação neoliberal parecem ter deixado muito claro que sem relação e enriquecimento recíproco entre a “revolução” e o “devir revolucionário”, os dois enfraquecem inexoravelmente.

Não se trata de opor as lutas contra a heterossexualidade, o patriarcado e o neocolonialismo à luta de classes, já que esta, sem uma meta revolucionária, torna-se um simples dispositivo do capital. A questão seria antes saber se uma prática da “revolução” que integre os possíveis não realizados da revolução dos anos 1960 carregados pelos movimentos dos colonizados, das mulheres, dos estudantes, das novas camadas do salariado, pode ser pensada em posta em prática.

A estratégia de autonomização do “devir revolucionário” não é utilizada e desenvolvida apenas pela maioria dos movimentos feministas e *queers*, mas também pelas teorias críticas herdeiras das lutas dos anos 1960 no ocidente.

Encontramos a constituição do sujeito revolucionário sem revolução também em Negri, para quem o trabalhador cognitivo torna-se “cada vez mais autônomo e independente” à medida que se desenvolve a produção definida como biopolítica. Os

trabalhadores cognitivos adquirem um poder que está estritamente ligado à sua função na produção, previamente a qualquer modalidade de organização e de prática revolucionária, já que o trabalho do cognitariado é constitutivo do mundo e de suas relações (trabalho ontológico). A força de autonomia e de independência que esse trabalhador coletivo acumula na e contra a produção biopolítica constitui um “êxodo” em ato, um processo de saída do capitalismo que já está em marcha. A revolução, eventualmente, não serve para afirmar o que já está ali (o comum e a cooperação).

Jacques Rancière acentua ainda mais a dissociação entre revolução e devir revolucionário, afirmando a existência de dois tipos de conflitos: o conflito de forças (a luta de classe da tradição marxista) e o conflito de mundos (a autoafirmação subjetiva da autonomia do sujeito político): emancipação/revolução. A ação política como invenção de nomes que rompem a identificação social, que mandam pelos ares as mediações de ordem consensual, abrindo um tempo autônomo e criativo das novas formas de vida, não opõe forças, mas mundos. A novidade de 68 residiria na dissociação que opera entre conflito de mundos e conflito de forças.

A dissociação entre a revolução e o devir revolucionário cria sérios impasses, pois os mundos da igualdade dos movimentos políticos e o da desigualdade capitalista não procedem de maneira análoga. O mundo da desigualdade, indissociável do exercício da força, arruinou sistematicamente o mundo da igualdade, reduzindo os espaços da “secessão” (se é que um dia ela foi possível) a quase nada. A desigualdade transpôs outro limiar no exercício de sua força com os novos fascismos.

Não podemos levar mais longe nossas reflexões, pois uma “teoria revolucionária” não é a mesma coisa que uma “teoria da revolução” (Krahl). Uma teoria revolucionária (praticamente o conjunto do pensamento de 68) representa a sociedade sob o aspecto de sua transformação possível, desvelando as relações de

dominação, enquanto uma teoria da revolução indica princípios estratégicos determinados. É a tarefa que cabe a uma organização revolucionária e aos revolucionários por vir. Sem ela, as suble-vações que não param de pipocar desde a derrocada financeira eclodem num vazio político que corre o risco de ser preenchido pelos novos fascismos.

Maurizio Lazzarato é um dos pensadores políticos europeus mais independentes e originais da atualidade. Proveniente do operáismo italiano dos anos 70, despontou como um analista arguto das “revoluções do capitalismo”, título de um de seus livros já traduzidos no Brasil. Em seu exílio na França, junto com Toni Negri, deu início a uma pesquisa seminal sobre o trabalho dito “imaterial”, num contexto em que a produção se revelava cada vez mais centrada no conhecimento e na invenção, deslocando os parâmetros tradicionais da análise política. Ao alargar seu escopo, e inspirado no trabalho de Gabriel Tarde, publicou *As potências da invenção*, detectando aquilo que se tornou o cerne da produção – a saber, a “força-invenção”. Também se debruçou sobre a luta concreta dos chamados “intermitentes”, na França – trabalhadores do setor de espetáculos que até há pouco gozavam de uma proteção social condizente com o caráter descontínuo de sua atividade. O autor entendeu que essa categoria aparentemente secundária encarnava uma tendência crescente do próprio trabalho no capitalismo atual (o cognitariado): a indistinção entre tempo de trabalho e tempo de lazer, a alternância entre trabalho e não trabalho, a precarização do emprego, o lugar da invenção e da criatividade, etc.

Pouco antes da crise dos derivativos, publicou *O homem endividado*, traduzido para mais de quinze idiomas, sucesso que se explica pela forma como analisou o papel da dívida na dinâmica econômica do presente. Fornecia, assim, de maneira antecipatória, uma interpretação do sismo econômico que abalaria o planeta. *O governo do homem endividado* aprofundou tal perspectiva, ao ver na dívida um mecanismo central de exercício de poder na atualidade.

Mais recentemente, escreveu com Eric Alliez *Guerras e Capital*, num esforço de fôlego para apreender a dimensão bélica do capitalismo contemporâneo.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

L432F LAZZARATO, MAURIZIO

FASCISMO OU REVOLUÇÃO? O NEOLIBERALISMO EM CHAVE
ESTRATÉGICA / MAURIZIO LAZZARATO ; TRADUZIDO POR TAKASHI
WAKAMATSU, FERNANDO SCHEIBE. - SÃO PAULO : N-1 EDIÇÕES, 2019.
208 P. ; 14CM X 21CM.

INCLUI ÍNDICE.

ISBN: 978-856-694-381-8

1. CIÊNCIAS POLÍTICAS. 2. FASCISMO. 3. REVOLUÇÃO.
4. NEOLIBERALISMO. I. WAKAMATSU, TAKASHI. II. SCHEIBE,
FERNANDO. III. TÍTULO.

2019-465

CDD 320

CDU 32

ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO:

1. CIÊNCIAS POLÍTICAS 320

2. CIÊNCIAS POLÍTICAS 32

$n-1$

O livro como imagem do mundo é de toda maneira uma ideia insípida. Na verdade não basta dizer Viva o múltiplo, grito de resto difícil de emitir. Nenhuma habilidade tipográfica, lexical ou mesmo sintática será suficiente para fazê-lo ouvir. É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira mais simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre $n-1$ (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele). Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a $n-1$.

Gilles Deleuze e Félix Guattari

O fascismo histórico foi tão moderno quanto o capitalismo (já que é uma de suas expressões), como o futurismo italiano demonstra nitidamente.

O mesmo ocorre com o novo fascismo, que é um ciberfascismo. Ele põe em xeque todas as utopias tecnociber (do ciberpunk ao ciberfeminismo, da ciberesfera à cibercultura) que, desde o pós-guerra, com uma intensificação a partir dos anos 1970, viam nas máquinas cibernéticas uma dupla promessa, a de uma nova subjetividade pós-humana e a da liberação da dominação capitalista, cuja ruptura viria das máquinas e não da política, das revoluções da técnica e não da organização revolucionária.

Bolsonaro e Trump utilizaram todas as tecnologias disponíveis da comunicação digital, mas suas vitórias não vêm da tecnologia. São o resultado de uma máquina política e de uma estratégia que agencia uma micropolítica dos afetos tristes (frustração, ódio, inveja, angústia, medo) com a macropolítica de um novo fascismo que dá consistência política às subjetividades devastadas na financeirização.